Ação Parlamentar 2006

Senador PauloPaim

Fevereiro

dia15

Paim pede atenção para reivindicações de aposentados

Há no país, segundo Paulo Paim (PT – RS), cerca de 25 milhões de aposentados e pensionistas que, além de seus próprios votos, seriam capazes de influenciar os de outros 50 milhões de eleitores. Para o senador, isso torna plausível a aprovação no Congresso de suas reivindicações. Entre essas demandas está a que visa à extensão do aumento concedido ao salário mínimo, de 16,67%, a todos os rendimentos de aposentados e pensionistas que estejam acima do novo piso de R$ 350.

Na reunião da comissão mista que estuda uma política de reajustes para o salário mínimo, da qual Paim é relator, participaram entidades que representam aposentados e pensionistas. Uma das questões mais enfatizadas foi a redução, ao longo dos anos, do poder de compra desse grupo. Paulo Paim também disse que, nos últimos oito anos, "mais de R$ 40 bilhões da Seguridade Social, que poderiam ter ficado na Previdência, foram destinados para outros fins".

Márcia Kalume

Paim condena incorporação do vale-transporte ao salário

Nova forma de pagamento pode acabar com o benefício, adverte Paim.

Paulo Paim (PT – RS) anunciou, em Plenário, que apresentará emenda para suprimir da Medida Provisória (MP) 280/06 artigo que prevê a incorporação do valor do vale-transporte ao salário dos trabalhadores. Editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a MP corrige a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em 8% e está em exame pela Câmara, para depois ser votada pelo Senado.

Na avaliação de Paim, o pagamento do vale-transporte em dinheiro poderá acarretar prejuízos ao trabalhador a médio e longo prazos e contribuir para exclusão de outros direitos obtidos a partir da organização do movimento sindical, como o benefício do vale-alimentação.

– A MP 280 tem um lado positivo, que é a correção da tabela do Imposto de Renda, mas o artigo que trata do pagamento do vale-transporte em dinheiro precisa ser modificado. O vale-transporte foi uma conquista dos trabalhadores e vai desaparecer, se for incorporado ao salário. E já há um movimento muito forte para que também o tíquete-alimentação seja pago em dinheiro. Nessa seqüência, estaremos abrindo mão de uma série de direitos obtidos pelos trabalhadores – alertou o senador.

Paim disse que também irá requerer a realização de audiência pública na Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência para debater a questão. A subcomissão é presidida por ele e funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

dia**24**

Paulo Paim anuncia nova escola técnica no Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT – RS) anunciou a criação de mais uma escola técnica no município de Canoas, no Rio Grande do Sul. A instituição atenderá toda a região metropolitana de Porto Alegre. O senador disse que serão instaladas escolas técnicas em Charqueadas e Passo Fundo e, até o final de 2007, mais uma na cidade de Júlio de Castilho.

Paim ressaltou a importância do ensino profissionalizante e revelou que a escola técnica de Canoas deverá iniciar as aulas no segundo semestre de 2006. Ele afirmou que, até o final de 2007, serão dois mil estudantes atendidos.

Março

Paulo Paim defende aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência

O senador Paulo Paim (PT – RS) exaltou as conquistas já obtidas e as dificuldades ainda enfrentadas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais. O parlamentar alertou o Congresso Nacional para a necessidade de aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

– Tragam o tema para o debate com a sociedade. Promovam, enfim, a inclusão da pessoa com deficiência – incentivou.

Em seu pronunciamento, Paulo Paim destacou as atividades de dois deficientes visuais que são seus assessores. Luciano Ambrósio foi aprovado no último vestibular da Universidade de Brasília (UnB) e conta sua trajetória pessoal no texto "A vitória do homem", lido pelo senador em Plenário. O outro assessor, Santos Fagundes, desenvolve no Rio Grande do Sul o projeto chamado Cantando as Diferenças, voltado para a inclusão política das pessoas com necessidades especiais.

Manutenção

Paulo Paim celebrou a decisão do governo de cancelar a incorporação do valor do vale-transporte aos salários. A resposta do Poder Executivo veio apenas três dias depois de o parlamentar haver criticado em Plenário a

incorporação, que, a seu ver, acabaria com uma "conquista histórica dos trabalhadores".

A incorporação do valor do vale-transporte aos salários ocorreu por meio do artigo 4o da Medida Provisória 280/06, que estabelece a correção em 8% da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. A MP está sendo analisada pela Câmara dos Deputados. Por meio de uma nova medida provisória (283/06), o Executivo revogou o artigo da medida anterior.

Paim alerta para gravidade da crise no setor calçadista

O senador Paulo Paim (PT – RS) advertiu que a crise enfrentada pelo setor calçadista, com reflexos diretos nas economias do Rio Grande do Sul e de São Paulo, pode provocar a saída de empresas brasileiras para países onde o câmbio é mais favorável. Ao contrário do que ocorreu em crises anteriores, as empresas tradicionais do setor não tendem mais a procurar regiões como o Norte e Nordeste, mas principalmente países como a China e a própria Argentina, que integra o Mercosul, disse ele.

Aposentados

Paim informou ainda que a Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal vai realizar audiência pública, com a

presença de sindicalistas, para discutir a atual situação da Previdência Social e alternativas que possam assegurar benefícios aos aposentados e pensionistas. Ele defende o fim do uso do chamado fator previdenciário para o cálculo da aposentadoria e a opção por critérios que levem em consideração os rendimentos dos últimos 36 meses trabalhados.

Segundo o senador, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo também realizará audiência pública para discutir o projeto de lei do governo federal que eleva o valor do salário mínimo para R$ 350. Deverão participar do encontro prefeitos e representantes do funcionalismo municipal.

dia 7

Paim defende projeto que modifica forma de cálculo da Previdência

O senador Paulo Paim (PT – RS) defendeu a aprovação do projeto de sua autoria que elimina o uso do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria do trabalhador, aprovado pela Lei 9.876, de 1999. O parlamentar disse que apresentou o projeto (PLS 296/03) como deputado e o reapresentou como senador, em 2003.

– O fator previdenciário foi o maior crime perpetrado contra a classe trabalhadora. O PT foi contra o fator, mas fomos derrotados – afirmou o senador pelo Rio Grande do Sul.

Paim defendeu a proposta em audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com representantes de entidades sindicais, confederações e associações de trabalhadores. O parlamentar gaúcho observou que, só quando se aproxima do momento de requerer a aposentadoria, o trabalhador se dá conta do prejuízo causado pelo fator previdenciário.

Paulo Paim propôs um amplo movimento liderado pelas entidades sindicais para derrubar o fator previdenciário e pelo acolhimento de sua proposta. Ele informou que o relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Mão Santa (PMDB-PI), apresentou voto favorável à aprovação da matéria e propôs um corretor com base na média salarial dos últimos 36 meses de trabalho.

Trabalhadora doméstica

Paulo Paim falou sobre a importância da aprovação de projetos que regulamentem o trabalho da empregada doméstica e da aposentadoria da dona de casa, este último pendente de regulamentação.

Projeto de Paim que elimina uso do mecaninsmo no cálculo da aposentadoria recebe apoio em audiência pública na CDH

O fator previdenciário, criado em 1999 para calcular a aposentadoria pela Previdência Social, foi criticado em audiência pública, por representantes de confederações, sindicatos e associações de trabalhadores. O debate foi realizado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a pedido de Paulo Paim (PT – RS), autor de projeto que visa extinguir o fator previdenciário (PLS 296/03).

Atualmente, o valor-base para o cálculo da aposentadoria consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo do segurado. Esse valor é multiplicado pelo chamado fator previdenciário, que é calculado considerando-se, na data de início do benefício, a idade e o tempo de contribuição do segurado, a expectativa média de sobrevida para ambos os sexos e uma alíquota de 31%. Antes, a aposentadoria era calculada pela média aritmética simples de todos os últimos salários-de-contribuição do trabalhador, até o máximo de 36, apurados em até 48 meses.

Segundo o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, a inclusão do fator previdenciário para a concessão da aposentadoria foi uma atitude extremamente perversa que prejudica principalmente os trabalhadores humildes, que começam a trabalhar mais cedo.

Da mesma forma pensa o representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), Floriano Martins. Para ele, as novas regras prejudicam aqueles que ingressaram mais cedo no mercado de trabalho.

– Ou se extingue o fator previdenciário ou se cria uma fórmula que permita o equilíbrio financeiro e a satisfação do segurado para que ele possa se aposentar aos 30 anos de contribuição e 55 de idade, no caso das mulheres, e aos 35 anos de contribuição com 60 de idade, se homem – afirmou Martins.

Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Lúcia Regina Reis disse que apóia integralmente o projeto de Paim. José Carlos Perret Schulte, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, e Antônio Cortes, da Força Sindical, querem que a proposta seja amplamente discutida para que "tenha o respaldo da sociedade e não seja vetada pelo governo", frisou Schulte.

Paim apóia jogador vítima de racismo

Paulo Paim (PT – RS) anunciou que vai apresentar requerimento de voto de apoio ao jogador de futebol Jeovânio, ao clube em que ele atua, o Grêmio, e ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, que investiga a denúncia de

que Jeovânio foi vítima de ato racista praticado pelo jogador Antônio Carlos, do Juventude.

– A atitude de Jeovânio é um exemplo a ser seguido por todos que sofrem discriminação racial – afirmou Paim, parabenizando o jogador gremista por denunciar o ato.

dia13

Projeto de Paulo Paim extingue o fator previdenciário

Em decisão terminativa e por unanimidade, foi aprovado o PLS 296/03, do senador Paulo Paim (PT – RS), que acaba com o fator previdenciário, cálculo criado pela reforma da Previdência para estimular os segurados a retardar a sua aposentadoria. Pelo sistema atual, as aposentadorias de segurados mais jovens são menores do que as dos trabalhadores que decidem postergar a decisão de se aposentar, uma vez que se leva em conta a expectativa média de vida do segurado.

Pelo projeto, o benefício será calculado pela média aritmética dos últimos 36 salários de contribuição, apurados em período não superior a 48 meses. Paim pretende resgatar os critérios anteriores de cálculos, "evitando a utilização da Previdência Social como instrumento de ajuste das contas públicas". "Daqui para frente não tem mais essa de expectativa de vida", comemorou Paim.

País pode ter 202 escolas técnicas até o fim do ano

Durante audiência pública realizada pela Comissão de Educação, para debater um projeto de lei e uma proposta de emenda à Constituição do senador Paulo Paim (PT – RS) que tratam da valorização do ensino técnico, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco, afirmou que o governo pretende aumentar de 142 para 202 o número de escolas técnicas em todo o país durante este ano.

Segundo Pacheco, 25 escolas iniciarão suas atividades já em agosto deste ano. As demais começarão a funcionar até novembro, para iniciarem o ano letivo de 2007. Com a ampliação da rede de escolas técnicas, cerca de 10 mil novas matrículas poderão ser efetuadas.

– Pobre do cidadão que não sabe como é bom trabalhar. Podemos dar esta grande oportunidade para a juventude, que está meio perdida, procurando um caminho e ficando à mercê do narcotráfico – disse o senador Paulo Paim.

Também participaram da audiência o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional, deputado Alex Canziani, e a representante do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Maria da Glória Santos Laia.

dia**14**

Paim propõe audiência sobre riscos de expansão da gripe aviária

Senador diz que o setor avícola já teve queda de 7,4% nas exportações, com prejuízos de US$ 525 milhões, e que 400 mil trabalhadores poderão ficar desempregados

O senador Paulo Paim (PT – RS) propôs a realização de audiência pública conjunta pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir a possibilidade de expansão da gripe aviária e seus riscos.

Paulo Paim citou matéria de capa da revista IstoÉ segundo a qual especialistas anunciavam o risco da gripe se expandir e se transformar em pandemia, capaz de matar 50 milhões de pessoas.

O objetivo da audiência pública será pedir esclarecimentos às autoridades de saúde e aos empresários do setor sobre as medidas que o Brasil vem tomando para prevenir o avanço da gripe aviária no país. Paim ressaltou que já foram afetados 30 países com prejuízos de US$ 10 bilhões. Ele citou dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), segundo os quais, no Brasil, há 4 milhões de empregos ligados à cadeia avícola e é possível que 400 mil trabalhadores percam seus empregos. O parlamentar

informou ainda que já houve uma queda de 7,4% nas exportações do setor, com prejuízos de US$ 525 milhões.

– Para que as empresas suportem a crise, haverá diminuição da produção e demissão em massa de trabalhadores – advertiu.

Paulo Paim manifestou preocupação com a vida e a saúde de milhares de pessoas em vista da ameaça da contaminação pela gripe aviária, diante da possibilidade de o vírus H5N1 migrar do hemisfério norte para o hemisfério sul.

dia**15**

Paim apóia projeto que visa desenvolver economia gaúcha

Paulo Paim (PT – RS) apoiou a iniciativa de lideranças empresariais, sindicatos e organizações não-governamentais gaúchas que elaboraram o projeto O Rio Grande que Queremos – Agenda Estratégica RS 2006/2020, com propostas para incentivar o desenvolvimento socioeconômico do estado.

– A economia do estado está retraída, havendo queda no PIB [produto interno bruto] e problemas conjunturais – disse o senador.

Paim explicou que, embora a economia gaúcha apresente matriz diversificada e perfil exportador, ela tem sido prejudicada pela falta de investimentos.

dia16

Paim apóia MP que trata de assistência à saúde do servidor

O senador Paulo Paim (PT – RS) se pronunciou a favor da Medida Provisória (MP) que regulamenta a assistência à saúde dos servidores públicos. Ele ressaltou que a MP 272/05 permite ao servidor escolher a forma de assistência à saúde que melhor atenda a seus interesses.

Ao defender a liberdade de escolha do trabalhador, Paim frisou que a MP prevê várias hipóteses de prestação de assistência à saúde do funcionalismo público, seja pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por convênio, contrato, ou na forma de auxílio saúde.

Paim também manifestou seu apoio à MP 284, que trata da dedução no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) da contribuição previdenciária de empregados domésticos. Ele solicitou aos senadores que aprovem os projetos de Lei do Senado 177/03, que tem, basicamente, o mesmo conteúdo da MP 284, e 253/05, que estimula a inserção do trabalhador de baixa renda e sem renda própria no Regime Geral da Previdência.

Especialistas vão discutir prevenção da gripe aviária

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar audiência para discutir a gripe aviária e as prováveis conseqüências para o Brasil. A CAS aprovou requerimento do senador Paulo Paim (PT – RS) para debater o assunto em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo Paim, o objetivo é debater a epidemia sob os aspectos social, econômico e da saúde. Ele destacou que essa gripe já é uma realidade em todo o mundo e que os especialistas afirmam que cerca de 50 milhões de pessoas poderão morrer devido à doença, nos próximos 18 meses.

– As previsões são apocalípticas, mas convém darmos crédito a elas, sob pena de sermos pegos de surpresa sem termos feito qualquer ação preventiva que permita a reversão desse quadro alarmante – afirmou o parlamentar.

Petrobrás

Também foi aprovado requerimento para a realização de audiência destinada a discutir as negociações relativas à participação acionária da Petrobras na indústria petroquímica Braskem e a entrega de ativos da primeira

no Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. Paim, autor da proposta, explica que a Confederação Nacional dos Químicos, ligada à Central Única dos Trabalhadores, e o Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do RS são contrários às negociações.

Paim pede votação ágil para o mínimo

Paulo Paim (PT – RS) pediu, em pronunciamento que o Congresso vote rapidamente o Projeto de Lei 6.601/06, do Poder Executivo, que reajusta o salário mínimo para R$ 350. Paim advertiu que, se o projeto não for votado, o governo terá que editar medida provisória.

O senador elogiou o deputado Ivan Ranzolin (PFL-SC), que apresentou projeto de lei na Câmara com o mesmo conteúdo do PLS 296/03, de sua autoria, que extingue o fator previdenciário – forma de cálculo das aposentadorias que pode reduzir o valor do benefício em até 30% para os homens e 35% das mulheres.

Ao comentar a realização de audiência pública da Comissão de Educação (CE) do Senado na cidade de Canoas (RS), o senador também ressaltou a importância de aprovar o projeto de lei que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Paim afirmou que o fundo deve destinar, só para a educação profissionalizante, R$ 1 bilhão.

Audiência discute medidas contra a discriminação racial

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará audiência para tratar do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e de ações afirmativas voltadas às questões raciais. Por proposta do vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT – RS), a secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, deverá participar dos debates ao lado de outros convidados.

Matilde falará sobre a estratégia do governo para aumentar oportunidades de emprego da população negra. O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Thimoty Mulholland, vai abordar a política de cotas para negros e indígenas nas universidades. A política de reserva de cotas para negros e índios é defendida também pelo presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que já foi reitor da UnB.

José Cruz

dia22

Ensino técnico, na avaliação de Paulo Paim, pode combater um problema sério: o dos jovens sem qualificação para ingressar no mercado de trabalho

Em seminário realizado pela Comissão de Educação (CE) em Canoas (RS), Paulo Paim (PT – RS) defendeu a criação de escolas técnicas como forma de capacitar os brasileiros a uma profissão e de lhes garantir o direito ao emprego e à cidadania. Para o senador, milhares de pessoas podem ser beneficiadas caso projeto de lei de sua autoria – que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep) – seja aprovado.

Paim explicou que o PLS 274/03 vai permitir que seja investido cerca de R$ 1,5 bilhão em 2006 e 2007 em escolas técnicas em todo o país. Ele informou que em 2004 o governo destinou a esse setor R$ 250 milhões.

– O projeto é defendido pelo Ministério da Educação, pelas entidades sindicais e pela comunidade, para que o sonho do direito a uma profissão possa ser dado a todo jovem brasileiro; e não só ao jovem, mas também ao cidadão com mais de 45 anos.

O senador observou ainda que os jovens brasileiros querem trabalhar para, além de contribuírem com o aumento da renda de suas famílias, ter condições de pagar os estudos em nível superior. Como não têm qualificação para ingressar no mercado de trabalho, disse, voltam-se para o tráfico de drogas.

Em audiência, apelo em favor de cotas nas universidades

Ao encerrar as comemorações do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o senador Paulo Paim (PT – RS) fez um apelo à Câmara para que envie ao Senado o Projeto de Lei 73/99, que institui o sistema de cotas nas universidades para negros e alunos provenientes de escolas públicas.

Aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação da Câmara, o projeto foi objeto de recurso para votação em Plenário. No Senado, segundo Paim, a proposta será aprovada com urgência.

dia23

Paim diz que menino traficante quer sair do crime

O senador Paulo Paim (PT – RS) elogiou o documentário Falcão – Meninos do Tráfico, apresentado durante o programa Fantástico da TV Globo, e parabenizou todos os responsáveis pelo material e os colaboradores.

Na avaliação do parlamentar, a exibição do programa evidenciou, entre outros aspectos da realidade urbana, que a maioria dos jovens que hoje estão à margem da sociedade são afro-brasileiros.

– Isso mostra ao Congresso Nacional a importância e a urgência de se aprovar o Estatuto da Igualdade Racial – afirmou.

Produzido pelo rapper MV Bill e por Celso Atayde, o documentário, conforme assinalou Paim, colocou a população frente a frente com a realidade das crianças e jovens brasileiros. No filme, aparecem crianças fazendo afirmações como: "se eu morrer, vou descansar, porque é muito esculacho nesta vida". O representante gaúcho observou que todos ficam perplexos com a falta de perspectivas desses jovens.

Paulo Paim ressaltou que a vontade dos meninos entrevistados é ter uma vida digna, sair do crime, encontrar um emprego.

– Mas vimos também que isso não lhes é permitido – acrescentou o senador.

dia24

Paim faz apelo por professores do Rio Grande do Sul

Depois de comunicar que os professores da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Sul estão em greve, Paulo Paim (PT – RS) apelou ao governador daquele estado, Germano Rigotto, para que receba a direção do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (Cpers) em audiência.

– A categoria já promoveu diversos movimentos, mas, até o momento, não conseguiu chegar a um entendimento com o governo do estado – lembrou o senador.

dia27

Sem votações, mínimo pode vigorar com MP

O Congresso Nacional ainda precisa votar o projeto do Executivo (PL 6.601/06) fixando os novos valores do mínimo. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, já contando com o possível atraso, anunciou ter pronta medida provisória a ser editada pelo presidente Lula a tempo de fazer entrar em vigor o novo mínimo.

José Cruz

O Plenário da Câmara aprovou a urgência para a votação do projeto. Segundo o ministro, o governo apresentou a proposta como parte da negociação com os trabalhadores e atendendo solicitação da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo. O relator na comissão, senador Paulo Paim (PT – RS), confirmou que foi o próprio colegiado que pediu ao presidente Lula para não enviar o reajuste por MP.

– A Câmara ainda não votou a proposta e, conseqüentemente, o Senado também não o fez – protestou Paim. "Isso nos desmoraliza", destacou o senador.

Nas audiências públicas da comissão, especialistas têm defendido valores maiores para o mínimo. Para o pesquisador Guilherme Costa Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é possível elevar o salário mínimo sem que se aumentem a carga tributária e a dívida pública.

Ele lembra que metade da população economicamente ativa (mais de 40 milhões de pessoas) está na informalidade e, se fosse incorporada ao mercado de trabalho formal, aumentaria a arrecadação previdenciária.

Paim defende o fim do fator previdenciário

O senador Paulo Paim (PT – RS) anunciou que os sindicatos brasileiros e organismos representativos da sociedade se unirão em campanha nacional

pelo fim do fator previdenciário – o cálculo que, segundo afirma, reduz em 30% as aposentadorias por tempo de contribuição dos homens e em 35% as das mulheres. O fim do fator previdenciário foi acolhido pelo Senado, mas ainda falta ser votado na Câmara.

Ao pedir aos deputados que aprovem logo essa matéria, Paim sustentou o entendimento de que a previdência pública é viável, mas que é necessário o governo parar de destinar recursos dessa instituição para outras finalidades. Ele considera desonesto o discurso de que o sistema previdenciário brasileiro está falido.

– Se pegarmos todos os recursos da Previdência, nós vamos ver que ela é superavitária, mas venderam tanto a imagem de que a previdência pública está falida que alguns acreditam – disse.

Insistindo em que o Brasil pode pagar um salário decente para aposentados e pensionistas, Paim defendeu a idéia de que o Legislativo aprove uma norma obrigando os recursos da Previdência a ficarem efetivamente vinculados à seguridade. Ele também expressou sua satisfação com a aprovação, no Senado, de projeto que vai garantir a todo aposentado e pensionista que tiver uma doença incapacitante um reajuste correspondente a 25% de sua aposentadoria.

– Porque esse é um momento difícil da vida do aposentado e ele vai precisar de alguém que o acompanhe. Isso já existe em inúmeros paises. É algo que inclusive já tem a simpatia do Ministério da Previdência.

Paim ainda cumprimentou o Senado por ter aprovado projeto de sua autoria, que autoriza a criação do Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua. Ele disse que a iniciativa tem enorme alcance social e vai

contribuir para que "o Brasil não tenha mais que assistir a documentários sobre meninos envolvidos com o narcotráfico".

dia**28**

Paim comemora recursos para obras em rodovias gaúchas

Paulo Paim (PT – RS) relatou, em discurso no Plenário, visita que fez ao Rio Grande do Sul, na companhia da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e dos ministros dos Transportes, Alfredo Nascimento, e do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

O senador comemorou o anúncio, feito na ocasião, da destinação de recursos para as rodovias gaúchas. Segundo Paim, até o fim de 2008 deverá ser duplicado o trecho da BR-101 que corta o estado, e até dezembro deste ano estará concluída a BR-448. Ele afirmou que as duas obras trarão grandes benefícios para o Rio Grande do Sul.

Economia

De acordo com Paulo Paim, a duplicação da BR-101, rodovia que liga Tavares (RS) a Touros (RN), atravessando 12 estados, está orçada em R$ 1,5 bilhão, sendo R$ 300 milhões só para o trecho que vai do estado do Rio

Grande do Sul a Santa Catarina. As obras que estão sendo realizadas em dois túneis, entre os quilômetros 84 e 90, devem reduzir em 11 quilômetros o trajeto da rodovia.

Conforme o parlamentar gaúcho, a construção da rodovia BR-448 vai proporcionar melhoria ao trânsito na BR-116. O projeto daquela estrada, no entanto, segundo informou, deve passar ainda por estudos de impacto ambiental.

dia29

Paulo Paim pede aprovação do Fundeb e do Fundep

Paulo Paim (PT – RS) apelou ao Congresso pela aprovação do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), proposição do governo, e também do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep), projeto de lei de sua autoria.

O Fundeb amplia a abrangência do financiamento para a educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos. A estimativa é que o fundo beneficie a 47 milhões de alunos. Já o Fundep tem entre seus objetivos, segundo Paim, a geração e manutenção de emprego e renda, e o combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais.

dia30

Paim homenageia os que lutam em favor dos deficientes

Paulo Paim (PT – RS) parabenizou todos aqueles que se empenham na luta por mais dignidade para os portadores de deficiência. Ele destacou especialmente o senador Flávio Arns (PT-PR) e homenageou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Campanha da Fraternidade, dedicada ao tema.

O trabalho de Arns em favor das associações de pais e amigos dos excepcionais foi enaltecido por Paim. Ele elogiou ainda o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, e os deputados Leonardo Matos e Celso Russomano.

Célio Azevedo

Abril

Paim alerta para gravidade da crise no setor calçadista

O senador Paulo Paim (PT – RS) advertiu que a crise enfrentada pelo setor calçadista, com reflexos diretos nas economias do Rio Grande do Sul e de São Paulo, pode provocar a saída de empresas brasileiras para países onde o câmbio é mais favorável. Ao contrário do que ocorreu em crises anteriores, as empresas tradicionais do setor não tendem mais a procurar regiões como o Norte e Nordeste, mas principalmente países como a China e a própria Argentina, que integra o Mercosul, disse ele.

Aposentados

Paim informou ainda que a Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal vai realizar audiência pública, com a presença de sindicalistas, para discutir a atual situação da Previdência Social e alternativas que possam assegurar benefícios aos aposentados e pensionistas. Ele defende o fim do uso do chamado fator previdenciário para o cálculo da aposentadoria e a opção por critérios que levem em consideração os rendimentos dos últimos 36 meses trabalhados.

Segundo o senador, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo também realizará audiência pública para discutir o projeto de lei do governo federal

Segundo o senador, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo também realizará audiência pública para discutir o projeto de lei do governo federal que eleva o valor do salário mínimo para R$ 350. Deverão participar do encontro prefeitos e representantes do funcionalismo municipal.

dia**4**

Mobilização vai garantir cumprimento do Estatuto do Idoso, afirma Paim

"É por meio do voto que os idosos vão mostrar que estão muito vivos e acompanhando quem tem compromisso com eles"

A mobilização social é a arma que vai garantir o cumprimento do Estatuto do Idoso. Essa foi a conclusão a que chegaram o senador Paulo Paim (PT – RS) e vários palestrantes na audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O objetivo do encontro foi discutir os desdobramentos do Estatuto do Idoso com relação à estada de pessoas da terceira idade em instituições de longa permanência e à obrigatoriedade de reserva de vagas gratuitas no transporte coletivo interestadual para idosos.

Com base no artigo 40 do Estatuto do Idoso, todos os veículos que fazem transporte coletivo interestadual devem garantir duas vagas gratuitas para

idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Além disso, preenchidas as duas vagas, a empresa de transporte tem ainda de conceder desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens aos outros idosos na mesma faixa de renda.

Na opinião de Paim, autor do requerimento para realização da audiência, além de se mobilizar, o idoso deve usar o seu voto para mostrar que tem o poder de decidir sobre as políticas públicas adequadas para o seu segmento.

– O legislador já fez a sua parte. Agora é a vez da sociedade. A mobilização é que vai assegurar o cumprimento, na íntegra, do Estatuto do Idoso. E o voto é muito importante nesse contexto; por isso, o idoso não pode abrir mão dessa arma nunca. É por meio do voto que vão mostrar que estão muito vivos e acompanhando aqueles que têm compromisso com eles – afirmou Paim, autor do Estatuto do Idoso (Lei 10.741), sancionado em outubro de 2003.

Cultura

Conforme o secretário nacional de Assistência Social – órgão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –, Osvaldo Russo de Azevedo, é preciso montar uma grande rede de proteção ao idoso em toda a América Latina, que deve começar com a prestação de assistência integral às famílias desses idosos. Ele lembra que, no Brasil, tal rede já está em construção, e desde a promulgação da Constituição de 1988 houve muitos avanços na área de políticas para a terceira idade, principalmente com relação aos conselhos de idosos.

– Há alguns anos, esses conselhos eram meramente cartoriais e hoje são deliberativos, com participação cada vez maior na sociedade – afirmou Russo.

Da mesma forma pensa o presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Perly Cipriano. Para ele, é necessário ainda que essa rede nacional de proteção ao idoso mude a forma de pensar já enraizada na cultura brasileira, de que é preciso cuidar apenas dos idosos carentes para entender que esse segmento cada vez maior da população é formado por pessoas de todas as classes e com várias necessidades diferentes.

– É preciso criar uma cultura que entenda o envelhecimento como uma conquista da Humanidade e não como uma doença. É preciso romper tradições para entender que os idosos pertencem a várias categorias e que é necessário construir uma sociedade onde eles possam ser tratados com dignidade e respeito.

Para especialistas, aumento do mínimo distribui renda

Audiência na Comissão do Salário Mínimo reuniu economistas, deputados e os senadores Paim, Suplicy e Heloísa Helena

O relator da Comissão Especial do Salário Mínimo, senador Paulo Paim (PT – RS), afirmou que, com aumento real de mais de 12% este ano, o salário mínimo torna-se um importante instrumento de distribuição de renda no país. Ele ressaltou, porém, que o aumento das despesas públicas com o reajuste do mínimo não pode servir de obstáculo à valorização das aposentadorias e de benefícios da seguridade social.

Em audiência pública na comissão, Paim, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PSOL-AL), além de deputados, debateram o tema com os economistas Claudio Salvadori Dedecca (Unicamp), João Sabóia (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Milko Matijascic (Centro Salesiano de São Paulo) e Rosa Maria Marques (PUC-SP).

Todos defenderam uma política de reajuste do salário mínimo como instrumento de distribuição de renda e de crescimento econômico.

Para João Sabóia, a aposentadoria não deve ser menor que o salário mínimo, pois está associada ao trabalho. Já o benefício de prestação continuada não precisa ser necessariamente atrelado à remuneração mínima do trabalho.

Célio Azevedo

Aposentados devem manter luta por reajuste, diz Paim

Paulo Paim (PT – RS) dirigiu da tribuna apelo aos aposentados e pensionistas do INSS para que se mantenham mobilizados, ou o governo lhes concederá apenas a inflação dos últimos 12 meses – cerca de 4%. Ele lembrou que os aposentados que recebem um salário mínimo ganharam, a partir deste mês, aumento de mais de 12% acima da inflação e pediu ao governo que defina uma política de recuperação de aposentadorias acima da faixa do mínimo.

Paim comunicou ainda a decisão do governo de abandonar a idéia do Projeto Polão, que colocaria pedágio na BR-116, via de acesso a Porto Alegre. Ele informou que os governos federal e estadual vão recuperar a rodovia, mas sem pedágio.

Paim pede mobilização de idosos por estatuto

A mobilização social é a arma que vai garantir o cumprimento do Estatuto do Idoso. Essa foi a conclusão a que chegaram o senador Paulo Paim (PT – RS) e vários palestrantes na audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O objetivo do encontro foi discutir os desdobramentos do estatuto com relação à obrigatoriedade de se reservar vagas gratuitas no transporte coletivo interestadual e à estada de pessoas da terceira idade em instituição de longa permanência.

Com base no artigo 40 do Estatuto do Idoso, todos os veículos que fazem transporte coletivo interestadual devem garantir duas vagas gratuitas para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Além disso, preenchidas as duas vagas, a empresa tem ainda de assegurar desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens, a outros idosos.

Segundo Paim, o idoso deve mobilizar-se e usar o seu voto para mostrar que tem o poder de decidir sobre as políticas públicas adequadas para o seu segmento.

Perda acumulada pelos aposentados chega a 70%, afirma senador

Em discurso, Paulo Paim (PT – RS) destacou que os aposentados do INSS que ganham mais que o salário mínimo só têm recebido o reajuste da inflação. "Comparando com outros setores da economia, a perda deles já chega a 70%", disse.

Ao longo da semana, o senador registrou em Plenário campanha de mobilização em todo o país pela recomposição das perdas acumuladas e tentou sensibilizar o governo para reajuste superior a cerca de 4%. A expectativa era de que o governo anunciaria reajuste de 5%, 1,5% a mais do que o INPC, e antecipação de metade do 13º para o mês de setembro.

Novo mínimo distribui renda, diz Paim

O relator da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo, senador Paulo Paim (PT – RS), afirmou que, com aumento real de mais de 12% este ano, o salário mínimo torna-se um importante instrumento de distribuição de renda no país. Ele ressaltou, porém, que o aumento das despesas públicas com o reajuste do mínimo não pode servir de obstáculo à valorização das aposentadorias e de benefícios da seguridade social.

dia12

Pagamento de correção do FGTS pode ser antecipado

A proposta que autoriza a antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto (PLS 358/04), do senador Paulo Paim (PT – RS), flexibiliza o cronograma de pagamento da atualização monetária das contas do FGTS decorrentes dos planos econômicos Verão e Collor I.

De acordo com o texto, o cronograma de pagamento poderá ser antecipado, desde que haja disponibilidade financeira, a critério do Conselho Curador do FGTS, respeitada a seguinte ordem de prioridade para seleção dos contemplados: trabalhadores em situação de desemprego involuntário; trabalhadores com necessidades prementes de assistência médica; outros, conforme prioridades a serem estabelecidas pelo conselho.

O projeto estabelece também que a Caixa Econômica Federal deverá publicar, trimestralmente, um quadro consolidado da situação financeira do FGTS.

Paim comemora a implantação do Pólo Naval de Rio Grande

Paulo Paim (PT – RS) destacou o início da implantação do Pólo Naval de Rio Grande, em seu estado. Segundo informou, a obra da Plataforma P-53 será iniciada.

Como 92% dos profissionais que trabalharão no pólo serão de nível técnico, o senador defendeu a aprovação de seu projeto que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep).

Paim também apelou por uma saída negociada para pôr fim à crise na Varig. Ele saudou, ainda, a gaúcha Rafaela Zanella, 19 anos, eleita Miss Brasil 2006.

dia**17**

Audiência debate efeitos da gripe aviária

A gripe aviária, com seus desdobramentos na cadeia produtiva e seus efeitos negativos entre os empregados do setor avícola, será o tema da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O senador Paulo Paim (PT – RS), autor do requerimento para a realização da audiência, ressalta que, além de mortes aos milhares, há a ameaça de desemprego em massa pela possibilidade da diminuição das exportações

como reflexo do avanço da doença na Europa. No entanto, justifica o senador, o problema maior virá se faltarem por completo aves para o abate, pois as indústrias teriam de cessar o trabalho.

Movidos por essa preocupação, representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) estão reivindicando ao governo que o seguro-desemprego seja concedido aos trabalhadores demitidos em função da crise durante todo o tempo que perdurar o problema.

Deverão participar da audiência pública os presidentes da Contag, Alberto Broch; da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústria e Co-operativas de Cereais (Contac), Siderlei de Oliveira; do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia de Concórdia (SC), Neuri Antônio Santhier; e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, Altemir Tortelli.

Recursos para a cultura de arroz têm crescido ano a ano

Ao abordar a crise na produção de arroz no Rio Grande do Sul, o senador Paulo Paim (PT – RS) disse que o governo Lula não pode ser responsabilizado pelos problemas do setor, pois, segundo ele, os recursos para a rizicultura vêm crescendo anualmente.

O senador gaúcho destacou a quase duplicação das verbas destinadas a custeio da safra entre 2002 e 2005, passando de R$ 391 milhões para R$ 770 milhões. Ele lembrou também que no mesmo período os recursos para a comercialização da safra subiram de R$ 177,7 milhões para R$ 281,3 milhões.

dia**18**

Paulo Paim elogia iniciativa de Mauricio de Sousa

Paulo Paim (PT – RS) elogiou a iniciativa do desenhista de histórias em quadrinhos Mauricio de Sousa de criar personagens portadores de deficiência física para a Turma da Mônica. O senador citou os personagens Dorinha (deficiente visual) e Luca (que anda de cadeira de rodas) como importante contribuição do autor para a inclusão social.

Segundo o parlamentar, Dorinha e Luca brincam e divertem-se com desenvoltura em meio aos outros personagens, "demonstrando que a inclusão é viável". Paim informou que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam a existência de 160 mil cegos no Brasil e de mais de 2 milhões de pessoas com grande dificuldade visual.

– Eles merecem todos os direitos e oportunidades, como qualquer outro brasileiro – observou.

dia19

Nome do índio guarani Sepé Tiaraju vai para o Livro dos Heróis da Pátria

Em decisão terminativa, a CE aprovou projeto do senador Paulo Paim (PT – RS) que inscreve o nome do índio guarani Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria, que está no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília. Tiaraju morreu há 250 anos, durante batalha contra soldados portugueses e espanhóis, no Rio Grande do Sul.

– Esse será o primeiro índio a ser consagrado no Panteão – observou Paim, ao recordar que a votação de seu projeto (PLS 421/05), cuja relatora foi Maria do Carmo Alves (PFL-SE), ocorria na véspera do Dia do Índio, comemorado em 19 de abril.

dia**20**

Paim enaltece criação de comissão para o índio

O senador Paulo Paim (PT – RS) registrou o transcurso do Dia do Índio, lembrando que o Congresso aprovara requerimento para a criação de uma comissão mista temporária voltada para a discussão de ações na área de saúde, educação e demarcação de terras para os indígenas.

Paim salientou a importância do futuro colegiado para a inclusão do índio no cenário político, econômico e social do país.

Presidindo a sessão, Efraim Morais (PFL-PB) informou que já foram expedidos ofícios aos líderes dos partidos na Câmara e no Senado solicitando que indiquem os integrantes da comissão.

Célio Azevedo

Pagamento "simbólico" tem apoio de Paulo Paim

O pagamento de taxas consideradas "simbólicas", realizado pelos estudantes das universidades públicas com maior poder aquisitivo, foi defendi-

do pela maioria dos senadores que participaram da audiência pública para debater o Projeto de Lei da Câmara 40/05. Eles são contrários ao PLC, que exime os estudantes do ensino público de qualquer pagamento.

O senador Paulo Paim (PT – RS) ressaltou a necessidade de os que "foram aquinhoados pela vida" contribuírem para o incremento da educação brasileira e defendeu o pagamento de taxas pelos estudantes com renda familiar elevada e, mais uma vez, o estabelecimento de cotas raciais nas universidades. Paim discordou de posição manifestada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), relator do projeto, de que o estudo deve ser gratuito para qualquer aluno, rico ou pobre, conforme prevê a Constituição.

dia**25**

Universitários carentes poderão ter descontos

Proposta de descontos na mensalidade de instituições privadas de ensino superior pode ser votada na Comissão de Educação (CE). O PLS 1/04, de autoria de Paulo Paim (PT – RS), poderá beneficiar estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Pelo projeto – que recebeu parecer favorável do relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) –, as instituições deverão oferecer descontos de 80% nas mensalidades em 5% das vagas dos cursos de graduação, destinadas aos alunos mais necessitados, e de 50% em 10% das vagas.

A CE poderá votar ainda, em decisão terminativa, o PLS 31/06, que determina a impressão do Hino Nacional na contracapa de cadernos escolares e livros didáticos produzidos e adquiridos com recursos da União; projetos que instituem o Dia do Radialista (PLS 3/06) e o Dia Nacional do Biomédico (PLS 9/06); e outro que institui 2006 como o Ano Nacional dos Museus (PLS 14/06).

dia**27**

Paim quer audiência com governadores sobre caso Varig

Paulo Paim (PT – RS) informou que apresentará requerimento sugerindo que os governadores e secretários de Fazenda dos estados que mais devem à Varig sejam convidados a participar de audiência conjunta nas comissões que estão debatendo a crise na empresa: comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

– As quatro unidades da Federação que mais devem à empresa são Rio Grande do Sul (R$ 107 milhões), São Paulo (R$ 410 milhões), Amazonas (R$ 119 milhões) e Distrito Federal (R$ 104 milhões). A dívida total dos estados brasileiros com a Varig chega a R$ 1,3 bilhão – ressaltou.

O senador registrou que estão sendo feitas gestões junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que a Varig possa contrair empréstimo de R$ 400 milhões.

Maio

dia3

Apelo ao STJ por agilidade no caso da companhia aérea

O senador Paulo Paim (PT – RS) comunicou que um grupo de trabalho coordenado por ele pretende encontrar-se com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Raphael de Barros Monteiro, para pedir que aquele tribunal acelere o julgamento, em última instância, sobre o acerto de contas da Varig.

Paim explicou que a decisão do STJ é importante para que se conheçam os créditos aos quais a empresa tem direito e, a partir disso, se possa viabilizar o plano de sua recuperação. O anúncio foi feito durante audiência conjunta realizada pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos.

O senador informou ainda que o Instituto Aerus de Seguridade Social suspendeu a assistência médica aos funcionários da Varig e pediu que eles entregassem suas carteirinhas. Em um gesto simbólico de protesto, em vez de devolverem as carteirinhas ao Aerus, funcionários que participavam da audiência pública entregaram-nas ao presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador Heráclito Fortes (PFL – PI).

Acordo

Em Plenário, o senador Paulo Paim opinou que as audiências públicas realizadas pelo Senado Federal ajudam a viabilizar um acordo envolvendo a Varig, o BNDES, a BR Distribuidora e o governo.

dia 8

Paim propõe PEC da candidatura independente

Paulo Paim (PT – RS) anunciou ter apresentado proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a candidatura sem filiação partidária a qualquer cargo dos Poderes Executivo e Legislativo. Segundo ele, 40 parlamentares apoiaram a iniciativa, já adotada em vários países.

Cláusula da boa-fé é inserida na CLT

A CAS aprovou também substitutivo do senador Paulo Paim (PT – RS) a projeto de lei do deputado Sandro Mabel (PL-GO) que prevê que as relações de trabalho devem ser permeadas de probidade e boa-fé, visando ao progresso social do empregado e à realização das metas da empresa, em um ambiente de cooperação mútua (PLC 11/06).

A proposta, que acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tem o objetivo, segundo o autor, de promover a cultura de confiança dentro da empresa, inserindo a cláusula geral de boa-fé na legislação como "norteadora das relações individuais e coletivas de trabalho". Segundo Paim, o projeto faz com que a empresa cumpra sua responsabilidade social.

– Nessa relação de boa-fé se leva também em conta o interesse da parte mais fraca, que é o trabalhador – afirmou.

dia**9**

Paim quer mudar lei ambiental para acabar com a impunidade

Projeto em tramitação na CCJ visa eliminar lacuna legal que tem beneficiado o infrator, explica o parlamentar

Aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Paulo Paim (PT – RS) que altera a Lei 9.605/98 para reorganizar o procedimento de instauração e tramitação de processo destinado a punir quem comete crime ambiental. O parlamentar identificou nessa lei lacunas e incoerências que, em sua avaliação, propiciam a impunidade do infrator.

Na justificação da proposta (PLS 271/04), Paim apresenta a situação hipotética de um fiscal que autue um infrator no interior do país. Se o auto for lavrado dez dias depois, como permite a lei, a partir dessa última data começa a contagem legal de 30 dias para ser julgada a infração. Porém, o prazo da defesa do infrator começa a contar não a partir do dia da autuação, mas do momento em que ele tiver conhecimento dela. Portanto, se ele agir de má-fé, poderá esquivar-se de conhecer oficialmente a autuação durante meses.

Apesar disso, argumenta o senador, a autoridade competente tem que agir dentro do prazo de 30 dias contados a partir da lavratura da autuação. Com isso, não é raro o julgamento ocorrer antes da apresentação da defesa. De acordo com Paim, o infrator ainda pode ingressar no Judiciário, alegando intempestividade no julgamento ou cerceamento do seu direito de defesa.

– Com isso, a ação dos fiscais fica inócua e o meio ambiente penalizado diante da impunidade do infrator, que acaba por ser incentivado à prática de outros crimes ambientais – observou o parlamentar.

Em defesa do projeto, Paim diz que seu único propósito é a reorganização dos procedimentos processuais na lei ambiental, adequando-os seqüencialmente às regras gerais, a fim de coibir a má-fé e fechar a lacuna legal que beneficia o infrator. Ele sublinha que seu projeto propicia um processo regular no caso de crime ambiental, sem deixar de garantir o amplo direito de defesa de quem comete a infração.

Célio Azevedo

Paim acha que proposta feita pelos credores poderá salvar a Varig

Paulo Paim (PT – RS) relatou da tribuna o resultado da última reunião de credores da Varig, que produziu propostas para salvar a empresa. Segundo o senador, a companhia aérea poderá ser divida em duas, sendo que uma das novas empresas ficaria com as dívidas, enquanto a outra seria vendida em leilão, a ser realizado em 60 dias.

– Tenho certeza de que a Varig, um ícone da aviação, continuará voando – disse.

Paim acrescentou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá disponibilizar empréstimo de R$ 400 milhões para os investidores.

O parlamentar manifestou, entretanto, preocupação com o futuro do fundo de pensão dos funcionários da Varig, o Aerus. Ele advertiu que, a partir de outubro, os aposentados e pensionistas do fundo poderão não mais receber seus benefícios. A seu ver, o processo de reestruturação da empresa deveria incluir o Aerus. Paim recebeu apartes de Pedro Simon (PMDB – RS) e Romeu Tuma (PFL – SP).

dia15

Comissão condena racismo na internet

Quem divulgar mensagens racistas na internet pode parar na prisão

Os responsáveis por crimes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional cometidos por meio da internet ou de qualquer outra rede de computadores destinada ao acesso público poderão ser condenados à pena de reclusão de dois a cinco anos e multa. É o que determina substitutivo do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto de lei do senador Paulo Paim (PT – RS) aprovado na Comissão de Educação (CE).

O projeto será examinado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta última em decisão terminativa.

Na justificação da proposta, Paim lembra que a internet tornou-se um veiculador de informações de caráter racista, sem que haja, na legislação, previsão de punição para os responsáveis. Na opinião do parlamentar, quem divulga mensagens que induzam ou incitem esse tipo de discriminação ou preconceito deve ser punido da mesma forma que quem pratica diretamente tais crimes.

– Punir o crime de racismo na internet torna-se necessário pelas mesmas razões pelas quais deve ser punido o racismo de quem obriga um negro a

usar a porta de serviço, de quem coloca uma bomba numa sinagoga ou de quem nega emprego a outrem em função de sua etnia, credo ou origem – defendeu o parlamentar gaúcho.

O projeto original de Paulo Paim (PLS 337/03) instituía uma lei específica para tipificar os crimes de preconceito pela internet.

Paim: êxito de nova política para o mínimo depende de mobilização

Na audiência pública realizada em Salvador pela Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, o senador Paulo Paim (PT – RS) apelou para que sindicatos e organizações sociais permaneçam mobilizados para pressionar o Congresso a definir uma nova e avançada política para o mínimo, que garanta a recuperação dos ganhos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas da Previdência Social.

– Quem mais se mobiliza, leva. E quem está organizado no país é o grande capital, e não os trabalhadores e os aposentados – destacou Paim no plenário da Câmara dos Vereadores, durante a terceira audiência realizada pela comissão em outras capitais.

Já os representantes patronais mostraram receio de impactos não somente sobre a Previdência, mas também na folha salarial das prefeituras de regiões mais pobres e das empresas de setores menos rentáveis.

O presidente da Federação do Comércio da Bahia, Carlos Amaral, lembrou as desigualdades do país para justificar sua opinião contra um salário mínimo unificado, sob o argumento de que municípios muito pobres não teriam condições de arcar com a folha.

O vice-presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Emanoel Souza, defendeu uma política que garanta ao salário mínimo mais do que a produtividade do trabalho e o aumento do PIB. Como argumentou, o grande crescimento da economia nos últimos 50 anos não foi transmitido aos trabalhadores.

– É natural que os trabalhadores queiram agora a recuperação desse passivo – defendeu.

Um tributo sobre as grandes fortunas foi defendido pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores na Bahia, Everaldo Augusto. A CUT, segundo ele, defende a taxação, numa única vez, de um percentual de 1,5% sobre todo patrimônio pessoal acima de 8 mil salários mínimos (R$ 2,4 milhões), assegurando recursos para aumentos reais anuais de 8,9% para o salário mínimo.

Pirataria no audiovisual será discutida em audiência

A Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, vinculada à Comissão de Educação (CE), vai realizar audiência pública para tratar da pirataria na indústria do audiovisual. O requerimento aprovado, dos senadores Romeu

Tuma (PFL-SP) e Paulo Paim (PT – RS), prevê a realização de várias audiências públicas para discutir o tema com todos os setores envolvidos na questão.

Segundo Paim, as reuniões são muito importantes, pois trata-se de um "tema que preocupa toda a sociedade".

dia16

Atentados mostram que sistema de segurança está falido, diz Paim

Os atentados, especialmente em São Paulo, contra policiais, delegacias, ônibus e bancos demonstram que a segurança do Estado brasileiro está falida, não só naquela unidade da Federação, mas em todas elas. Essa é a opinião do senador Paulo Paim (PT – RS), que, em entrevista à Agência Senado, alertou ainda sobre a necessidade urgente de se organizar seminário para refletir sobre as causas da violência no Brasil e discutir possíveis soluções.

Para o senador, o momento exige firmeza, não apenas por parte do Executivo, mas de todos os Poderes, que devem avaliar os motivos da violência brasileira e, juntos, encontrar soluções. Paim sugeriu que especialistas de outros países sejam convidados a apresentar as experiências internacionais bem-sucedidas na área de segurança pública.

Esses atentados também sinalizam às autoridades, disse o senador, que a estrutura social está decompondo-se. Fatores como desemprego e má distribuição da renda no país, salientou, ou favorecem a manutenção de pessoas na marginalidade, ou contribuem para levar novos brasileiros a ingressar no crime organizado.

– É preciso rever o sistema de segurança brasileiro e decidir o que fazer nesta situação. O momento é de firmeza e de se encontrar respostas sólidas para evitar a decomposição estrutural da sociedade – enfatizou Paim.

O senador avalia que uma eventual interferência do Exército poderia ser importante momentaneamente. No entanto, destacou, é preciso trabalhar nas causas.

– O Exército pode jogar água e apagar o incêndio, mas ficam as brasas, que podem reacender a qualquer momento – observou Paulo Paim.

dia**18**

Paim comemora conferência sobre deficientes

O senador Paulo Paim (PT – RS) afirmou que foi bem-sucedida a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ocorrida em Brasília entre os dias 12 e 15 de maio.

Paim e os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) participaram de painel no evento.

– Foi um grande momento de reflexão e forte elo na luta empreendida em favor das pessoas com deficiência – avaliou o parlamentar.

Paim também ressaltou a importância da Convenção Internacional de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, que será promulgada em janeiro de 2007 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O documento, de acordo com o senador, vai explicitar os princípios de inclusão, de não-segregação e de equiparação de oportunidades dos portadores de deficiência, com o objetivo de proteger e promover a sua dignidade.

dia**25**

Carteiros terão direito a adicional de periculosidade

Projeto do senador Paulo Paim (PT – RS) que propõe a concessão de adicional de periculosidade aos carteiros foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 82/03 altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e obteve aprovação unânime, em decisão terminativa.

– Os projetos não inovam, apenas consagram o direito de quem trabalha em atividade de risco – ressaltou Paim.

dia26

Paim registra esforço de senadores em favor de companhia aérea

Ao discursar em Plenário, o senador Paulo Paim (PT – RS) elogiou as recentes reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), nas quais está sendo analisada a atual situação da empresa aérea Varig. De acordo com Paim, o colegiado, que é presidido pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), está avançando nos debates. Ele convocou os 27 coordenadores de bancadas estaduais do Congresso Nacional a comparecerem à reunião da comissão.

– Vamos tentar fechar um grande entendimento em relação às dívidas dos estados com a Varig – adiantou o parlamentar.

De acordo com o senador, a reunião será destinada também à discussão das dívidas e créditos entre o governo federal e a Varig. Paim afirmou que as dívidas dos estados brasileiros com a empresa aérea somam algo em torno de R$ 1,4 bilhão.

José Cruz

Salário mínimo

Paim destacou a importância da audiência pública realizada em Porto Alegre pela Comissão Mista do Salário Mínimo, da qual é relator. Durante o evento, frisou o parlamentar, foram discutidos temas como política de renda, benefícios de aposentados e pensionistas e política de recuperação de benefícios. Segundo Paim, também estiveram presentes à audiência os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Valdir Raupp (PMDB-RO), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

Paulo Paim voltou a criticar a figura do fator previdenciário, índice utilizado no cálculo do valor das aposentadorias que reduz os benefícios em até 30%, no caso dos homens, e 35%, no caso das mulheres, sendo calculado com base na expectativa de vida do segurado.

– Não há um país no mundo que adota o fator previdenciário, de tão perverso que ele é contra o povo – enfatizou Paim, pouco antes de ser aparteado pelo colega senador Romeu Tuma (PFL-SP), que apoiou a recuperação da Varig.

dia**29**

Paim: educadores apelam por Fundeb

O senador Paulo Paim (PT – RS) registrou em Plenário, a realização de encontro promovido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Edu-

cação (Undime) em Brasília. O evento reuniu mais de 1.200 secretários municipais de educação de todo o país, que pediram agilidade na votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

A matéria – já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na forma de substitutivo do relator, senador José Jorge (PFL-PE) – aguarda deliberação do Plenário, cuja pauta de votações encontra-se trancada por cinco medidas provisórias. A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio em todas as suas modalidades, que deverão contar com o fundo de financiamento próprio a partir da aprovação da proposta.

De acordo com Paim, a Undime aguarda que a proposta seja prontamente votada pelo Plenário do Senado para que o financiamento da educação pública municipal possa permitir os avanços necessários na construção da educação de qualidade a todos os brasileiros.

PROJETOS

O senador Paulo Paim (PT – RS) sugeriu a unificação dos projetos Pacto pelo Rio Grande e Este é o Rio Grande que Queremos, que visam à mobilização de lideranças regionais e da sociedade na busca de soluções para a crise econômica e um modelo de administração para os próximos governos do Rio Grande do Sul.

Paim defende paridade do mínimo para trabalhadores e inativos

O relator da Comissão Mista do Salário Mínimo, senador Paulo Paim (PT – RS), prometeu, em audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, que apresentará voto favorável à concessão de reajuste para os aposentados e pensionistas igual ao dos trabalhadores ativos.

Paim salientou que, se não houvesse desvio dos recursos da Seguridade Social para outras finalidades, os trabalhadores e aposentados brasileiros poderiam ter melhores salários.

Para o diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no estado, Celso Woyciechowski, a recuperação do salário mínimo nacional envolve uma política pública de distribuição de renda. Ele disse que a CUT vai apresentar à comissão proposta para recuperar, em 20 anos, o poder aquisitivo do salário mínimo. E ressaltou que as sugestões em análise precisam levar em conta as pessoas que vivem com renda próxima de um salário mínimo e também os aposentados.

O representante da Força Sindical, Luiz Carlos Barbosa, lembrou que, se cumprisse a determinação constitucional, o valor do salário mínimo deveria ser de aproximadamente R$ 1.400. Ele também afirmou que concorda com a opinião de Woyciechowski, de que as propostas de reajuste do salário mínimo nacional devem levar em conta a distribuição de renda.

Paim afirma que há soluções viáveis para tirar Varig da crise

O senador Paulo Paim (PT – RS) disse em discurso no Plenário, que há saídas viáveis para a crise da Varig que poderiam ser implementadas rapidamente. Ele afirmou que negociações com os governos estaduais podem resultar no pagamento dos créditos que a companhia tem com eles e que podem chegar a R$ 1,38 bilhão.

Esses créditos, segundo o senador, são referentes a recolhimentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) feitos acima do valor correto. De acordo com Paim, as maiores dívidas seriam dos estados do Rio Grande do Sul, do Amazonas e de São Paulo. O governo do Rio de Janeiro, ressaltou o parlamentar, já teria negociado o pagamento de 75% desses créditos.

Além disso, Paim mencionou entre as soluções que estão sendo negociadas a antecipação do leilão da companhia – previamente marcado para julho – e a concessão de um empréstimo por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O senador também manifestou preocupação com os aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus, que atende aos funcionários da Varig.

Citando reportagem do jornal Valor Econômico, Paim afirmou que eles poderão ficar sem o pagamento de benefícios a partir de novembro.

dia31

Paim pede redução da jornada de trabalho sem diminuir salário

O senador Paulo Paim (PT – RS) defendeu em Plenário a proposta de emenda à Constituição, de sua autoria, que reduz gradualmente a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36 horas, ao longo de oito anos, sem redução salarial, como parte do Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe). A proposta (PEC 75/03) não é impositiva, pois as empresas poderiam optar por adotá-la ou não.

Paim exemplificou com o caso da empresa paranaense BS Colway que já adotou a redução da jornada e obteve melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, maior produtividade e lucratividade e postos de trabalho dobrados.

Ele citou estudo do economista Márcio Pochmann, professor da Universidade de Campinas (Unicamp), segundo o qual a jornada de trabalho no Brasil teve aumento de 37,5%, nos últimos 20 anos, tanto para o trabalhador do mercado formal quanto do informal. Do total de trabalhadores, destacou, 72,2% ou 79,1 milhões trabalham além da carga horária normal.

O estudo constatou ainda, informou Paim, que 8,2 milhões de pessoas passaram a procurar outra ocupação, tendo registrado também crescimento da "multiatividade"(quando uma mesma pessoa exerce mais de uma tarefa ou tem carga horária excessiva). A análise mostra que o excesso de horas trabalhadas atinge igualmente jovens, aposentados, homens, mulheres e crianças.

– Enquanto umas [pessoas] trabalham mais de 44 horas, outras têm duas jornadas de seis horas em dois empregos, e quem faz hora extra trabalha entre dez e 12 horas.

Junho

dia1

Paim: fator previdenciário é perverso

Paulo Paim (PT – RS) voltou a condenar o fator previdenciário, implantado no país em 1999, no governo Fernando Henrique, que alterou a aposentadoria por idade. Para o senador, o mecanismo é perverso, à medida que reduz o valor do benefício dos aposentados e pensionistas.

Segundo Paim, os mais prejudicados são as mulheres, devido a um redutor de 41,5% nos seus benefícios em relação ao que elas teriam de direito. No caso dos homens, a redução é de 35%, informou.

dia2

Paim defende fim da violência contra idosos

Ao registrar que no dia 15 de junho será celebrado o Dia Mundial de Combate à Violência a Pessoa Idosa, o senador Paulo Paim (PT – RS) comunicou que o Senado realizará, a seu pedido, audiência pública para debater o tema. Ele defendeu uma ampla mobilização nacional para protestar contra os abusos

físicos, financeiros e psicológicos, o abandono e a negligência contra os mais velhos.

– A questão tem que ser tratada com urgência. A família e a sociedade como um todo têm que ser convidadas a refletir para que possamos construir um novo modelo social que garanta o respeito aos mais velhos – afirmou Paim.

Segundo o senador, a maioria dos casos de violência contra idosos ocorre principalmente no contexto familiar e as vítimas são preferencialmente as mulheres muito idosas que perderam a autonomia e a independência. Paim registrou que somente nas últimas décadas é que o tema da violência contra a pessoa idosa tem recebido a atenção da sociedade civil e do Estado.

O International Network for the Prevention of Elder Abuse (Inpea) e a Organização das Nações Unidas (ONU) são os responsáveis mundiais pelo Dia de Combate à Violência a Pessoa Idosa. O principal objetivo do dia 15 de junho é criar consciência social e política da existência da violência contra a pessoa idosa junto com a idéia de não aceitá-la como normal, apresentando formas da prevenção. A ONU reconhece a violência contra a pessoa idosa como violação aos direitos humanos.

dia5

Carteiros garantem adicional de periculosidade

A CAS aprovou, em decisão terminativa, o PLS 82/03, que concede adicional de periculosidade aos carteiros. O projeto do senador Paulo Paim (PT – RS) altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Também foi aprovado pela CAS, em decisão terminativa, outro projeto do senador Paulo Paim, que dispõe sobre a profissão de ortoptista – profissional com graduação em ortóptica, habilitado à pesquisa e, mediante prescrição médica, ao diagnóstico e tratamento de distúrbios óculo-sensório-motores.

Célio Azevedo

Governo gaúcho admite dívidas com a Varig

Seguindo o exemplo do Rio de Janeiro, o governo do Rio Grande do Sul anunciou que deverá enviar à Varig carta de reconhecimento de dívidas relativas a recolhimento a maior do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), cobrado sobre prestação de serviço aéreo a passageiros. O

anúncio foi feito pelo senador Paulo Paim (PT – RS) após o término da audiência reservada da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O benefício do governo gaúcho foi concedido graças à ação de parlamentares do grupo de trabalho criado pela CI para discutir soluções para a crise financeira da Varig. O valor total do crédito da Varig junto aos estados, de R$ 1,3 bilhão, se pago à empresa, poderia viabilizar um empréstimo emergencial junto a bancos oficiais. Os recursos serviriam para quitar dívidas com empresas norte-americanas que alugam parte das aeronaves atualmente utilizadas pela Varig.

Além desse resultado, Paim anunciou ainda que a subcomissão da Varig deverá tratar do encontro de contas da empresa e do governo com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

– Existe dívida da Varig com a União, mas existe também dívida maior da União com a Varig. E se a ministra concordar com o encontro, pode ser que a Varig tenha a receber algo em torno de R$ 1 bilhão – disse Paim.

O diretor-geral da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, reclamou, após a reunião, do prazo exíguo entre a publicação do edital e a realização do leilão. Ele informou que a decisão, tomada em conjunto pelo juiz responsável pela reestruturação da Varig e pela Anac, foi necessária devido a problemas de fluxo de caixa da empresa.

O coordenador do Grupo de Trabalhadores da Varig (TGV), comandante Márcio Marsillac, avaliou que o pequeno prazo impossibilitará a TGV de participar da arrematação.

– Temos condições de arregimentar US$ 100 milhões vindos de trabalhadores para participar desse leilão. Poderíamos entrar com US$ 100 milhões dentro do preço mínimo. Mas precisamos de tempo – disse Marsillac.

Paulo Paim afirma que fator previdenciário é "perverso"

O senador Paulo Paim (PT – RS) condenou o fator previdenciário, que derrubou a aposentadoria por idade. Para ele, o mecanismo é "perverso" – implementado em 1999, na reforma da Previdência feita no governo FHC, e mantido na reforma de 2003, já no governo Lula –, na medida em que reduz o valor do benefício dos aposentados e pensionistas e se aplica apenas aos que recebem até sete salários mínimos. Segundo Paim, as maiores prejudicadas seriam as mulheres – há um redutor de 41,5% nos seus benefícios (contra 35% para homens).

Paim informou que a Comissão do Salário Mínimo deve finalizar seus trabalhos no final de 2006. Até lá, ele espera que seja aprovado relatório que aponte para uma política de recuperação do mínimo e dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas, além do fim do fator previdenciário.

Paim sugere pacto de diferentes correntes

Paulo Paim (PT – RS) sugeriu em Plenário que duas vertentes políticas gaúchas – Pacto pelo Rio Grande e Rio Grande que Queremos – façam uma convergência de suas propostas em benefício da população. Para ele, os objetivos das duas correntes são os mesmos, uma vez que, com base em ampla discussão com a sociedade, apresentam ações para que o estado desenvolva-se social e economicamente.

O Pacto pelo Rio Grande tem como finalidade criar condições políticas para elaboração de uma agenda mínima de medidas destinadas a iniciar um caminho de superação da grave crise que vive o estado.

Já o Rio Grande que Queremos pretende estabelecer uma agenda estratégica para o desenvolvimento econômico e social do estado do Rio Grande até 2020. "Ou a gente se desprende das vaidades pessoais ou seremos cobrados pelas gerações futuras", afirmou Paim.

Voz do Leitor

DIREITOS TRABALHISTAS

"Senador Paulo Paim, manifesto meus aplausos pelo substitutivo de sua autoria que acrescenta cláusulas de boa-fé na CLT. Esse dispositivo vai inibir que empresas se beneficiem com a procrastinação de contenciosos trabalhistas. Outra medida que também levaria em conta o interesse da parte mais fraca, que é o trabalhador, seria a aprovação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado."

Ernani Baltazar Santos Barbosa, de Niterói (RJ)

dia12

Pergunte ao Senador

APOSENTADORIA ESPECIAL

Francisco Alves Pereira, de Campina Grande (PB)

"Senador Paulo Paim, o senhor explicou, no programa Fala Cidadão, que para um empregado conseguir a aposentadoria especial é necessário um laudo técnico da empresa. No entanto, como um empregado pode solicitar esse laudo a uma empresa que já faliu?"

O senador Paulo Paim (PT – RS) responde:

Caro Francisco, se a empresa faliu mesmo – algumas apenas somem do mercado, mas não têm falência decretada –, a falência deve ter sido ordenada pela Justiça estadual na cidade em que a empresa tinha sua sede administrativa. Nesse caso, o juiz nomeia um síndico para administrar a massa falida. O que você precisa fazer é ir até a Justiça, verificar em que cartório tramitou o processo de falência e pegar nome e telefone do síndico, que poderá lhe informar se a empresa tinha laudos técnicos de insalubridade ou não. Se ela pagava o adicional, é possível que haja laudos que comprovem isso. Mas, se a empresa apenas saiu do mercado, você terá de ir até o INSS da cidade que sediava a empresa e verificar se há algum laudo

técnico referente à empresa. Se nada disso der certo, o ideal é procurar um advogado trabalhista. Algumas vezes não existem laudos técnicos e a aposentadoria especial só pode ser conseguida via judicial.

dia13

Agressões a idoso começam no lar e continuam nas leis violadas

Humilhação e abandono são formas mais freqüentes de violência, que abrange também a subtração de direitos assegurados por lei, como o transporte interestadual gratuito

Boa parte das agressões contra os mais velhos no Brasil é praticada no seio familiar. Além da violência física, os idosos estão sujeitos à violência psíquica, que se traduz em humilhações, abandonos, descasos e opressões cometidos pela própria família. Por isso, a audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir o combate à violência contra os idosos concluiu que, antes de se modificar a legislação, é preciso mudar a consciência pessoal.

A audiência foi realizada a requerimento do senador Paulo Paim (PT – RS) e contou com a participação do presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI), Perly Cipriano.

– A legislação não muda a violência cometida contra os idosos. Temos avançado muito e a discussão tem mobilizado os próprios idosos, mas a sociedade civil tem um papel preponderante no combate – disse Cipriano.

A violência contra os idosos também reflete um "déficit da democracia institucional", de acordo com o presidente da Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid), Paulo Roberto Barbosa Ramos. Segundo ele, as agressões poderiam diminuir a partir do momento em que os direitos assegurados pela legislação e pela Constituição estivessem garantidos a todos os cidadãos do país. Ramos citou como exemplo artigo do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) – de autoria de Paim e já em vigor – que previa gratuidade no transporte interestadual de idosos e foi suspenso por decisão judicial. Ele sugere que o Congresso articule uma solução que permita ao idoso usufruir do benefício.

Família

Para a representante na América Latina da Rede Internacional para Prevenção de Abusos contra Idosos (Inpea), Laura Mello Machado, a família brasileira não conta com o devido apoio dos programas governamentais para encarar o processo de envelhecimento. Segundo ela, a legislação que dispõe sobre os direitos dos idosos é avançada, mas ainda falta a efetiva adoção dos mecanismos de proteção previstos em diplomas legais.

– Nossas políticas avançaram para o idoso ativo e saudável, mas o idoso dependente está absolutamente negligenciado pelas políticas públicas. É preciso ajudar a família brasileira a cuidar do idoso dependente, que apresenta o maior risco – avaliou.

Já a pesquisadora da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) Cecília Minayo ressaltou que "os idosos não são descartáveis". Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) citada por ela indica que 60% dos idosos brasileiros trabalham, sendo que 30% de tal contingente seria responsável pela manutenção de suas próprias famílias.

– Nem sempre os idosos dependem da família para sobreviver. A maioria deles continua firme, forte e capaz de aproveitar a vida. Eles têm dificuldades de exercer o direito de ir e vir. É preciso adaptar sinais no trânsito, transportes e calçadas. É preciso trabalho preventivo que leve em conta o apoio à família – disse.

A coordenadora do Programa de Prevenção à Violência do Ministério da Saúde, Marta Maria Alves da Silva, revelou que as mortes de idosos no Brasil são provocadas principalmente por atropelamentos, quedas, violências interpessoais, homicídios e suicídios. O representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa no Pará (CNDPI-PA) Emídio Rebelo Filho apresentou carta a ser encaminhada à Presidência da República e a autoridades em que cobra providências para garantir o bem-estar dos idosos. Segundo o documento, o Brasil conta atualmente com 17,6 milhões de idosos, ou seja, 9,4% da população nacional.

Paim elogia decisão da Câmara sobre reajuste para aposentados

O senador Paulo Paim (PT – RS) elogiou a decisão da Câmara dos Deputados que estendeu o mesmo reajuste do salário mínimo (16,66%) para aposentados e pensionistas que recebem benefícios da Previdência Social. O aumento foi inserido, por meio de destaque apresentado pelo PFL, na Medida Provisória (MP) 288/06, que reajustou o salário mínimo de R$ 300 para R$ 350 a partir de 1º de abril de 2006. Paim pediu aos senadores que ratifiquem a decisão dos deputados federais.

O senador também fez referência à MP 291/06, que está na Câmara e autoriza reajuste de 5% nos benefícios da Previdência Social, retroativo a 1º de abril de 2006, para os 8,3 milhões de segurados que recebem valores acima de um salário mínimo. Paim apresentou destaques às duas MPs também pedindo a extensão do reajuste do salário mínimo para aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência.

– Fui deputado constituinte e na época eu já dizia que, no momento em que se desvinculassem as aposentadorias, elas cairiam, e o salário mínimo também, e foi isso o que aconteceu – afirmou.

O parlamentar gaúcho informou ter recebido cartas da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), nas quais os "mais de 20 milhões de associados fazem apelo para conseguir apoio dos parlamentares". Segundo Paulo Paim, o Senado deve acompanhar a decisão da Câmara.

dia19

PSDB e PDT indicam membros para CPI

PSDB e PDT já fizeram indicações de membros para a CPI mista que investigará fraudes na compra de ambulâncias, mediante apresentação de emendas ao Orçamento, conforme investigação desenvolvida pela Operação Sanguessuga, da Polícia Federal.

Depois do anúncio, o senador Paulo Paim (PT – RS) declarou que, em 30 dias, será possível à comissão realizar investigações e chegar a conclusões sobre se parlamentares praticaram ilícitos, pois a própria campanha eleitoral contribuirá para apressar resultados.

– Em 15 de julho começa o recesso. Em agosto e setembro realiza-se a disputa eleitoral. É natural que todos se esforcem para apressar a investigação, a fim de nos dedicarmos ao grande debate sobre o país que queremos.

Se houver fatos criminosos, Paim entende que cabe ao Ministério Público e à Polícia Federal a continuidade do processo para a punição dos culpados.

– Esses setores da Justiça estão trabalhando com muita firmeza, investigando o caso com a profundidade que ele exige – declarou.

Paim defende reajuste de 16,7% nas aposentadorias

Paulo Paim (PT – RS) disse esperar que o Senado aprove o reajuste de 16,7% para aposentados e pensionistas previsto no Projeto de Lei de Conversão 18/06. "Nos últimos dez anos, as perdas salariais chegaram a 71,5% e é justamente para essa idade que a inflação é mais alta, porque eles têm gastos maiores com tratamentos e remédios", afirmou Paim.

O impacto nas contas do governo, lembrou, será de cerca de R$ 4 bilhões, mas beneficiará mais de 12 milhões de famílias. "Com isso, teremos mais pessoas recebendo dinheiro e comprando, haverá mais produção e, conseqüentemente, mais empregos", explicou.

Paim defendeu ainda votação urgente de seu projeto que acaba com o fator previdenciário no cálculo dos benefícios da aposentadoria (PLS 296/03) por representar prejuízos de 41,5% para as mulheres e de 35% para os homens.

"Os idosos não podem invadir o Senado; estão em casa assistindo à TV Senado"

Paulo Paim, ao defender o reajuste de 16,7% para os benefícios superiores a um salário mínimo recebidos por aposentados e pensionistas.

Paim defende jornada semanal de trabalho de 36 horas

Paulo Paim (PT – RS) defendeu a redução da jornada de trabalho no Brasil de 44 para 36 horas semanais. Ele argumentou que essa medida pode propiciar a criação de 7 milhões de empregos. O próprio senador já apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 75/03) nesse sentido, que tramita na Comissão de Justiça (CCJ) do Senado.

– Com turnos menores, de seis horas, o número de empregados precisa ser maior – argumentou.

Paim também pediu apoio para aprovação de outra matéria de sua autoria: o projeto de lei do Senado (PLS 320/04) que isenta do recolhimento do Imposto de Renda os rendimentos que o empregado receber cumulativamente.

Roosewelt Pinheiro

dia**21**

Paim pede apoio à pesquisa espacial em Santa Maria

Paulo Paim (PT – RS) pediu ao governo federal apoio à Unidade de Pesquisa em Ciências Espaciais em Santa Maria (RS) – convênio entre a Universidade Federal de Santa Maria e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Segundo o senador, Santa Maria é pólo de pesquisa nessa área desde 1973 e a efetiva implantação de tal unidade é um antigo pleito de toda a sociedade gaúcha.

O parlamentar enalteceu os trabalhos do coordenador das pesquisas espaciais na região, Nelson Jorge Schuch, e defendeu sua manutenção à frente do projeto.

Em seu discurso, Paim voltou a manifestar apoio ao Grupo Varig.

dia22

Aposentados e pensionistas protestam contra veto anunciado para aumento

Representantes de aposentados e pensionistas criticaram ontem a possibilidade de o presidente da República vetar o aumento de 16,7% dos seus benefícios, incluído na Medida Provisória 288/06 por meio de emenda apresentada na Câmara dos Deputados. Os protestos foram feitos durante reunião da comissão mista do Congresso Nacional que debate a implantação de uma política permanente de reajustes para o salário mínimo.

A MP 288/06, originalmente, reajustou em 16,7% apenas os benefícios de quem recebe exatamente o valor do salário mínimo – quem ganha mais do que isso não foi contemplado. Mas, com a emenda, o aumento passou a ser estendido a todos os aposentados e pensionistas, inclusive nos casos em que os benefícios são superiores ao piso salarial.

Depois de ser alterada na Câmara, a MP 288/06 foi transformada em projeto de lei de conversão (PLV) e tramita no Senado.

Conforme o senador Paulo Paim (PT – RS), relator da comissão mista e defensor do aumento de 16,67% para todos os aposentados e pensionistas, a expectativa é que "a MP seja votada, no mais tardar, na semana que vem".

Sobreposição de MPs

Além disso, tramita na Câmara outra medida provisória, a MP 291/06, que trata exclusivamente do reajuste dos benefícios concedidos pela Previdência Social. Essa MP reajusta em 5% os benefícios de aposentados e pensionistas que recebem valores superiores ao salário mínimo – como quer o governo –, mas poderá ser votada uma emenda que eleva esse reajuste para 16,67%. Ou seja, seria a mesma alteração proposta para a MP 288/06.

– São a mesma coisa – disse Paim sobre as duas medidas provisórias, no que se refere aos benefícios da Previdência Social.

Paim destaca evento sobre prevenção do uso de drogas

Paulo Paim (PT – RS) saudou a 8ª Semana Nacional Antidrogas, promovida pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e pelo Conselho Nacional Antidrogas. O senador leu manifesto de um jovem que relata as conseqüências da dependência química.

Durante o evento, serão desenvolvidas atividades dirigidas à prevenção do uso de drogas a cargo da Senad, em parceria com outros órgãos do governo e da sociedade. O objetivo principal é proporcionar às crianças e aos jovens uma vida digna e livre da violência. O manifesto chegou ao Paim na

forma de carta, escrita por um rapaz chamado Samuel, que autorizou o senador a lê-la em Plenário.

Ato médico e fator previdenciário serão debatidos em audiências

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) agendou a realização da audiência pública aprovada para instruir o projeto de lei que dispõe sobre o ato médico. A proposição (PLS 25/02) prevê a definição das diversas atividades profissionais que se incluem na área médica, determinando as atribuições e os limites na atuação de cada categoria. O requerimento, de autoria de Lúcia Vânia (PSDB-GO), pede a presença do ministro da Saúde, José Agenor da Silva, e dos presidentes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Federal de Nutricionistas.

Outro requerimento aprovado na mesma reunião requer debate em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o fator previdenciário, em audiência que ficou agendada para o dia 6 de julho. O pedido é de autoria de Paulo Paim (PT – RS) e prevê a participação de dirigentes de 29 entidades representativas de empregados. Paim é autor de proposição (PLS 296/03) que quer extinguir o fator previdenciário para evitar a utilização da Previdência como instrumento de ajuste das contas públicas.

dia23

Alunos do turno da noite poderão ter merenda

Os jovens e adultos que cursam o ensino fundamental público fora da idade esperada, no período noturno, poderão passar a ter acesso à mesma merenda escolar fornecida aos alunos que estudam durante o dia. O benefício está previsto em projeto de lei do senador Paulo Paim (PT – RS) que está tramitando em decisão terminativa na Comissão de Educação (CE).

A proposta (PLS 128/06) altera parte da Medida Provisória 2.178-36/01, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Atualmente, pelo texto do artigo 1º, a verba a ser repassada é calculada somente com base no número de alunos devidamente matriculados no ensino pré-escolar e fundamental conforme a faixa etária adequada para cada série. Pela proposta, o novo texto passa a incluir a "modalidade Educação Presencial de Jovens e Adultos (EJA)".

Na justificação do projeto, Paim lembra que o artigo 208 da Constituição federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) garantem o ensino fundamental obrigatório e gratuito também a todos aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria.

"Ora, se a Constituição federal assegura a extensão do ensino fundamental gratuito àqueles que a ele não tiveram acesso na idade esperada, bem como prevê a implantação de programa complementar de alimentação escolar aos estudantes do ensino fundamental, é lícito interpretar que o Pnae deve beneficiar também os estudantes da EJA de nível fundamental. No entanto, isso não ocorre", reclamou o senador, na proposta.

Segundo Paim, esses alunos enfrentam uma jornada de trabalho pesada durante o dia e dirigem-se para a escola no período noturno, mas "raramente encontram aí o apoio nutricional indispensável ao bom desempenho escolar". Essa é, na opinião do senador, uma das razões da evasão de muitos estudantes e do conseqüente fracasso de diversos programas de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

Paim pede ao governo que negocie o fim de paralisação de auditores

O senador Paulo Paim (PT – RS) pediu ao governo que abra negociações com os auditores fiscais da Receita Federal, em greve por reajuste salarial.

– Os prejuízos para a economia são visíveis. Em duas entradas do Cone Sul pelo Rio Grande do Sul existem cerca de 1.200 caminhões parados – informou.

Segundo Paim, em algumas cidades empresários conseguiram na Justiça liminares determinando que os fiscais liberem cargas retidas em portos e aeroportos.

– Empresários de Novo Hamburgo [RS], pólo exportador de calçados, e de Santos [SP] obtiveram essas ações judiciais, minimizando seus problemas.

O senador manifestou apoio ao movimento grevista, lembrando que a paralisação é conseqüência da campanha salarial dos auditores iniciada em 2005, a qual não foi satisfatória para os funcionários.

Aposentados

Paim manifestou preocupação com a notícia de que 527 mil aposentados e pensionistas do INSS não acionaram a Justiça ou o INSS para revisão de seus benefícios, por causa da adoção de índices inflacionários incorretos. Só quem se aposentou ou se tornou pensionista entre março de 1994 e fevereiro de 1997 tem direito à revisão.

Como acabou o prazo para que fossem feitos pedidos diretamente ao INSS, os 527 mil beneficiários ainda podem acionar a Justiça para o recebimento das diferenças, que variam de 1,17% a 39,67%, dependendo da data da aposentadoria. Ele deu apoio a projeto, em tramitação no Congresso, que reabre o prazo para que seja feito pedido de revisão diretamente no INSS.

Desperdício de água é ameaça, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT – RS) afirmou em Plenário, que a conservação dos mananciais aquáticos é um dos maiores desafios para a população nos próximos anos. Segundo ele, a contaminação das reservas de água já ameaça a sobrevivência em algumas regiões do planeta, enquanto a industrialização e a crescente urbanização contribuem para o aumento da demanda de água potável no mundo.

– A escassez de água ameaça a vida no planeta. A população mundial triplicou no século 20, enquanto o consumo de água aumentou seis vezes – disse Paim.

Segundo o senador, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera que cada pessoa precisa de pelo menos 50 litros diários de água para beber, tomar banho e cozinhar. Atualmente, explicou, mais de 1,1 bilhão de pessoas em todo o mundo já não contam com esse mínimo – só no Brasil, seriam 22,6 milhões de pessoas.

Paim também disse que as doenças transmitidas por água contaminada matam uma criança a cada 15 segundos no mundo, enquanto 1,8 milhão de pessoas – das quais 90% são crianças de até cinco anos – morrem diariamente em conseqüência de desidratação, diarréia e outros problemas de saúde decorrentes da falta d'água.

O senador afirmou que os lixões também ameaçam a qualidade de vida na maioria dos municípios brasileiros. Ele defendeu a criação de programas que possibilitem a redução da quantidade de lixo produzido pela população, a exemplo da coleta seletiva dos resíduos sólidos e orgânicos.

Paim ressaltou ainda a destruição da Mata Atlântica por atividades predatórias promovidas pelo próprio homem. Segundo ele, atualmente sobram apenas 7% da floresta que há mais de 500 anos cobria vasta porção do território nacional, desde o Rio Grande do Norte até a região Sul do país.

O desvio ilegal das riquezas naturais, conhecido como biopirataria, também ameaça os índices de qualidade de vida no planeta, destacou Paim.

– Muitas frentes de luta estão se formando em defesa do meio ambiente. É claro que estamos avançando. A edição do Decreto 4.339/02 é de grande relevância, pois institui os princípios e diretrizes da política brasileira para a biodiversidade – concluiu.

Célio Azevedo

Paim: juíza decide contra fator previdenciário

O senador Paulo Paim (PT – RS) disse que a decisão da juíza federal Fabíola Queiroz de condenar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a revisar a renda mensal da aposentada Matilde Petri, com a exclusão da incidência do fator previdenciário do cálculo, provocará uma enxurrada de ações de

aposentados contra o órgão. Com a revisão, a aposentadoria de Matilde Petrí passará, segundo o senador, de R$ 1.323,81 para R$ 2.397,24, o que significa um reajuste de 81,08%.

Paim ressaltou que o fator previdenciário foi instituído no governo anterior e que, por prejudicar os aposentados, precisa ser revisto. Criado pela Lei 9.876/99, o cálculo do fator previdenciário leva em conta a idade, a expectativa de vida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar. Essa norma, segundo o senador, permite que pessoas aposentadas com o mesmo tempo de contribuição e salário igual recebam aposentadorias de valor diferente.

CAE e CAS debatem fator previdenciário

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam audiência pública para debater o fator previdenciário, método de cálculo dos benefícios para aposentadorias proposto pelo governo passado e aprovado pelo Congresso. O fator obedece estimativa do montante de contribuições realizadas e capitalizadas conforme uma taxa predeterminada, que varia em razão do tempo de contribuição e da idade do segurado, levando em conta também a expectativa de duração do benefício.

O requerimento de audiência foi defendido pelo senador Paulo Paim (PT – RS), autor do projeto de lei do Senado (PLS 296/03) que extingue o fator previdenciário.

Segundo Paim, o fator previdenciário tem por objetivo reduzir o valor da aposentadoria e retardar a concessão desse benefício.

– Essas inovações, sob a alegação de adequar o sistema previdenciário aos impactos atuarial e financeiro da evolução demográfica, almejam, de fato, a contenção das despesas com os benefícios da Previdência Social – afirmou Paulo Paim.

dia27

Fator previdenciário tem que ser extinto, diz Paim

Paulo Paim (PT – RS) voltou a condenar, em pronunciamento, o fator previdenciário, adotado para o cálculo dos proventos da aposentadoria. De acordo com o parlamentar, apesar de ter sido criado para equilibrar as contas da Previdência e desestimular a aposentadoria precoce, o mecanismo se tornou perverso, na medida em que faz com que os trabalhadores permaneçam mais tempo como contribuintes e menos como beneficiários.

Ele explicou que o fator previdenciário foi instituído pela Lei 9.876/99, que determinou que o valor da aposentadoria dependeria da idade do trabalhador, do tempo de contribuição e da expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, calculada a partir de estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o senador,

sempre que o resultado da fórmula for menor que um, há redução no valor da aposentadoria.

– Sua aplicação faz com que pessoas que contribuíram pelo mesmo período e sobre igual salário de contribuição, mas com idades diferentes por ocasião do requerimento de aposentadoria, consigam uma renda mensal diferente. Na prática, a pessoa com maior idade recebe uma renda maior. Portanto, o fator previdenciário é excessivamente cruel com os trabalhadores que se aposentam pelo INSS [Instituto Nacional do Seguro Social].

Paim defendeu a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 296/03) que revoga a lei instituidora do fator previdenciário. A proposição foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas, como houve recurso, ela terá de ser votada em Plenário.

No momento, a matéria tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e, "para evitar medidas protelatórias", Paim anunciou a convocação de audiência pública conjunta da CAS e da CAE no Auditório Petrônio Portella. Além dos parlamentares, deverá participar o ministro da Previdência e Assistência Social, Nelson Machado. O senador ressaltou a importância da mobilização e da participação de todos os segmentos da sociedade.

dia28

Paulo Paim faz apelo em favor de obras literárias para deficientes visuais

Senador afirma que oferta de livros em formato digital significaria democratizar a informação e possibilitar a todos o desenvolvimento e o crescimento como cidadãos

Paulo Paim (PT – RS) fez um apelo para que escritores e editoras ofereçam suas obras em formato digital, a fim de que sejam conhecidas por pessoas que não enxergam. Em sua opinião, isso é importante para levar o prazer da leitura àqueles que, nas palavras do parlamentar, "lêem o mundo com os ouvidos e com os dedos".

Para o senador, essa medida significaria democratizar a informação; possibilitar a todos, mediante a leitura e a aquisição de conhecimento, o desenvolvimento e o crescimento como cidadão. Ele fez referência em seu discurso à história da baiana Marilda Matos – doutora em Filosofia e portadora de deficiência visual –, que enviou carta ao escritor Rubem Alves pedindo que disponibilizasse seus livros em cópias digitalizadas.

De acordo com Paim, após o pedido, a editora Lago, por iniciativa do autor, decidiu publicar a coleção de Rubem Alves em audiolivro. Na opinião do senador, essa história demonstra a necessidade de uma preocupação mais efetiva do poder público com aqueles que não enxergam.

Paulo Paim falou ainda de projeto que está sendo implantado no Rio Grande do Sul para promover a inclusão das pessoas com deficiência. É o projeto Cantando as Diferenças, que, em articulação com as administrações municipais e a sociedade civil, atua para que, na implementação de políticas públicas, sejam contempladas ações que reconheçam a cidadania de todos, independentemente de gênero, opção sexual, origem étnica, faixa etária ou deficiência.

dia**29**

Paim defende cotas em faculdade e Estatuto da Igualdade Racial

Ao defender ações afirmativas, que buscam eliminar desigualdades sociais como as que afetam, por exemplo, os negros, Paulo Paim (PT – RS) declarou "ter certeza de que a Câmara aprovará o PL 73/99, projeto que reserva vagas nas universidades federais para alunos provenientes de escolas públicas, e o PL 3.198/00, também conhecido como Estatuto da Igualdade Racial". Esse último, de autoria do próprio Paim.

Ele elogiou, ao discursar em Plenário, artigo de Sueli Carneiro, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e diretora do Geledés, Instituto da Mulher Negra. No texto, publicado pelo jornal Correio Braziliense ao criticar os intelectuais que se manifestaram contrariamente aos dois projetos, ela afirma que "o melhor das políticas raciais, e especialmente a das cotas, é o seu poder de pôr fim às dissimulações sobre a questão racial no Brasil".

Paim destacou ainda as medidas adotadas pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

– A Ufscar adotou programa a fim de permitir às pessoas de diferentes origens socioeconômicas e étnico-raciais o acesso ao ensino superior – ressaltou.

O senador também elogiou a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

dia**30**

Paim diz confiar na aprovação do reajuste para aposentados

Paulo Paim (PT – RS) disse confiar na aprovação pelo Senado do Projeto de Lei de Conversão 18/06 (da MP 288/06), que concede reajuste de 16,67% para aposentados e pensionistas que recebem mais que um salário mínimo.

O senador lembrou que, durante sessão deliberativa, os líderes partidários comprometeram-se com a aprovação da matéria. O aumento é resultado de uma emenda à MP, que reajusta o salário mínimo, aprovada pela Câmara.

– Os aposentados não possuem tratores para fazer demonstração de força, como os produtores rurais fizeram em manifestação na frente do Congresso. Eles também não têm a força de greve, pois não podem parar as fábricas, indústrias, comércio ou bancos. Os aposentados só têm o Congresso para defendê-los. E, enquanto acreditarmos em um Brasil mais justo e mais igual, continuaremos sendo a voz deles – afirmou Paim.

Grupos entregam manifesto contra cotas raciais

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, receberam manifesto assinado por representantes de grupos contrários à criação de cotas raciais em universidades públicas e à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT – RS). Eles alegam que essas medidas, sob o pretexto de reparar e combater a discriminação racial, podem promovê-la.

Paim questionou a representatividade desses grupos e lembrou que o estatuto foi aprovado por unanimidade no Senado depois de mais de dez anos de discussão. Argumentou ainda que é uma distorção haver menos de 5% de negros nos cargos públicos, nas empresas e nas universidades.

A professora de Antropologia Ivone Maggie, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirmou que, para combater o racismo, é necessário eliminar o conceito de raça. Para José Carlos Miranda, do Movimento Negro Socialista, esse tipo de medida contraria a igualdade jurídica dos cidadãos.

– A melhor forma de corrigir as injustiças históricas sofridas pelos negros é garantir acesso a serviços públicos de qualidade a todos, negros ou não. Está na moda trabalhar com a questão das diferenças das minorias. O importante é a igualdade das pessoas. Em todos os lugares onde diferenças de cor da pele, religião e de sexo foram colocadas para o Estado administrar ocorreram experiências desastrosas – ressaltou.

Renan declarou-se favorável à implantação de políticas de cotas, mas disse que serão necessárias mais discussões, para evitar novas divisões na sociedade. Para Aldo, é preciso compreender melhor como se dá a prática de racismo no Brasil para que políticas de combate adaptadas à realidade nacional possam ser implantadas.

Proposta sobre profissão de ortoptista vai à Câmara

Após ter sido aprovado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tendo-se esgotado o prazo para interposição de recurso visando a sua apreciação em Plenário, o Projeto de Lei do Senado (PLS)

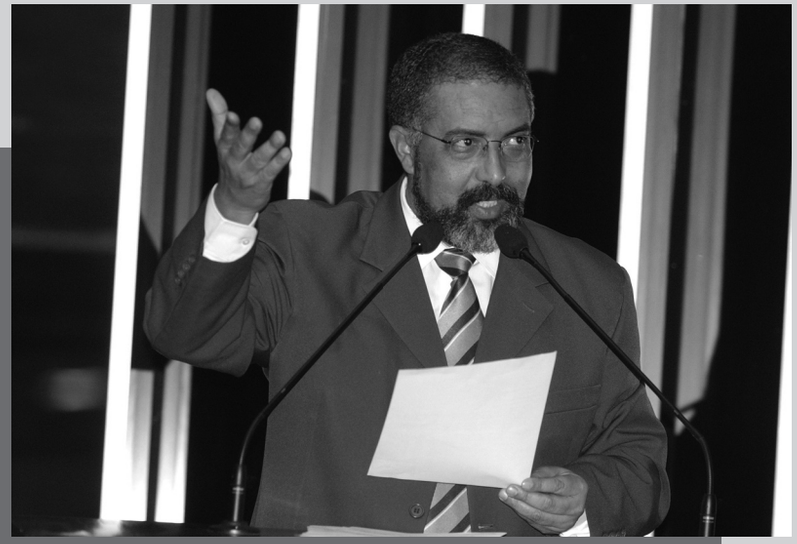
139/03, que regulamenta a profissão de ortoptista, segue para apreciação dos deputados. O ortoptista é o profissional com graduação em Ortóptica, habilitado à pesquisa e, mediante prescrição médica, ao diagnóstico e tratamento de distúrbios óculo-sensório-motores.

O autor do projeto, senador Paulo Paim (PT – RS), explica que por falta de uma legislação regulamentadora, o mercado de ortóptica se encontra invadido por amadores e aventureiros que comprometem o exercício da profissão. Paim reclama do fato de que os verdadeiros ortoptistas, com graduação superior em curso reconhecido pelo Conselho Federal de Educação, estejam injustamente igualados aos curiosos. A Ortóptica, segundo o dicionário Aurélio, é ramo da Oftalmologia em que, mediante exercícios oculares, se procura corrigir deformação de eixos visuais que não estejam coordenados de modo a proporcionar visão binocular normal.

Julho

dia3

"Para o Judiciário, que já tem altos salários, pode. Para os aposentados do INSS não pode?", questiona senador petista



Moreira Mariz

O senador Paulo Paim (PT – RS) pretende não tirar o pé do Plenário do Senado. É que pode entrar em votação a Medida Provisória 288/06, que aumentou o salário mínimo para R$ 350, mas recebeu na Câmara dos Deputados uma emenda concedendo reajuste de 16,67% para os aposentados do INSS que ganham mais que o salário mínimo. Paulo Paim estará ao lado de senadores da oposição que querem os 16,67%. O governo é contra.

Não será a primeira vez que o senador gaúcho baterá de frente com as pretensões do governo do PT, seu partido, na defesa de aumentos salariais e de benefícios para trabalhadores e aposentados. Desde que chegou ao Congresso há 19 anos, como deputado, essa é sua bandeira, ao mesmo tempo em que luta por melhorias para os negros, idosos e pobres.

– Para o Judiciário, que já tem salários altos, pode. Para os aposentados do INSS não pode? – questiona Paulo Paim, ao se referir ao aumento de 40% que os servidores do Judiciário vão receber.

O senador também defende o fim do fator previdenciário, equação utilizada no cálculo das aposentadorias do INSS que pune os trabalhadores

que pedem aposentadoria antes da idade estipulada, mesmo tendo trabalhado o tempo mínimo exigido pela lei. Nesta entrevista, ele explica suas posições.

Por que o presidente Lula não deve vetar o FGTS obrigatório para os empregados domésticos?

– Ampliar os direitos das empregadas domésticas significa assegurar a elas o que os outros trabalhadores já conseguiram. É claro que a dona-de-casa não é uma empresa, mas direitos mínimos podem ser assegurados aos domésticos, como 13o salário, férias de 30 dias e Fundo de Garantia. Como os outros trabalhadores, eles precisam de uma reserva de dinheiro quando são demitidos. Eu espero que o presidente Lula não vete.

Os defensores do veto dizem que há um risco de aumento da informalização dos empregados domésticos, que seria um custo a mais.

– Disseram o mesmo quando foi criada a licença-maternidade. No entanto, esses pequenos direitos vieram e não trouxeram prejuízo para o trabalhador. No caso de agora, o empregador poderá deduzir do Imposto de Renda alguns gastos com a empregada doméstica.

O senhor tem defendido a extinção do fator previdenciário, mas o seu fim não pode aumentar o desequilíbrio das contas do INSS?

– O fator previdenciário é o maior crime que se cometeu contra os trabalhadores deste país. Não há um país no mundo que adote o fator previdenciário. Não há um grupo de previdência privada que o adote. E essa história de que a Previdência no Brasil é deficitária não é verdadeira.

Até o Ministério da Previdência divulga que o déficit já chegou aos R$ 40 bilhões por ano.

– Mas isso não é verdadeiro. A Previdência não é só contribuição do empregado e do empregador. A Previdência é formada pela contribuição do empregado, do empregador e por uma série de outros itens que nós, constituintes de 1988, colocamos para sustentar a Seguridade Social, que engloba saúde, assistência e previdência. Colocamos tributação sobre lucro e faturamento, PIS/Pasep, Cofins, jogos lotéricos. Se pegarmos toda a arrecadação destinada à Seguridade Social e tirar as parcelas da saúde e da assistência social, veremos que a parte da previdência não é deficitária. É superavitária. Existe um estudo dos fiscais da Previdência mostrando que mais de R$ 100 bilhões foram desviados da Seguridade nos últimos dez anos.

O senhor acha que deveria haver separação entre assistência e previdência?

– Claro. Por que os trabalhadores rurais, que se aposentaram por idade e sem contribuição previdenciária, têm de ser pagos com dinheiro da arrecadação do INSS? Isso é assistência social, e não previdência. Isso tinha de estar numa conta separada, no Tesouro Nacional.

O senhor defende o fim do fator previdenciário, mas existem propostas no sentido oposto. Há quem sugira a imposição de idade mínima para aposentadoria pelo INSS, como no serviço público.

– No serviço público, homem só se aposenta com 60 anos de idade e mulher com 55. Mas os servidores têm aposentadoria integral e não têm fator previdenciário. Se forem oferecidas as mesmas condições aos traba-

lhadores que pagam INSS, claro que vão aceitar. Por que nós não pensamos numa previdência universal, igual para todos?

O senhor trocaria o fator previdenciário pela idade mínima no INSS?

– Desde que haja uma regra de transição, como foi oferecido aos servidores públicos. Idade mínima de 55 anos para mulher e 60 para homens, com salário integral.

O Senado está para votar a medida provisória em que foi incluído o aumento de 16,67% para os aposentados do INSS que ganham mais que o salário mínimo. O presidente Lula vetará?

– Não sei. Os líderes do governo e da oposição se comprometeram, aqui no Senado, com a aprovação dos 16,67%.

O presidente Lula disse que o Congresso tem que tratar esse assunto com mais responsabilidade, pois a conta seria de R$ 7 bilhões por ano.

– Lembro que o Judiciário aprovou recentemente reajuste de 40%. Por que no Judiciário, que já tem salários altos, pode? Para os aposentados do INSS não pode? Não estou criticando o Judiciário. Por que o aumento para as aposentadorias de salário mínimo pôde ficar em torno de 10% e para quem ganha um pouquinho mais não pode?

O senhor discursou contra "setores conservadores", que seriam contra ações afirmativas e cotas de inclusão social de negros nas universidades.

– Toda vez que se faz um movimento para garantir direitos para os mais pobres, a elite brasileira se rebela. O projeto do Estatuto da Igualdade Racial, que está na Câmara dos Deputados, por exemplo, prevê cotas para pobres, negros e índios. Mas a elite não aceita.

dia4

Proposta disciplina venda de alimentos em escolas

Paulo Paim pediu o apoio dos seus colegas para a aprovação do projeto de sua autoria que proíbe a comercialização, em escolas de educação básica, de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos ricos em açúcar ou que contenham altos teores de sal ou de determinados tipos de gordura. Em discurso, o senador, que perdeu uma irmã em decorrência de complicações causadas pela obesidade, fez um alerta para os perigos desse tipo de doença.

O principal objetivo da proposta (PLS 406/05), explicou o senador, é ajudar a mudar os hábitos alimentares das crianças, promovendo uma nutrição mais saudável. Assim, deverá ser incentivado o consumo de frutas e verduras, enquanto será restringido o de refrigerantes e salgadinhos. Paim informou que medidas semelhantes às que ele propõe já constam de uma portaria do Ministério da Educação.

O parlamentar citou pesquisa do IBGE segundo a qual existem no país 40 milhões de adultos e 6 milhões de adolescentes acima do peso, situação provocada, principalmente, pelos maus hábitos alimentares e pelo sedentarismo.

A obesidade, que é o acúmulo excessivo de gorduras nos tecidos, favorece o desenvolvimento de doenças cardíacas, de diabetes e de problemas nas articulações, entre outras.

Estiagem

Paulo Paim também registrou a preocupação com a estiagem que vem causando prejuízos ao agronegócio e desabastecimento de água no Sul do país. O senador adiantou que mais de 350 municípios do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul já decretaram situação de emergência. Ele cobrou providências do governo federal para minimizar os efeitos da estiagem entre a população e o setor produtivo.

dia**5**

Paim anuncia debates sobre sindicalismo e fator previdenciário

Em discurso no Plenário do Senado, Paulo Paim (PT – RS) anunciou a realização de duas audiências públicas em comissões permanentes da Casa, ambas com a participação do senador. Serão discutidas na Comissão de As-

suntos Sociais (CAS) questões relativas à contribuição sindical. Paim participará também de audiência conjunta da CAS com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na reunião, estará em debate o fator previdenciário, que é uma fórmula utilizada para calcular o valor da aposentadoria e que pode provocar a sua redução, dependendo do tempo de contribuição e da idade do beneficiário.

Ainda em seu pronunciamento, o senador pelo Rio Grande do Sul felicitou intelectuais e representantes de movimentos sociais que apresentaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, manifesto apoiando o projeto que cria o Estatuto da Igualdade Racial e propostas legislativas que visam à implementação de políticas afirmativas.

dia 6

Audiência debate extinção do fator previdenciário

Principal foco da discussão, da qual participa Nelson Machado, é o projeto de Paim que visa modificar a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública para debater o fim da adoção do fator previdenciário na concessão de aposentadorias. Para o debate, a ser realizado por requerimento

do senador Paulo Paim (PT – RS) foram convidados o ministro da Previdência Social, Nelson Machado, e representantes de mais de 15 entidades sindicais.

Durante a audiência será debatido o projeto de lei de autoria de Paim que modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social e propõe a extinção do fator previdenciário. O projeto (PLS 296/03) encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposição já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas houve apresentação de recurso para análise do projeto pelo Plenário. Os parlamentares propuseram ampliar o debate em torno da matéria, que ainda deverá ser discutida em audiência pública conjunta entre a CAS e a CAE, conforme requerimento.

Paulo Paim explicou que o fator previdenciário foi instituído pela Lei 9.876/99 e estabelece que o valor da aposentadoria dependerá da idade do trabalhador, do tempo de contribuição e da expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, calculada a partir de estimativas do IBGE.

Segundo o senador, o mecanismo – criado para equilibrar as contas da Previdência e desestimular a aposentadoria precoce – tornou-se perverso, ao fazer com que os trabalhadores permaneçam mais tempo como contribuintes e menos como beneficiários.

Paim faz apelo para que Lula não vete reajuste de aposentadorias

Senador pede coerência ao presidente da República e afirma que o déficit da Previdência não impede a concessão de aumento aprovado por unanimidade pelo Plenário

O senador Paulo Paim (PT – RS) dirigiu apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que não vete o reajuste de 16,67% para aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, aprovado pelo Senado, por unanimidade, e que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados com apenas cinco votos contrários.

De acordo com o senador, serão beneficiados cerca de 10 milhões de aposentados e pensionistas que já sofreram perdas de até 72% dos seus ganhos nos últimos dez anos, em decorrência da inflação. O parlamentar pediu coerência ao presidente da República em relação ao veto e lembrou que o déficit da Previdência não impede que o aumento seja concedido.

– Vamos procurar fontes para viabilizar o reajuste. O importante é que ele vai beneficiar pessoas de baixa renda, que recebem pensões de um a seis salários mínimos – frisou.

Igualdade racial

Paim também encaminhou à Mesa voto de aplauso ao Grêmio Futebol Porto Alegrense, por campanha lançada em parceria com o Ministério Público do Rio Grande do Sul contra a discriminação racial. Voto de aplauso

no mesmo sentido foi encaminhado pelo senador à Fédération Internationale de Football Association (Fifa), pela campanha contra a discriminação racial realizada na Copa do Mundo.

dia 7

Imposto sem distorção sobre salário atrasado

Proposta que reduz tributo passa na CAE e vai ao exame da Câmara

Coloque-se na situação de um trabalhador que recebe R$ 1.500 por mês, ficou cinco meses sem salário e recorreu à Justiça para obter os R$ 7.500 de pagamentos atrasados. Apesar de ter sido lesado pelo empregador, ainda tem de enfrentar a voracidade do fisco, que, em vez de lhe descontar os R$ 36,43 mensais de Imposto de Renda ou R$ 182,15 acumulados nos cinco meses de atraso, abocanha-lhe de uma só vez R$ 1.559,91, descontados do montante obtido judicialmente. Fora isso, ele tem de esperar a declaração de ajuste anual para acertar as contas e, se for o caso, reaver algum valor. Mesmo assim, se tiver direito a restituição, o valor só passa a ser corrigido no exercício seguinte, quando a Receita Federal começa a devolver o que tributou a mais.

O projeto de lei que pretende acabar com essa injustiça, como classifica seu autor, o senador Paulo Paim (PT – RS), seguiu para a Câmara dos Deputados, depois do parecer ter sido aprovado na Comissão de Assun-

tos Econômicos (CAE) em caráter terminativo. Pelo texto de Paim fica assegurado ao trabalhador o direito de não ter surpresas indesejáveis ao receber os valores atrasados. Ele pagará, conforme o PLS 320/04, a mesma quantia que recolheria mensalmente ao fisco. Qualquer outro acerto deverá ser feito no momento em que o contribuinte fizer a sua declaração de ajuste anual, podendo inclusive programar eventual pagamento à Receita.

Essa medida, se aprovada pelo Congresso, exigirá mudanças operacionais por parte da Receita, que tributa o contribuinte pelo chamado "regime de caixa", que é a cobrança do imposto no momento em que o contribuinte recebe o dinheiro.

Paim lamenta morte de Dante

"Ele era o símbolo do próprio processo democrático"

O senador Paulo Paim (PT – RS) foi um dos primeiros parlamentares a se manifestar em Plenário para lamentar a morte do ex-governador de Mato Grosso Dante de Oliveira, vítima de infecção generalizada. Como deputado federal, Dante apresentou uma proposta de emenda à Constituição para a volta das eleições diretas no Brasil e deu início ao processo de redemocratização no país, que culminou com a campanha das Diretas Já. "O Brasil está triste, a democracia está triste", queixou-se Paim.

– Quero me somar à iniciativa desse requerimento, que não é só sua, mas de todo o povo brasileiro. Dante de Oliveira era o símbolo do próprio processo democrático – assinalou Paulo Paim.

O senador gaúcho lembrou que, em 1982, acompanhou vários comícios pela realização de eleições diretas, subindo em palanques onde estavam Arthur Virgílio, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra e Ulysses Guimarães.

– Eu falava como sindicalista, mas, quando se falava no nome de Dante de Oliveira, aquela massa que assistia os comícios tinha o seu momento de mais alta devoção, porque aquele era o autor da emenda das diretas. O Brasil perde um grande, um brilhante homem público – ressaltou.

Segundo Paim, "no céu, Dante está olhando para cá e dizendo que cumpriu sua tarefa e espera que a gente faça a mesma coisa, na linha de defender a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a democracia".

Economia gaúcha sofre com valorização cambial

O senador Paulo Paim (PT – RS) afirmou em Plenário que a valorização cambial tem influenciado negativamente a economia do Rio Grande do Sul, causando prejuízos a setores produtivos como o de calçados e o de máquinas agrícolas, e sendo responsável por demissões na indústria.

Ao citar números da economia gaúcha, Paim disse que o Rio Grande do Sul é o terceiro maior estado exportador brasileiro e apresenta o quarto maior produto interno bruto do país. Segundo ele, cerca de 58% das exportações gaúchas são compostos por produtos confeccionados pela mão-de-obra especializada que fomenta a geração de empregos e a distribuição de renda.

– Nas últimas décadas, o Rio Grande do Sul atendeu às necessidades do Brasil, direcionando sua forma produtiva, a indústria, a agricultura e os serviços para a exportação, gerando divisas para o equilíbrio financeiro do país – afirmou. O senador também conclamou os atuais candidatos a cargos eletivos a apresentarem propostas que apontem caminhos para a preservação da competitividade nacional.

Segundo Paim, o debate sobre as sugestões a serem oferecidas precisa levar em conta a revisão do pacto federativo, a repactuação das dívidas dos estados e uma resolução definitiva que favoreça a desoneração das exportações.

Paulo Paim disse ainda que a dívida consolidada do Rio Grande chegou a mais de R$ 32 bilhões, apesar de o estado pagar mais de R$ 1 bilhão por ano em juros.

Projeto visa regulamentar contribuições sindicais

O senador Paulo Paim (PT – RS) anunciou a apresentação de projeto de lei regulamentando a cobrança das contribuições assistencial, confederativa

e similares, de acordo com sugestões recebidas do movimento sindical. O senador fez o anúncio em audiência pública, requerida por ele, da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que discutiu a proibição do desconto em folha da contribuição assistencial.

Recentemente, o Ministério do Trabalho e Emprego editou a Portaria nº 160, que impede os sindicatos de recolherem a contribuição assistencial de empregados não sindicalizados. Em conseqüência disso, o Ministério Público do Trabalho tem ajuizado ações contra os sindicatos.

O diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Hélio Gherardi, explicou que apenas a contribuição sindical permitida pela legislação não é suficiente para cobrir as despesas dos sindicatos, que estão enfrentando dificuldades.

Representando o Ministério do Trabalho, a secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Beatriz Vilela, concordou que é necessário suporte financeiro para que os sindicatos exerçam sua função de defender os interesses dos trabalhadores. Ela observou, no entanto, que o ministério, com a ajuda de seus fiscais, também desempenha esse papel, embora não haja reconhecimento por parte das entidades sindicais. Para ela, a solução dos problemas trabalhistas passa pelo debate entre os sindicatos e os trabalhadores com o Executivo e o Judiciário, e não pelo confronto. A secretária convidou os parlamentares e os dirigentes sindicais para reunirem-se no ministério e debater o tema.

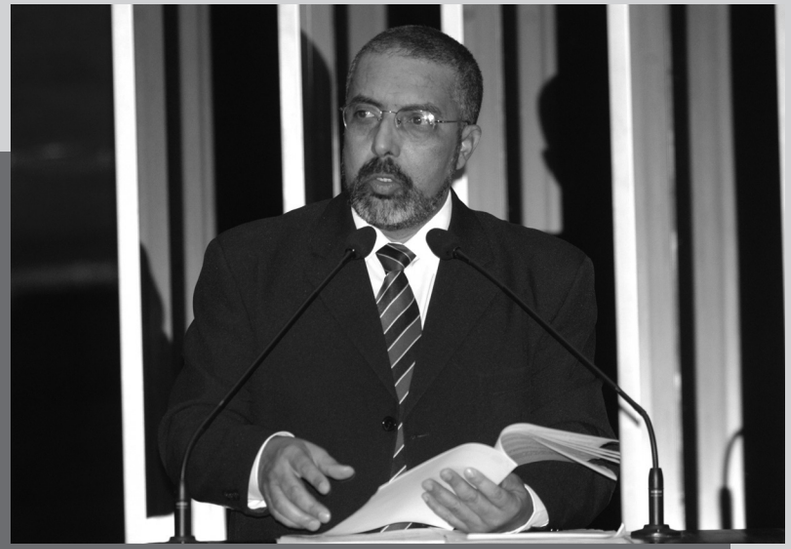
Pergunte ao Senador

REAJUSTE PARA APOSENTADOS

Milton Cyriaco Pignataro, de Toledo (PA)

"Senador Paulo Paim, gostaria de saber se o senhor tem dúvidas para aprovar o aumento de 16,67% aos aposentados e, se tiver, o porquê.

Nós já pagamos antecipadamente para receber a aposentadoria proporcionalmente ao valor do salário da época. Hoje, se o valor pago não teve valorização na mesma proporção, a culpa não é nossa."



Geraldo Magela

O senador Paulo Paim (PT – RS) responde:

Caro Milton, o Senado Federal acaba de aprovar por unanimidade o reajuste de 16,67%, também para os aposentados que recebem mais de um salário mínimo. A matéria agora vai para a sanção do presidente da República.

Eu tenho dito que acho justo isso. Fiz a defesa do aumento da tribuna do Senado.

Quanto às fontes de recursos para cobrir as despesas com o aumento, acho que a seguridade social é superavitária. Se não fosse assim, eles não teriam inventado a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retira 20% da seguridade para outros fins.

Se fosse deficitária, não teriam retirado mais de R$ 10 bilhões nos últimos dez anos, destinando esses recursos para o Poder Judiciário, o Congresso Nacional e órgãos do Poder Executivo.

Entendo que agora compete aos aposentados fazerem um apelo ao governo federal para que o presidente da República não vete o aumento, que contou com os votos de todos os senadores, e na Câmara dos Deputados teve apenas cinco votos contrários.

dia12

Paim afirma que inflação atinge mais os idosos

Paulo Paim (PT – RS) voltou a comentar e lamentar o veto presidencial ao reajuste de 16,67% nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem acima de um salário mínimo. O senador informou que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou pesquisa recente na qual destaca que a inflação para os idosos brasileiros cresce mais se comparada com a inflação que atinge os mais jovens. Enquanto que, para as famílias em geral, educação, transporte e vestuário exercem maior impacto no orçamento, para a terceira idade, itens como despesas com saúde têm maior peso.

Paim afirmou que continua "muito chateado e muito triste" com a atitude do presidente da República e lembrou que o Congresso pode derrubar o veto. Disse não entender a razão de o governo federal vetar tal reajuste se diversas categorias já conseguiram aumentos salariais entre 12% e 190%.

Entretanto, o senador garantiu estar satisfeito com os integrantes do movimento sindical gaúcho, que teriam se unido para lutar a favor do reajuste. Ele aproveitou para ler trechos de cartas enviadas pela Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT-RS) e pela Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap). Nos trechos lidos por Paim, as entidades também lamentam o veto presidencial ao reajuste aprovado pelo Congresso.

Comissões debaterão propostas para garantir a igualdade racial

As ações afirmativas destinadas a garantir a igualdade racial serão tema de audiência pública conjunta das comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O requerimento de Paulo Paim (PT – RS) foi aprovado pela CE.

Para o debate deverão ser convidados, entre outros, os ministros Tarso Genro, das Relações Institucionais; Fernando Haddad, da Educação; e Matilde Ribeiro, da Igualdade Racial; e o diretor do Educafro, Frei Davi.

A CE deverá promover audiência pública – em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – para discutir o Projeto de Lei da Câmara 7.193/06, que altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

Outro requerimento acolhido – de Paulo Paim – pede audiência para discutir a importância da televisão para a formação dos valores éticos da sociedade brasileira.

dia 13

Paim lamenta posição de Lula sobre campanha no Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT – RS) queixou-se de supostas declarações do presidente Lula à imprensa sobre a eleição no Rio Grande do Sul. Lula teria afirmado que, caso o candidato do PT a governador, Olívio Dutra, não tenha desempenho satisfatório no primeiro turno, subiria no palanque do candidato do PMDB à reeleição, Germano Rigotto, no segundo turno, contra a candidata do PSDB, deputada Yeda Crusius.

Para o senador, se Lula declarou isso, foi infeliz, uma vez que Olívio Dutra e Germano Rigotto estão empatados nas pesquisas locais em primeiro lugar,

com 26% das intenções de voto. Paim previu o fortalecimento de Dutra e disse que não admite o segundo turno sem ele.

dia20

Paim propõe campanha para informar sobre contas do FGTS

Paulo Paim (PT – RS) apresentou projeto para tornar obrigatória campanha publicitária de alcance nacional para informar sobre as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), as condições e os procedimentos para realização dos saques por seus beneficiários. A proposta tramita na Comissão de Assuntos Sociais em caráter terminativo.

Por falta de informação sobre essas contas, muitos trabalhadores deixam de sacar os saldos de FGTS. Depois de cinco anos em contas inativas, esses recursos são incorporados ao patrimônio do fundo, sem que seus donos tenham sido informados, afirma Paim ao justificar seu projeto.

Dados de 2005 indicam a existência de 815 mil contas inativas com um total de R$ 395 milhões. Esse dinheiro do trabalhador brasileiro acha-se, entretanto, parado nos cofres do fundo. A maioria dessas contas possui um saldo pequeno, mas o conjunto de seus valores é bastante expressivo, informa o senador.

Criado em 1967, o FGTS é formado por depósitos feitos pelas empresas, mensalmente, de 8% do salário de cada funcionário em contas abertas na Caixa em nome dos empregados. Os recursos devem ser usados pelo trabalhador demitido sem justa causa ou para adquirir casa própria ou em casos de doença grave, entre outros especificados em lei.

dia24

Paim quer campanha para ensinar como sacar fundo

O senador Paulo Paim (PT – RS) apresentou projeto para tornar obrigatória campanha publicitária de informação sobre as condições e os procedimentos para realização dos saques por beneficiários do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposta tramita na CAS em caráter terminativo.

Paim registra que, depois de cinco anos em contas inativas, esses recursos são incorporados ao patrimônio do fundo, sem que os donos tenham sido informados.

Em 2005 existiam 815 mil contas inativas com R$ 395 milhões.

dia31

Senadores participarão de duas audiências públicas

Mesmo estando voltada para deliberações, algumas comissões permanentes irão realizar audiências públicas. Três colegiados – Assuntos Sociais, Educação, e Direitos Humanos e Legislação Participativa – promovem debate para tratar das questões raciais atinentes às "ações afirmativas" relacionadas ao Estatuto da Igualdade Racial, como a fixação de cotas.

Autor do requerimento de solicitação da audiência, o senador Paulo Paim (PT – RS) sugeriu que sejam convidados os ministros da Secretaria de Relações Institucionais, Tarso Genro; da Educação, Fernando Haddad; e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), Matilde Ribeiro, além de especialistas.

– Será um belíssimo debate. Sou a favor das cotas raciais, mas também das cotas sociais. Temos que ter espaço para os pobres, sejam brancos, negros ou índios, e para a classe média – afirmou Paim.

Agosto

dia 1

Projeto de Lei que permite movimentação do FGTS está na pauta da CAS

Está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o PLS 131/99, que modifica a Lei 8.036/90 para permitir a movimentação dos recursos da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nos casos de criação de microempresa por parte do trabalhador. O relator, Paulo Paim (PT – RS), apresentou emenda à proposição a fim de alterar os valores permitidos para o saque, que ficariam, então, entre R$ 6.143,38 e R$ 12.286,75.

– Não é justo que o trabalhador, dispondo de recursos em sua conta vinculada do FGTS, não possa utilizá-lo para abrir seu negócio próprio – argumentou Paim, ao dar parecer favorável à proposição.

Roosewelt Pinheiro

Paim propõe que seguro-desemprego possa ser prorrogado por até um ano

Para atender as vítimas de calamidades naturais, epidemias ou grave crise econômica, o senador Paulo Paim (PT – RS) quer ampliar para 12 meses o período máximo de prorrogação da concessão do seguro-desemprego. O projeto (PLS 127/06) que altera a Lei 8.900/94 está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O seguro-desemprego é um benefício que pode ser concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo de três a cinco meses. Hoje, esse prazo é prorrogável em até dois meses para grupos específicos de segurados.

– A prorrogação de 12 meses não vai comprometer a saúde financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), visto que a concessão do benefício continuará sujeita à apreciação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Os critérios para essa decisão continuarão sujeitos à regra de que o gasto adicional não ultrapassará, em cada semestre, 10% do montante da Reserva Mínima de Liquidez prevista em lei – argumenta Paim.

O senador disse que sua iniciativa objetiva minimizar os efeitos da exclusão social a que muitos trabalhadores e suas famílias estão submetidos, especialmente os relacionados ao trabalho e às necessidades básicas.

– Situações de calamidade decorrentes, nos centros urbanos e principalmente no campo, de vendavais, incêndios, inundações, longas estiagens, chuvas de granizo, geadas, em suma, fatos imprevistos, acabam empurrando o trabalhador para a marginalização, para a miséria e para a completa exclusão social – afirmou.

Paim acrescenta entre esses fatores as epidemias de febre aftosa e a ameaça da gripe aviária, que eliminam postos de trabalho em fazendas, granjas, matadouros, frigoríficos, curtumes. "São períodos de crise econômica que restringem o acesso do trabalhador ao mercado de trabalho ou o submetem a toda forma de subemprego, comprometendo sua dignidade e as garantias que a lei lhe assegura".

Paim alerta para danos da ingestão excessiva de bebidas alcoólicas

Paulo Paim (PT – RS) chamou atenção para os perigos provenientes da ingestão em excesso de bebidas alcoólicas. O senador frisou que o álcool também é um tipo de droga, embora lícita, e pode causar diversos problemas de saúde aos usuários.

Paim advertiu que os consumidores de álcool sofrem freqüentemente de dor de cabeça, vômitos, doenças no estômago, no fígado e no coração, cirrose, gastrite, anemia e úlceras. Um dos maiores problemas causados pelo álcool, acrescentou o senador, é o aumento dos acidentes de trânsito. A bebida, frisou Paim, afeta a coordenação motora e o tempo de reação do motorista alcoolizado. Ele disse que, no segundo semestre de 2004, apenas na cidade de São Paulo, 42,7% das pessoas que morreram em acidentes de trânsito tinham bebido além do permitido.

O senador fez referência ainda a dados da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), segundo os quais o consumo de álcool é uma das principais causas de conflitos familiares. Paim advertiu para a necessidade de o Brasil ter campanhas com o objetivo de informar a população sobre os perigos do álcool.

Cotas raciais serão debatidas em audiência conjunta

Os reflexos do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03) e das ações afirmativas serão debatidos em audiência pública conjunta das comissões de Educação (CE), Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A audiência foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT – RS).

Deverão participar da primeira parte da reunião o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Tarso Genro, o ministro da Educação, Fernando Haddad, e a ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir), Matilde Ribeiro.

A segunda parte deverá contar com a participação do diretor da organização não-governamental Educação e Cidadania de AfroDescendentes e Carentes (Educafro), Frei Davi, e dos professores José Jorge de Carvalho, da Universidade de Brasília (UnB), e Peter Fry e Yvonne Maggi, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Paim é o autor do Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado no início de novembro de 2005 pelo Senado, e atualmente tramita na Câmara dos Deputados.

O estatuto prevê mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e cria sistema de cotas em favor da população afro-brasileira nas universidades públicas.

dia3

Senado acolhe voto de louvor a Desmond Tutu

O Senado aprovou requerimento de Paulo Paim (PT – RS) propondo voto de louvor ao bispo Desmond Tutu, por sua "intensa luta e grandes vitórias" em prol da paz mundial e, especialmente, pelo fim do apartheid na África do Sul.

Paim justificou o pedido argumentando que Tutu, bispo anglicano sul-africano, têm conduzido sua vida com um vigor sem igual nas batalhas humanitárias, tendo incluído em sua proposta para a sociedade sul-africana direitos civis iguais para todos.

Paim busca consenso sobre cotas em universidade pública

Senadores discutem com ministros da Educação e da Igualdade Racial e representantes de entidades da sociedade projetos sobre reserva de vagas por critérios raciais e sociais

O senador Paulo Paim (PT – RS) defendeu a formação de um consenso em torno das diversas proposições que buscam diminuir a desigualdade de oportunidades que atingem negros e índios. Ele manifestou sua posição na audiência pública realizada para discutir os projetos que estabelecem cotas nas universidades públicas, promovida no Senado pelas comissões de Educação (CE), Assuntos Sociais (CAS) e Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– Espero que haja um amplo entendimento para que a questão das cotas seja resolvida, mas é preciso lembrar que o Estatuto da Igualdade Racial não se restringe apenas a esse tópico – argumentou Paim.

O estatuto, projeto de Paim aprovado pelo Senado e enviado à Câmara no final de 2005, prevê, entre outros assuntos, que sejam reservados 30% das vagas de universidades públicas e dos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) para afrodescendentes.

A audiência contou com as participações do ministro da Educação, Fernando Haddad, e da ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e debateu também o PL 73/99, da deputada Nice Lobão, propondo a reserva de 50% das vagas das universidades federais e estaduais a alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Foram apensados à proposição o PL 3.627/04, de autoria do Poder Executivo, determinando que cada universidade preencha as vagas reservadas por uma proporção mínima de autodeclarados negros, pardos e indígenas igual à proporção de negros, pardos e indígenas na população do estado onde está instalada a instituição, de acordo com o censo do IBGE; e o PL 615/03, do deputado Murilo Zauith, que defende a obrigatoriedade de vagas para índios que forem classificados em processo seletivo.

Haddad destacou que o debate sobre o tema ao longo dos últimos anos fortaleceu a proposta do governo e citou dados de uma pesquisa do Datafolha: 65% da população se diz favorável às cotas para negros e, em relação às cotas para alunos de escolas públicas, o número de favoráveis ultrapassa 80%.

Paim defende o fim da reeleição

O senador Paulo Paim (PT – RS) elogiou a proposta de emenda à Constituição que acaba com a possibilidade de reeleição para presidente da República, governadores, prefeitos e quem os tiver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores à eleição.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu por unanimidade a proposta. Se aprovada pelo Senado e pela Câmara, a PEC 41/03 começa a valer em 2010.

Ao elogiar a iniciativa Paim afirmou que sempre foi contrário ao instituto da reeleição. Para Paim, o fim da reeleição é muito importante para evitar que qualquer governante use indevidamente a máquina em sua campanha.

dia 7

Louvor pela luta de Desmond Tutu contra apartheid

O Senado acolheu, durante esforço concentrado, requerimento de autoria do senador Paulo Paim (PT – RS) propondo voto de louvor ao bispo Desmond Mpilo Tutu, por sua "intensa luta e grandes vitórias" em prol da paz mundial e, especialmente, pelo fim do apartheid na África do Sul.

Paim justificou o pedido argumentando que Tutu, bispo anglicano sul-africano, tem conduzido sua vida com um vigor sem igual nas batalhas humanitárias que empreendeu, tendo incluído em sua proposta para a sociedade sul-africana direitos civis iguais para todos; abolição de leis que limitam a circulação dos negros; sistema educacional comum e fim das deportações forçadas de negros.

O senador ressaltou que Desmond Tutu distingue-se por transmitir a mensagem cristã de igualdade entre os povos, além de propagar os princípios da caridade pregados por Jesus Cristo.

Paim: projetos integrados irão favorecer inclusão

Paulo Paim (PT – RS) afirmou que, sendo contra qualquer tipo de discriminação, está aberto ao entendimento de que é possível integrar o projeto do Estatuto da Igualdade Racial ao Projeto de Lei 73/99, ambos tramitando na Câmara, para que todos os brasileiros excluídos tenham acesso ao ensino superior. A proposição garante 50% das vagas nas universidades federais a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas.

– Por que a gente não funde tudo numa única proposta e contempla efetivamente quem precisa? – sugeriu Paim.

Para o senador, a conseqüência principal dessa integração é levar efetivamente a universidade federal a contemplar os alunos de escolas públicas, nas quais estão negros, brancos e índios, a maioria pobre.

Célio Azevedo

Paim propõe melhor assistência ao idoso de baixa renda

Aguarda decisão na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) projeto do senador Paulo Paim (PT – RS) que altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) para beneficiar o idoso de baixa renda. O projeto (PLS 169/05) prevê que a família que ganhe benefício de aposentadoria ou pensão de apenas um salário mínimo poderá pleitear o benefício assistencial de mesmo valor previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Paim argumenta que o Estatuto do Idoso abre precedente para que outro idoso de uma mesma família possa receber o benefício da Loas, ainda que alguém já o perceba. Por isso, ele considera injusto que os beneficiários de aposentadorias e pensões de até um salário mínimo não possam também ter direito a uma segunda renda, no mesmo valor, proveniente da lei.

"A atual redação da lei acaba por penalizar o aposentado ou pensionista que, inclusive, contribuiu para a contraprestação do primeiro benefício e não goza das mesmas prerrogativas do assistido pela Loas", afirma o parlamentar. Paulo Paim argumenta que seu propósito é avançar no alcance social da lei, que, em sua avaliação, presta ao cidadão um serviço de fundamental importância para sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que pretende dar a todos os idosos um tratamento igualitário.

dia17

Paim quer liberdade para mutuário contratar seguro

Aguarda decisão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) proposta de Paulo Paim (PT – RS) que permite ao mutuário contratar em qualquer empresa o seguro obrigatório previsto na compra de imóveis pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Depois de votado, o projeto (PLS 24/06) será submetido à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto altera a Medida Provisória 2.197-43/01 e exige que o seguro livremente contratado cubra, no mínimo, os riscos de morte e de invalidez permanente. Hoje, a liberdade de escolha da seguradora é conferida ao agente financeiro, e não ao mutuário.

Na justificação do projeto, Paim diz que esse custo não entra no cômputo da taxa máxima de 12% ao ano à qual estão submetidos os contratos do SFH. "Ou seja, quanto mais caro o seguro, mais oneroso o comprometimento mensal de renda do mutuário, a despeito da limitação legal dos juros", argumenta ele.

Maior rigor contra os crimes ambientais

Os autores de crimes ambientais podem ter mais dificuldades para escapar da Justiça, caso a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprove projeto do senador Paulo Paim (PT – RS). A proposta (PLS 271/04) altera a Lei 9.605/98, reorganizando a instauração e tramitação de processo destinado a punir quem comete crime ambiental. O parlamentar identificou nessa lei lacunas e incoerências que, em sua avaliação, propiciam a impunidade do infrator.

Na justificação do projeto, Paim apresenta a situação hipotética de um fiscal que autue um infrator no interior do país. Se o auto de infração for lavrado dez dias depois, como permite a lei, a partir dessa última data começa a contagem legal de 30 dias para ser julgada a infração. Porém, o prazo da defesa do infrator começa a contar não a partir do dia da autuação, mas do momento em que ele tiver conhecimento dela. Portanto, se ele agir de má-fé, poderá esquivar-se de conhecer oficialmente a autuação durante meses.

Apesar disso, argumenta o senador, a autoridade competente tem que agir dentro do prazo de 30 dias contados a partir da lavratura da autuação. Com isso, não é raro o julgamento do infrator ocorrer antes da apresentação da defesa. De acordo com Paim, o infrator ainda pode ingressar no Judiciário, alegando intempestividade no julgamento ou cerceamento do seu direito de defesa.

– Com isso, a ação dos fiscais fica inócua e o meio ambiente penalizado diante da impunidade do infrator, que acaba por ser incentivado à prática de mais crimes ambientais.

Direitos dos idosos na prática

A TV Senado exibe reportagem especial sobre o Estatuto do Idoso, que entrou em vigor em outubro de 2003 para garantir os direitos das pessoas com mais de 60 anos. Mercado de trabalho, saúde e violência estão entre os temas abordados pelo programa – uma reflexão de especialistas a respeito dos desafios enfrentados pelos idosos, que devem chegar a 20 milhões em cinco anos.

As adaptações que começam a surgir na formação universitária para preparar profissionais capazes de atender às demandas criadas por uma população que está envelhecendo ganharam destaque no especial.

O estatuto assegura remédios gratuitos e atendimento prioritário no Sistema Único de Saúde (SUS), mas a assistência à saúde continua sendo um dos grandes problemas para os idosos. Outra situação preocupante é analisada: pesquisa feita pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado mostra que a violência contra o idoso ocorre, na grande maioria dos casos, dentro de casa. E o estatuto é claro: maltratar o idoso é crime e pode dar cadeia.

O Estatuto do Idoso tem 118 artigos e tramitou por mais de cinco anos no Senado e na Câmara dos Deputados. O projeto foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT – RS) ainda durante seu mandato como deputado federal.

dia24

Paulo Paim sugere a criação da Semana do Trabalhador

Paulo Paim (PT – RS) deseja que a semana que antecede o dia 1º de Maio seja denominada Semana do Trabalhador, a fim de proporcionar uma maior reflexão sobre a atividade profissional e a ordem econômica do Brasil. Projeto nesse sentido (PLS 97/06), apresentado pelo senador, aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de onde seguirá para a Comissão de Educação (CE).

Paim quer instituir essa semana como parte das comemorações do Dia do Trabalho. Seu projeto incumbe o Ministério do Trabalho de fornecer, nesse período, a todos os sindicatos, escolas públicas e empresas, cartilhas explicativas sobre os aspectos jurídicos da relação de emprego, assim como a relação de todos os serviços prestados por essa pasta do governo.

O mesmo projeto exige que a administração direta da União, estados e municípios promova um calendário de atividades que objetive a informação, a especialização, a integração e a difusão das experiências dos tra-

balhadores. Com essa proposição, ele disse esperar atender o interesse de milhões de brasileiros.

Na justificação do projeto, Paim esclarece que seu propósito não é o de criar mais um feriado, licença, folga ou descanso, em função do Dia do Trabalho. O senador diz que sua intenção é proporcionar uma maior reflexão sobre os complexos aspectos que envolvem a atividade profissional e econômica deste país.

– A proposição enseja também uma atribuição pedagógica ao Ministério do Trabalho, que passará a elaborar cartilhas sobre os direitos sociais do trabalhador – informa. Paim sugere que, nessa semana, a discussão a respeito do trabalho seja intensificada, aprofundando a busca de soluções que signifiquem melhores condições de vida e maior desenvolvimento para o país.

dia**29**

Paim quer aposentadoria especial para diretor e coordenador de escola

O senador Paulo Paim (PT – RS) se disse preocupado com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contra a Lei 11.301/06. O procurador-geral considera inconstitucional a extensão – a diretores de escola, coorde-

nadores pedagógicos e supervisores de ensino – da aposentadoria especial dos professores, prevista nessa lei.

– A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação vai lutar para que essa ação seja julgada pelo Supremo Tribunal Federal de forma a reconhecer o direito à aposentadoria especial para diretores, servidores e especialistas em educação – adiantou.

A importância do ensino profissional na ampliação das oportunidades de trabalho dos jovens também foi ressaltada pelo senador. Ao tratar do assunto, Paim aproveitou para destacar o centenário da Escola Técnica Estadual Parobé, no Rio Grande do Sul.

Para atrair mais recursos para o setor, Paim apresentou o PLS 274/03 e a PEC 24/05, que tratam do Fundo de Desenvolvimento e Qualificação do Trabalhador (Fundep). As duas matérias deverão ser debatidas em audiência pública no Senado.

dia**30**

Estatuto da Igualdade Racial e projetos sobre o Judiciário

Um dos projetos de autoria de senador que tramitam na Câmara dos Deputados é o que ficou conhecido como Estatuto da Igualdade Racial (PL

6.264/05), de Paulo Paim (PT – RS). Em novembro de 2005, a proposição foi aprovada no Senado na forma de substitutivo do relator.

O estatuto cria mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e abre caminho para a instituição do sistema de cotas em favor da população afro-brasileira. Nas universidades públicas, a reserva será regulamentada por legislação específica.

Dois projetos referentes à reforma do Judiciário também podem ser escolhidos a qualquer momento pela Presidência da Câmara para comporem a ordem do dia do Plenário. O primeiro trata da federalização dos crimes contra os direitos humanos (PL 6.647/06). Já a segunda proposição determina que o Supremo Tribunal Federal só conhecerá o recurso extraordinário quando a questão constitucional oferecer "repercussão geral", considerando a existência, ou não, de questões relevantes que ultrapassem os interesses subjetivos da causa (PL 6.648/06).

dia**31**

Paim espera cinco reformas em 2007

Paulo Paim (PT – RS) afirmou que espera cinco reformas para 2007: a previdenciária, a política, a tributária, a sindical e a trabalhista.

– O desenvolvimento que queremos para o Brasil deve estar associado também à construção de alguns arranjos institucionais. E isso passa efeti-

vamente por essas reformas – disse o parlamentar, anunciando que o tema seria discutido em um debate entre os candidatos a presidente da República, promovido pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), com a presença de Paim.

O senador citou o fim do fator previdenciário (que aumenta a idade para que o trabalhador possa se aposentar) como um dos pontos que devem constar da reforma da Previdência. Quanto à reforma política, além de se dizer favorável à extinção das emendas parlamentares individuais e coletivas ao Orçamento, ele defendeu o financiamento público de campanha.

– Há candidatos no Rio Grande do Sul gastando entre R$ 6 e 8 milhões para chegar à Câmara dos Deputados. Não tem lógica. Quem está financiando vai querer que o parlamentar, quando eleito, aprove projetos do seu interesse – observou.

Paim defendeu também um pacto federativo que contemple a renegociação das dívidas que os estados têm com o governo federal e manifestou sua opinião favorável à valorização das escolas técnicas e à universidade gratuita para os jovens, sobretudo os oriundos da rede pública de ensino.

Geraldo Magela

Setembro

Paim ouve sugestões e propõe norma para contribuição sindical

Paulo Paim (PT – RS) apresentou projeto que regulamenta a contribuição sindical, estabelecendo a obrigatoriedade de um desconto único anual de até 1% no salário bruto de cada trabalhador, sindicalizado ou não. O percentual será fixado em assembléia geral da referida categoria e o dinheiro deverá ser destinado ao financiamento da negociação do acordo coletivo e a outras atividades sindicais.

– Houve uma discussão no sentido de que apenas os que quisessem se associar ao sindicato é que deveriam contribuir, e que os que preferissem não contribuir não seriam beneficiados pelo acordo ou dissídio coletivo. Achei legítimo o debate, mas preferi não optar por esse ponto de vista, pois terminaríamos caindo no sistema europeu, onde uma empresa tem até dez sindicatos – afirmou.

O senador registrou que o texto final foi fruto de audiência da qual participaram as centrais sindicais e confederações de trabalhadores, além de representantes dos ministérios do Trabalho e Público do Trabalho. A proposta, enfatizou, está aberta à negociação.

Paim destacou ainda a 29ª Expointer, que se realiza em Porto Alegre. Ele informou que cerca de 2.500 expositores estão participando e mais de 6 mil animais de raça foram colocados a venda.

Paim quer reajuste do mínimo baseado na inflação e no PIB

O senador Paulo Paim (PT – RS) defendeu, em discurso no Plenário, a adoção de uma política permanente de reajuste para o salário mínimo, que está em discussão na Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. Pela proposta, o piso salarial seria reajustado de acordo com o índice anual de inflação e com o dobro do crescimento do produto interno bruto (PIB).

Paim lembrou que o governo federal está prevendo um crescimento do PIB da ordem de 4%, acrescentando que a inflação poderá ficar, ao longo de 12 meses, em torno de 3,5%, o que elevaria o salário mínimo, em 2007, para R$ 406, valor superior aos R$ 375 previstos inicialmente pelo Executivo na proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) enviada ao Congresso Nacional.

Para o senador, é possível conseguir um reajuste ainda maior para o mínimo, após a discussão do assunto no Congresso.

– É bom lembrar que o reajuste concedido no ano passado foi bem maior que a inflação e o dobro do [crescimento do] PIB – afirmou.

Ele defendeu ainda a concessão do mesmo índice de reajuste do salário mínimo às aposentadorias e pensões. Paim ainda criticou os planos de saúde por terem elevado de maneira desproporcional a mensalidade de associados idosos nos últimos anos.

Fundeb

O senador pelo Rio Grande do Sul convidou os parlamentares a participarem de audiência pública sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A audiência deverá contar com a presença de representantes de centrais e sindicatos de trabalhadores, além de profissionais da área de educação.

dia**8**

Paim apresenta relatório preliminar sobre política do salário mínimo

Ao apresentar o relatório preliminar da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, o senador Paulo Paim (PT – RS) afirmou que o texto representa a posição majoritária dos integrantes da comissão (12 deputados e 12 se-

nadores) e de expositores das muitas audiências públicas que o colegiado realizou.

– No entanto, estou disposto a modificar o texto, caso sejam apresentadas razões convincentes para abalizar outras opiniões.

Paim disse que, logo depois das eleições, vai realizar as reuniões finais para aprovar o relatório e, em seguida, apresentar recomendações aos Poderes Legislativo e Executivo. Entre as mais importantes, citou a regra para o reajuste anual do salário mínimo, que não poderá ser inferior ao repasse da inflação do ano anterior, acrescido do dobro do aumento do PIB.

– É claro que o reajuste poderá ser maior, se o governo e o Congresso assim o desejarem.

Segundo Paim, o relatório recomenda que os aposentados recebam o mesmo índice de correção de seus salários, uma vez que a perda acumulada em seus vencimentos está estimada, nos dias de hoje, em 70%. "Mas isso terá que ser compensado aos poucos", admitiu. Como medida para diminuir a informalidade na economia, o relatório propõe desonerar a folha salarial das empresas, limitando a 15% as despesas com impostos sobre salários, que hoje somam 23% da folha. O excedente seria transformado em imposto sobre o faturamento das empresas.

dia**11**

NUTRICIONISTA

A jornada de trabalho do nutricionista não poderá ultrapassar 30 horas semanais – ou 120 mensais – e o profissional, independentemente da área de atuação, terá de receber adicional de insalubridade de 40% sobre o salário mínimo da categoria. É o que prevê projeto (PLS 249/06) de Paulo Paim (PT – RS) modificando a lei que regulamenta a profissão de nutricionista (8.234/91).

Paim apresenta relatório preliminar sobre mínimo

O relatório preliminar da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo foi apresentado por Paulo Paim (PT – RS). O senador disse que, logo depois das eleições, vai realizar as reuniões finais para aprovar o relatório e, em seguida, apresentar recomendações aos Poderes Legislativo e Executivo.

Entre elas, citou a regra para o reajuste anual do salário mínimo, que não poderá ser inferior ao repasse da inflação do ano anterior, acrescido do dobro do aumento do PIB.

O relatório recomenda ainda que os aposentados recebam o mesmo índice de correção de seus salários, uma vez que a perda acumulada em seus vencimentos está estimada, nos dias de hoje, em 70%. "Mas isso terá que ser compensado aos poucos", admitiu Paim.

dia13

Em defesa do voto aberto para todas as decisões do Congresso

Paulo Paim e Almeida Lima sustentam que somente abolindo o voto secreto os parlamentares poderão prestar contas devidamente de suas decisões aos seus eleitores

O voto aberto como forma de aumentar a transparência no exercício da atividade parlamentar foi defendido pelo senador Paulo Paim (PT – RS).

Ele se disse favorável ao fim do voto secreto em todas as decisões do Legislativo, como previsto na PEC 349/01, do deputado Luiz Antônio Fleury (PTB – SP), aprovada, em primeiro turno, na Câmara, e criticou a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que restringe a adoção do voto aberto em decisões do Legislativo a processos disciplinares que envolvam a perda de mandato parlamentar.

Paim: decisão da Câmara favorece a transparência

Ao discordar da decisão tomada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que restringe a adoção do voto aberto a processos disciplinares que envolvam a perda de mandato parlamentar, Paulo Paim afirmou ser favorável à adoção do voto aberto em todas as decisões do Legislativo, conforme determina a proposta de emenda à Constituição (PEC 349/01) aprovada também pela Câmara dos Deputados em primeiro turno.

– As pessoas falam no risco de pressões por parte do Executivo no caso dos vetos, mas quem faz pressão em Casa democrática é a população. Eu voto com a minha consciência, em todos os casos. Tomo essa posição em nome da transparência. Quando você é eleito, tem que prestar contas dos compromissos que assumiu – disse ele.

Pessoas com deficiência

Paim ainda tratou da importância de se adotar no país uma política mais eficaz para o atendimento às pessoas com deficiência. Para ele, seria interessante que a equoterapia – método terapêutico que utiliza o cavalo – fosse oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ele comemorou a instalação, recentemente, em uma via próxima ao Senado Federal, de um semáforo sonoro, o que, a seu ver, é simbólico, dada a localização do aparelho.

O senador aproveitou a ocasião para ler o Manifesto do Setor Avícola Brasileiro, em que os empresários protestam contra o protecionismo comercial da União Européia, que seria, de acordo com eles, uma barreira ao desenvolvimento. O

documento, assinado por cerca de 30 entidades, informa que o consumidor europeu acaba pagando o dobro por uma carne fortemente subsidiada.

Proposta regulamenta jornada de trabalho de nutricionistas

A jornada de trabalho do nutricionista não poderá ultrapassar 30 horas semanais – ou 120 mensais – e o profissional terá que receber adicional de insalubridade de 40% sobre o salário mínimo da categoria. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado 249/06, do senador Paulo Paim (PT – RS).

A proposta modifica a lei que regulamenta a profissão de nutricionista (8.234/91). Além de fixar a jornada de trabalho e o adicional de insalubridade, estabelece que empresas das áreas industrial, hospitalar, comercial, bancária e educacional que fornecem refeições diretamente ou por meio de concessionárias devem ter em seu quadro de funcionários número específico de nutricionistas, conforme o número de refeições produzidas. Essa quantidade varia de um profissional a cada 200 refeições até três por unidade produtiva de 501 a 2 mil refeições por dia.

O projeto determina ainda que haja um nutricionista em hospital geral a cada 15 leitos; um em hospital especializado para 30 leitos; e um para 15 leitos em unidades de tratamento intensivo. As unidades escolares e pré-escolares também devem ter número mínimo de profissionais de nutrição: um por unidade com até 40 crianças, dois por unidade de 41 a 80 crianças e três por unidade com mais de 80 crianças.

Geraldo Magela

Aumento do desemprego entre os jovens preocupa Paulo Paim

Senador afirma que falta de perspectiva profissional é fator preponderante de desagregação social e de aumento da criminalidade

O senador Paulo Paim (PT – RS) manifestou, em discurso, sua preocupação com o desemprego entre a juventude. Conforme pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os jovens representam 45,5% dos 3,2 milhões de desempregados das principais regiões metropolitanas do país.

Paim afirmou que a falta de uma perspectiva profissional para os jovens é um fator preponderante de desagregação social e de aumento da criminalidade. O senador ressaltou ser fundamental fomentar a economia e gerar empregos, além de investir na educação profissional, preparando os jovens para o mercado de trabalho. Ele defendeu a aprovação da PEC 24/05, de sua autoria, que cria o Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante (Fundep), como forma de garantir recursos para avanços permanentes no ensino técnico profissionalizante.

O parlamentar lembrou que, nos últimos dez anos, o governo federal aplicou no ensino técnico profissionalizante cerca de R$ 100 milhões por ano, frisando que, com a aprovação do Fundep, o investimento anual nessa área passaria para R$ 3,5 bilhões.

Idosos

Paulo Paim também registrou a realização em Brasília do 4º Encontro Nacional de Conselhos de Idosos. O senador chamou a atenção para o envelhecimento da população para afirmar que o Brasil precisa, em caráter de urgência, implementar políticas públicas visando ao atendimento das necessidades dos idosos. Ele fez um apelo ao Congresso para que lute, na aprovação do Orçamento da União, por verbas destinadas ao atendimento dessa parcela da população.

Paim lembrou ainda a comemoração, no dia 20 de setembro, do aniversário da Revolução Farroupilha, movimento surgido no Rio Grande do Sul, há 171 anos, contra a política tributária do governo central. A Guerra dos Farrapos, como ficou conhecida a revolta dos gaúchos contra o Império, durou dez anos, experimentando a então província do Rio Grande do Sul um período de independência.

dia**18**

"As pessoas falam no risco de pressões por parte do Executivo no caso dos vetos, mas quem faz pressão em Casa democrática é a população. Eu voto com a minha consciência, em todos os casos"

Paulo Paim, afirmando ser favorável ao voto aberto em todas as decisões do Legislativo.

dia**27**

Paim propõe mudar o Estatuto da Criança e do Adolescente

Projeto de lei institui medidas para assegurar maior proteção à integridade de crianças e adolescentes, impedindo a aproximação de más companhias

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) poderá ser modificado para instituir medidas que assegurem maior proteção à integridade de meninos

e meninas. O projeto (PLS 46/06), do senador Paulo Paim (PT – RS), tem o objetivo de garantir ao responsável pelo menor a adoção de providências destinadas a impedir que companhias nocivas se aproximem de determinada criança ou adolescente.

A primeira alteração proposta acrescenta parágrafo único ao artigo 17 do ECA (Lei 8.069/90), que trata do respeito à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Conforme o projeto, o detentor da guarda ou posse de fato do menor poderá requerer ao juízo competente, mediante justificação, medidas que garantam a proteção dessa integridade, entre elas a proibição de que alguém se aproxime da criança e do adolescente a menos de certa distância, fixada em cada caso.

Para assegurar o cumprimento dessa resolução, o senador propõe também o acréscimo de um novo artigo ao capítulo de crimes do ECA, tipificando a conduta daqueles que não obedecerem a decisão judicial. Pela proposta, aqueles que expuserem a integridade da criança e do adolescente a perigo direto e iminente, por meio de aproximação pessoal, ficarão sujeitos a uma pena de seis meses a três anos de detenção, além do pagamento de multa.

Segundo Paim, o projeto sana dúvidas a respeito de como proceder judicialmente nas hipóteses em que a criança e o adolescente são assediados por pedófilos e traficantes.

– Apesar das garantias constitucionais e legais, não se dispõe de meio prático, efetivo e célere que impeça as aproximações nocivas. O projeto

conferirá ao estatuto um meio simples e direto para que o responsável pela criança e pelo adolescente aja no sentido de impedir essa aproximação – afirmou o parlamentar, na justificação da sua proposta.

A matéria está sendo analisada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

dia**28**

Estatuto do Idoso é um avanço na legislação brasileira

Paim sugere mobilização da sociedade para cumprimento integral dessa norma, principalmente por meio dos conselhos estaduais e municipais

O Estatuto do Idoso completa três anos em 1º de outubro de 2006, quando se comemora o Dia Internacional do Idoso. De autoria do então deputado Paulo Paim, hoje senador pelo PT do Rio Grande do Sul, o projeto de lei tramitou no Congresso Nacional por mais de cinco anos e é considerado um marco ético de respeito aos direitos dos maiores de 60 anos.

Composto por 118 artigos, a legislação é dividida em capítulos específicos dedicados aos idosos, como os que tratam do direito à vida, ao alimento, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho, à previdência e assistência social, à habitação e ao transporte. No texto, há ainda capítulos inteiros sobre

o atendimento às pessoas da terceira idade tanto no âmbito da própria família como em entidades destinadas a esse fim, com normas que determinam desde instalações físicas adequadas até a fiscalização pelo poder público e pela sociedade.

Para assegurar o cumprimento dos direitos nele previstos, o estatuto estabelece sanções que vão desde pesadas multas até a pena de reclusão de 12 anos. Esta última punição se aplica a quem provocar a morte de um idoso por submetê-lo a condições desumanas ou degradantes ou privá-lo de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou ainda sujeitá-lo a trabalho excessivo ou inadequado, expondo a perigo sua integridade e saúde, física ou psíquica.

Em artigo que será publicado nos principais jornais brasileiros, Paulo Paim destaca que o Estatuto do Idoso representa um avanço inegável na legislação. O senador alerta, no entanto, que "a garantia dessa conquista passa pelo cumprimento de todos os seus artigos e também por uma ampla divulgação junto à população".

Mobilização

Para isso, o parlamentar sugere que a sociedade precisa organizar-se a fim de exigir o cumprimento do estatuto, principalmente por meio dos conselhos estaduais e municipais dos idosos. Os conselhos estaduais da categoria, explica o autor da legislação, já desenvolvem um trabalho nesse sentido, mas, a seu ver, ainda é preciso haver uma conscientização dos poderes municipais – prefeituras e câmaras de vereadores – para a criação de conselhos no âmbito municipal.

– É por meio deles que haverá interlocução junto à comunidade e aos poderes públicos constituídos, tanto em âmbito estadual como nacional – afirma.

Para destacar a importância e a necessidade de políticas voltadas ao idoso, Paulo Paim toma como base pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que aponta a existência, no país, de cerca de 20 milhões de pessoas com mais de 60 anos.

Segundo o senador, o Estatuto do Idoso é uma "peça revolucionária" que veio para ficar, e seu cumprimento depende unicamente de cada um dos brasileiros, que, ao procurar conhecer a legislação e cobrar sua aplicação, estará colaborando para a construção de um "país mais solidário, mais humano e melhor para se viver".

dia**29**

Paim quer aposentadoria especial dos professores nas regras de transição

Paulo Paim (PT – RS) quer incluir as normas especiais para a aposentadoria dos professores, previstas na Constituição federal, nas regras de transição criadas pela Emenda Constitucional 47/05 (a PEC paralela). A proposta do senador aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ser votada e enviada ao Plenário.

O texto (PEC 6/06) acrescenta à Emenda Constitucional 47 norma estabelecendo que, para o professor que comprove tempo de efetivo exercício – exclusivamente nas funções de magistério, na educação infantil e no ensino fundamental e médio –, serão reduzidos em cinco anos os 35 anos de contribuição exigidos dos homens e os 30 anos de contribuição exigidos das mulheres, para conseguir aposentadoria com proventos integrais.

Geraldo Magela

Outubro

dia4

Paim manifesta pesar pela morte dos passageiros da Gol

O senador Paulo Paim (PT – RS) manifestou sua solidariedade aos familiares das 155 vítimas do acidente aéreo com o Boeing 737-800 da Gol, que caiu dia 29 de setembro de 2006, na divisa de Mato Grosso com o Pará. Paim destacou que, entre os passageiros do vôo 1907, havia dez gaúchos.

– O país inteiro continua perplexo. Lamento todas as mortes e encaminho meu voto de pesar por todos. Não podemos fazer nenhum julgamento precipitado, mas nos parece que um erro cometido pelo jato menor [Legacy], que mudou de altitude e atingiu o Boeing, foi fatal para 155 brasileiros – disse.

O parlamentar também fez uma análise do processo eleitoral. Ele agradeceu ao povo do Rio Grande do Sul pela forma como foi recebido ao longo da campanha nas 60 cidades que visitou, expressando seu apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos demais candidatos do Partido dos Trabalhadores.

Paim elogiou as discussões feitas sobre temas como igualdade racial, Estatuto do Idoso, salário mínimo, fim do fator previdenciário, Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep) e da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Comissão do Salário Mínimo aprova relatório final de Paim

Documento vincula definitivamente os reajustes anuais dos aposentados ao aumento concedido ao mínimo e garante ampliação gradual do seu poder de compra

Por unanimidade, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo aprovou o relatório final, elaborado pelo senador Paulo Paim (PT – RS), que propõe a vinculação definitiva do reajuste anual dos aposentados ao aumento concedido ao salário mínimo. O documento, que ainda será analisado e votado pelos plenários do Senado e da Câmara, sugere ainda que o reajuste anual para o salário mínimo não seja inferior ao repasse da inflação do ano anterior, acrescido do dobro do aumento do produto interno bruto (PIB), também do ano antecedente, buscando garantir, assim, o aumento gradual do poder de compra do mínimo.

Paim explicou que, nas propostas, extinguiu o chamado fator previdenciário por entender que ele implica perda de 40% nas aposentadorias das mulheres e de 32% nas dos homens. "O fator previdenciário diminui o valor das aposentadorias em função da idade do segurado ao se aposentar, quando esse cálculo deveria considerar apenas o tempo de contribuição", explicou.

Célio Azevedo

Paim ressaltou ainda a importância social da proposta, contida no relatório, de desonerar impostos da folha salarial das empresas para concentrá-los no faturamento. "É justo: a empresa que faturar mais pagará mais imposto", observou.

dia6

Comissão derruba mitos sobre o salário mínimo, afirma Paim

Referência para os valores pagos na economia, piso nacional de salários é cercado de tabus, como explica o relator da comissão do Congresso Nacional que estuda o tema

O senador Paulo Paim (PT – RS) comemorou, em Plenário, a aprovação por unanimidade do relatório final da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, que propõe reajuste anual do piso com recuperação da perda conforme a inflação, mais o dobro do crescimento do produto interno bruto (PIB).

Entre as principais conclusões da comissão destacadas por Paim estão a negação da necessidade da adoção de dois salários mínimos (um para os trabalhadores da ativa e outro para os aposentados), do mito do déficit da Previdência (existiriam fontes destinadas a suprir constitucionalmente as despesas com a seguridade social) e do tabu que dizia que o aumento do salário mínimo causaria inflação e inibiria o crescimento.

O senador lembrou que nos últimos anos o mínimo teve, em média, um crescimento real acima do dobro do PIB. Ele destacou ainda que a inflação, a taxa de juros e o risco Brasil despencaram, e foram gerados 6 milhões de empregos com carteira assinada e nenhuma prefeitura do país quebrou.

Paulo Paim acrescentou que o salário mínimo é uma forma de distribuir renda, mesmo se for considerado o elevado índice de informalidade existente no país. Isso se deve, explicou o parlamentar, ao chamado "efeito farol", ou seja, o salário mínimo funciona como uma referência para os valores pagos ao trabalhador, mesmo que esse não tenha carteira de trabalho assinada.

– Pudemos perceber, claramente, que os efeitos do salário mínimo sobre a economia são positivos. Ele é uma baliza para os demais salários. Tanto é assim que seu impacto atinge salários muito superiores – comentou.

Avanços

O relatório do senador do Rio Grande do Sul aprovado pela comissão propõe o reajuste do benefício do aposentado e do pensionista pelo mesmo índice que for concedido ao reajuste do salário mínimo. Também sugere a criação de mecanismos para incorporação do trabalhador informal à seguridade social.

O texto aponta ainda, segundo o relator, para a urgência de se eliminar o chamado fator previdenciário, instrumento que usa a expectativa de vida para cálculo do benefício e reduz a aposentadoria das mulheres em mais de 40% e a dos homens em mais de 35%.

Direitos das pessoas com deficiência serão debatidos em audiência pública

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou requerimento do senador Paulo Paim (PT – RS) para realização de audiência pública destinada a analisar propostas contidas na Convenção Internacional para os Direitos dos Portadores de Deficiência e o projeto de lei que institui o Estatuto dos Portadores de Deficiência.

Segundo Paim, a audiência destina-se a adequar o projeto (PLS 6/03) aos termos consagrados pela convenção internacional, o primeiro tratado sobre direitos humanos aprovado neste século pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O senador explicou que a convenção, aprovada em agosto por 192 países membros da ONU, determina que os governos signatários do tratado adotem medidas específicas em favor das pessoas com deficiência, a fim de melhorar seu acesso à educação, ao emprego, à informação e a sistemas de saúde adequados, bem como garantir-lhes mobilidade sem obstáculos físicos ou sociais.

Para o parlamentar gaúcho, como a proposta do Estatuto do Portador de Deficiência encontra-se atualmente em tramitação no Senado, é oportuno debater seus dispositivos à luz do que propõe o tratado internacional. Paulo Paim lembrou que o estatuto beneficiará 24,5 milhões de brasileiros.

Paim homenageia Ulysses

O senador Paulo Paim (PT – RS) presta homenagem ao ex-presidente da Câmara dos Deputados, da Assembléia Nacional Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Morto em acidente aéreo em 2 de outubro de 1992, Ulysses completaria 90 anos no dia 6.

Para Paim, Ulysses foi um homem público sério, honesto, preparado e progressista. Ele disse que aprendeu com "o grande Ulysses" boas mensagens e ensinamentos que lhe servem de exemplo até hoje.

Aprovado relatório de Paim sobre salário mínimo

Por unanimidade, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo aprovou o relatório final elaborado pelo senador Paulo Paim (PT – RS) que propõe a vinculação definitiva do reajuste anual dos aposentados ao aumento concedido ao salário mínimo.

O relatório, que ainda será analisado e votado pelos plenários do Senado e da Câmara, sugere que o reajuste anual para o salário mínimo não seja inferior ao repasse da inflação do ano anterior, acrescido do dobro do aumento do PIB, também do ano antecedente.

Paulo Paim explicou que, nas propostas de seu relatório, extinguiu o chamado fator previdenciá-rio por entender que ele implica perda de 40% nas aposentadorias das mulheres e 32% nas dos homens, o que representa "uma injustiça" para o senador.

Segundo o relator, o fator previdenciário diminui o valor das aposentadorias em função da idade do segurado ao se aposentar, quando esse cálculo deveria, na opinião do senador, considerar apenas o tempo de contribuição.

Paim ressaltou ainda a importância social da proposta, contida no relatório, de desonerar impostos da folha salarial das empresas para concentrá-los no faturamento. "É justo. A empresa que faturar mais pagará mais imposto", observou o parlamentar.

dia**25**

Idoso terá direito a passagem grátis em ônibus interestadual

Conforme decreto presidencial, empresas deverão reservar duas vagas, em cada veículo, para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos

Os idosos pobres com mais de 60 anos poderão contar em breve com gratuidade em passagens para viagens de ônibus, trens e barcos. No dia 19 de outubro, a Presidência da República publicou o Decreto 5.934, que estabelece os mecanismos e os critérios a serem adotados no transporte interestadual de passageiros idosos, conforme determina o artigo 40 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). O decreto ainda será detalhado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para que possa entrar em vigor.

O artigo 40 do Estatuto do Idoso estabelece a reserva de duas vagas gratuitas ao idoso com renda igual ou inferior a dois salários mínimos em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros. Sancionado em outubro de 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o estatuto também estipula um desconto mínimo de 50% no valor das passagens a serem vendidas aos idosos, quando as duas vagas gratuitas já estiverem ocupadas.

– Isso é uma luta antiga nossa. Eu, como autor do Estatuto do Idoso, fico feliz com essa decisão, que foi fruto do amplo entendimento entre o próprio empresariado da área, os aposentados e o governo. Os idosos precisam dessa passagem gratuita para vir a uma cidade maior de outro estado, às vezes para poder conseguir uma consulta médica de qualidade – afirmou Paim, em entrevista à Rádio Senado, ao comentar a publicação do decreto.

Roosewelt Pinheiro

Idade

O decreto classifica como idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos. Para fazer uso das duas vagas garantidas pelo estatuto, o idoso deverá solicitar um único Bilhete de Viagem do Idoso nos pontos de venda da empresa transportadora, com antecedência mínima de três horas em relação ao horário de saída da condução. Ele terá de comparecer ao terminal de embarque até 30 minutos antes da hora marcada para o início do percurso, sob pena de perda do benefício.

Desconto

Para fazer jus ao desconto mínimo de 50% previsto no estatuto, o decreto determina que o idoso deverá adquirir a passagem obedecendo ao prazo máximo de seis horas de antecedência da partida, para viagem com até 500 quilômetros de distância. Para trechos com distância maior, a compra do bilhete deverá ser feita pelo idoso com até 12 horas de antecedência.

De acordo com o decreto presidencial, a prova da idade do idoso será feita mediante apresentação do original de qualquer documento pessoal de identidade que contenha sua foto. A renda poderá ser comprovada por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social, contracheque ou carnê de contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), entre outros documentos.

Paim quer ampliar beneficiários dos empréstimos consignados

O direito a fazer empréstimos bancários com desconto em folha e juros mais baixos poderá ser estendido a idosos e pessoas com deficiência carentes que recebem benefícios de prestação continuada (BPC). O direito de acesso a esse tipo de empréstimo já é garantido a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) desde 2003 e, agora, o senador Paulo Paim (PT – RS) pretende levar essa possibilidade aos carentes que recebem o BPC, pago a idosos e deficientes de famílias cuja renda familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo.

"A extensão do empréstimo consignado aos titulares do BPC lhes proporcionará acesso a taxas de juros mais justas e, conseqüentemente, vai lhes trazer uma vida mais confortável", diz o senador, ao justificar o projeto (PLS 27/06), que será examinado pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

O senador destaca ainda que a medida fomentaria a economia brasileira, ao trazer para o mercado consumidor pessoas que têm pouca possibilidade de consumo devido aos baixos rendimentos e também pouca capacidade de poupança. Paim informa que, de acordo com a Empresa

de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), até dezembro de 2005, 4,6 milhões de aposentados de um total de 19 milhões de brasileiros nessa condição já tinham usado o direito ao empréstimo em folha.

Paim destaca seminário sobre educação técnica

O senador Paulo Paim (PT – SP) cumprimentou o ministro da Educação, Fernando Haddad, e o secretário de Educação Profissional e Tecnológica da pasta, Eliezer Pacheco, pela realização de audiência pública sobre o ensino técnico e profissionalizante no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

Paim, que será um dos painelistas, vai debater a proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) com profissionais da área. O senador destacou que o Fundeb viabilizará recursos da ordem de R$ 3,5 bilhões para o ensino técnico e profissionalizante no país.

– É um sonho de todo brasileiro uma escola técnica em toda cidade, por menor que seja.

Eleições

Ao comentar a eleição da candidata do PSDB, Yeda Crusius, para governadora do Rio Grande do Sul, no segundo turno, Paulo Paim salientou a votação expressiva obtida pelo candidato petista Olívio Dutra, que alcançou quase 47% dos votos válidos. Ressaltou também a "vitória da democracia", com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Florestan Fernandes

Paim defendeu, ainda, projeto de sua autoria propondo a instituição do Dia Nacional de Reflexão das Diferenças, a ser celebrado em 10 de agosto, data da morte do ex-deputado federal e sociólogo Florestan Fernandes, falecido em 1995.

O parlamentar lembrou que Florestan Fernandes dedicou-se a combater toda forma de preconceito. Acrescentou que, ao lutar contra a desigualdade social, Florestan promoveu "uma revolução sociológica", ao lado de homens como Darcy Ribeiro, Betinho e Chico Mendes.

Novembro

dia3

Paim elogia cartilha da Saúde contra racismo no SUS

O anúncio do ministro da Saúde, Agenor Álvares, de que o Ministério da Saúde vai distribuir uma cartilha para evitar as desigualdades raciais no Sistema Único de Saúde (SUS) foi elogiado por Paulo Paim (PT – RS). O senador lembrou que o ministério detectou racismo dentro do SUS por meio de pesquisa realizada pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), conforme matéria publicada pelo Jornal do Brasil.

Em seminário no Rio de Janeiro o ministro Agenor Álvares disse que o SUS é racista e discrimina, sobretudo, negros, o que motivou protestos dos médicos e funcionários de hospitais do Rio.

Segundo dados destacados por Paulo Paim, quase um terço (31,8%) das mulheres negras são rejeitadas na primeira maternidade que procuram. O índice é consideravelmente menor entre as brancas – 18,5%. A taxa de mortalidade no parto entre afro-brasileiras (4,79 a cada 100 mil) é mais que o dobro das brancas (2,09 a cada 100 mil).

– É por isso que eu defendo rapidez na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que está engavetado na Câmara dos Deputados – disse o senador, enfatizando uma frase do ex-secretário-geral da Organização das

Nações Unidas Kofi Annan, sobre racismo: "Minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres e super-representadas nas prisões".

dia **8**

Paulo Paim defende salário mínimo de R$ 400 em 2007

Relatório propõe que aposentados e pensionistas recebam o mesmo índice de correção aplicado ao mínimo

O relator da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, criada para elaborar uma proposta de política permanente de reajuste do mínimo, senador Paulo Paim (PT – RS), reuniu-se com líderes sindicais de todo o país para debater pontos de seu relatório final.

Paulo Paim apresentou os principais itens do documento e destacou a recomendação de que, em 2007, o salário mínimo seja fixado em R$ 400. O senador propõe que o reajuste anual do mínimo não seja inferior ao índice da inflação do ano anterior acrescido do dobro do aumento do PIB, também relativo ao mesmo período. O relatório sugere ainda que os aposentados e pensionistas recebam o mesmo índice de correção em seus salários.

Os sindicalistas concordaram com o relatório, mas garantiram que vão continuar pressionando o Congresso Nacional por maiores reajustes salariais. O diretor da Federação Democrática de Metalúrgicos de Minas Gerais, José Mário de Andrade, disse que, agora, a comissão começa a enfrentar o problema dos aposentados de uma forma mais adequada.

– A reunião foi muito positiva. O relatório é um passo para a vitória dos sindicalistas. Agora, o próximo objetivo é lutar contra a reforma da Previdência Social – conclui Andrade.

No final do encontro, Paim informou que o relatório será apresentado à comissão, durante reunião administrativa.

dia 9

Comissão mista recomenda salário mínimo de R$ 400

Relator da Comissão Especial do Salário Mínimo diz que divergência entre o valor proposto pelo colegiado e o previsto na proposta orçamentária do governo não impede aumento

A Comissão Especial Mista do Salário Mínimo aprovou a recomendação aos poderes Executivo e Legislativo para que o salário mínimo seja fixado em R$ 400 para 2007. Na proposta orçamentária do governo federal para 2007, porém, a forma de cálculo prevista o elevará de R$ 350 para R$ 375. O relator

da comissão, senador Paulo Paim (PT – RS), afirmou que essa divergência não impede que a recomendação seja atendida.

– Devemos lembrar que, em 2005, a proposta orçamentária chegou ao Congresso com a previsão de um salário mínimo de R$ 320 e saiu com R$ 350. Tudo depende de vontade política do Congresso, governo e também do movimento sindical.

A comissão é favorável ainda à aprovação de dispositivo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 285/04, que prevê a elevação de 22,5% para 23,5% da arrecadação tributária, cujo destino é o Fundo de Participação dos Municípios, de forma a aumentar os recursos para o pagamento do salário mínimo nas cidades mais pobres do país. A PEC, de autoria do Executivo, tramita na Câmara.

Outra sugestão do relatório da comissão é a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o que promoverá investimentos de R$ 5 bilhões no setor.

Foi recomendada ainda a aprovação da PEC 24/03, de autoria de Paim, que tem por objetivo impedir o bloqueio ou contingenciamento de dotações do orçamento da seguridade social.

Jane de Araújo

dia13

Paim desiste de regra para aposentadoria

A elaboração de proposta para fixar a idade mínima para as aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) ficará a cargo do Executivo. Essa decisão foi tomada pela Comissão Especial do Salário Mínimo, depois que centrais sindicais e membros de confederações de trabalhadores reuniram-se com o senador Paulo Paim (PT – RS).

Apesar do apoio ao seu relatório, que recomenda a elevação do mínimo para R$ 400 em 2007, entre outras medidas, as entidades sindicais rejeitaram a proposta de Paim de adotar de forma gradual, ao longo de 27 anos, os mesmos limites exigidos para aposentadorias no serviço público – de 55 anos para as mulheres e de 60 para os homens. Segundo Paim, o movimento sindical quer pressionar por melhores condições aos aposentados do setor privado e não daria qualquer respaldo no Congresso à sua proposta de emenda à Constituição (PEC).

A comissão aprovou o relatório de Paim com a sugestão de que o piso salarial do país seja atualizado pela inflação integral verificado no período, acrescido de no mínimo o dobro da variação real do produto interno bruto (PIB) do ano anterior. Também há a recomendação de que não só os benefícios pagos pelo INSS equivalentes a um salário mínimo – cerca de dois terços das aposentadorias e pensões do RGPS –, mas inclusive os que estão acima desse patamar, tenham a mesma correção.

Paim pede aprovação do Fundep e defende ensino profissionalizante

Ao registrar sua participação na 1ª Conferência de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília, e no 13º Seminário Internacional de Educação Tecnológica, em Novo Hamburgo (RS), o senador Paulo Paim (PT – RS) defendeu a aprovação do projeto de lei (PLS 274/03), de sua autoria, que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). Ele enalteceu o editorial do jornal gaúcho Correio do Povo que destacou a importância do projeto.

Paim afirmou que o ensino técnico para o desenvolvimento social e econômico faz parte do projeto Cantando as Diferenças, criado por ele, que tem por objetivo articular as instâncias do governo e da sociedade para a adoção de medidas práticas para uma verdadeira inclusão social. Segundo explicou, isso se daria por meio dos estatutos do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Criança e do Adolescente, e do Fundep.

O parlamentar lembrou que o Estatuto da Igualdade Racial, também de sua autoria, foi acolhido por unanimidade no Senado. Ele pediu a aprovação da matéria pela Câmara dos Deputados. De acordo com Paim, grupos musicais baianos como o Olodum e o Ilê Aiyê estão colhendo assinaturas em defesa da proposição.

Comissão aprova merenda escolar para jovens e adultos que estudam à noite

Os alunos do sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA) passarão a ter direito a refeições custeadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), de acordo com projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT – RS) aprovado por unanimidade, em decisão terminativa, na Comissão de Educação (CE).

A EJA é uma modalidade de ensino destinada aos que não puderam cursar ou concluir os ensinos fundamental ou médio na idade apropriada. Esses estudantes são – como lembra o relator do projeto, senador Cristovam Buarque (PDT – DF) – trabalhadores que se submetem a longas jornadas de trabalho e ainda "têm ânimo para buscar a escolarização, onde depositam suas reservas de perspectiva de mudança de vida".

Ao defender seu projeto (PLS 128/06), Paim lembrou que a Constituição assegura a extensão do ensino fundamental gratuito aos que não tiveram acesso a ele na idade esperada. Por isso, ele considerou "lícito" interpretar que o Pnae viesse a beneficiar também os estudantes jovens e adultos do ensino fundamental.

– Após enfrentar uma dura jornada de trabalho, esses alunos dirigem-se às escolas, no período noturno, e raramente encontram aí o apoio nutricional indispensável ao bom desempenho escolar – justificou.

Senador gaúcho lamenta morte de Isaac Ainhorn

Paulo Paim (PT – RS) apresentou requerimento de pesar pelo falecimento em Porto Alegre, do vereador, advogado e professor Isaac Ainhorn.

Ainhorn estava em seu sexto mandato na Câmara Municipal de Porto Alegre e ocupava o cargo de secretário de Planejamento do município. O requerimento também foi assinado pelos senadores gaúchos Sérgio Zambiasi (PTB) e Pedro Simon (PMDB).

Paim destacou que Ainhorn era "um lutador, comprometido com as causas populares e com a defesa do povo judeu".

dia20

Desastre ecológico no vale do rio dos Sinos emociona Paulo Paim

A mortandade de peixes no rio dos Sinos emocionou Paulo Paim (PT – RS), conforme relato que fez de sua visita a mais de 80 cidades gaúchas, durante a campanha eleitoral, em apoio à candidatura de Lula à reeleição e à de Olívio Dutra ao governo do Rio Grande do Sul. O desastre ambiental foi causado pela poluição industrial na região, onde estão instaladas principalmente empresas do setor calçadista.

– Se como homens temos a capacidade de assassinar um rio, também temos condições de salvá-lo, não com medidas punitivas, mas educativas. Não deixe morrer meu rio – destacou o senador, citando uma canção gaúcha.

Paim falou ainda de seu livro O Rufar dos Tambores, lançado na 52ª Feira do Livro de Porto Alegre, inclusive com edição em braile. A obra reúne suas memórias a partir da infância, salientando sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte de 1987. Ele informou que pretende fazer o lançamento do livro também em Brasília e em outros estados.

dia21

Compromisso com a liberdade, a igualdade e a justiça

Lembrando que dia 27 de novembro celebra-se o Dia Nacional da Consciência Negra, Paulo Paim (PT – RS) declarou que o senador Ramez Tebet era um abolicionista e um republicano, "um homem que tinha compromisso com a liberdade, a igualdade e a justiça". Paim disse que, em um vôo que fez para Porto Alegre na companhia de Tebet, apaixonou-se pelas suas idéias.

– Pessoas como Tebet nunca morrem, porque suas idéias estarão sempre a guiar as nossas vidas. Por isso, viva o nosso querido Ramez Tebet. As suas idéias haverão de orientar nossos caminhos para construir um mundo igual

para todos, onde ninguém seja discriminado pela pele, pelas idéias, caminhos ou percepção de vida – ressaltou.

Funai se compromete com Paim sobre os krahôs-kanelas

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, informou, por telefone, ao senador Paulo Paim (PT – RS), vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que já está encaminhando ao Ministério da Justiça a minuta do decreto necessário à conclusão da desapropriação da terra que os índios krahôs-kanelas ocupam provisoriamente no município de Lagoa da Confusão (TO).

Esse decreto é passo fundamental do processo que se encerrará com o pagamento de R$ 8 milhões a Marcos Vinicius Santana, proprietário da fazenda desapropriada – uma área de sete mil hectares, na qual esses índios nasceram e de onde foram expulsos há 30 anos.

O receio dos índios é o de que, se o processo não andar rápido, o dinheiro destinado ao pagamento da terra, que já se encontra no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), volte para os cofres da União, sendo necessária nova destinação de recursos no Orçamento de 2007.

José Cruz

Reunidos no gabinete de Paim, o cacique Mariano Wekedé e outros representantes da comunidade indígena dos krahôs-kanelas disseram que não deixariam Brasília enquanto esse processo não fosse concluído.

Decreto

Constituindo uma comunidade de 300 pessoas, eles estão morando provisoriamente, sob lonas, numa parte da fazenda, até que o processo de desapropriação seja concluído. Em razão disso, estão impedidos de plantar. A portaria de desapropriação foi publicada em agosto de 2006.

Com o encaminhamento, pela Funai, dessa minuta de decreto ao Ministério da Justiça, falta agora o presidente Lula assinar e publicar, antes de 31 de dezembro de 2006, decreto tornando a área de interesse social, desapropriando-a e entregando-a aos krahôs-kanelas.

Paim disse que participou, na sede da Funai, do acordo com o proprietário da fazenda.

– Todos os procedimentos foram feitos. Todos cumpriram sua parte: o Incra, o governo federal, o Congresso, os índios e o proprietário da terra. Agora não entendemos por que a Funai não repassou o dinheiro devido para que se efetivasse a desapropriação da terra – questionou Paim.

Projeto cria contribuição para financiar negociação coletiva

Projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim (PT – RS) que trata da contribuição assistencial destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais será discutido em audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto (PLS 248/06), que está tramitando na CAS, tem como relator o senador Valdir Raupp (PMDB – RO).

A comissão também aprovou requerimento de Paim propondo a realização de audiência pública para debater a situação do Aerus Instituto de Seguridade Social, fundo de pensão de aeronautas. A data da audiência ainda será marcada.

Deverão participar do debate no colegiado representantes do Aerus, da Varig e do Sindicato Nacional dos Aeronautas. O fundo de pensão, criado em 20 de outubro de 1982, reúne empresas patrocinadoras ligadas ao setor aéreo.

A CAS aprovou outro requerimento de Paim para uma audiência pública sobre a jornada de trabalho dos farmacêuticos.

Paim cobra da Câmara aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

Autor da proposta já votada pelo Senado, parlamentar afirma que Brasil continua a ser um país racista e lê manchetes de jornais sobre o aumento da violência contra os negros

Constará nos Anais do Senado voto de louvor a Zumbi dos Palmares, proposto pelo senador Paulo Paim (PT – RS) em reconhecimento à luta de Zumbi contra a escravidão. Ao encaminhar o requerimento, Paim leu manchetes sobre o recrudescimento da violência contra os negros e as desigualdades raciais constatadas no Brasil, e cobrou da Câmara dos Deputados a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

– Que adversário invisível é esse que não permite que a Câmara aprove o Estatuto da Igualdade Racial? A matéria foi aprovada no Senado por unanimidade, com relatório feito pelo PFL e apoio do governo, do PSDB, do PT, do PP e de todos os partidos. O estatuto não engessa nada. É quase uma carta de intenções sobre a política de inclusão e o combate ao racismo e ao preconceito. Nem sequer a política das cotas nas universidades é tratada no projeto.

Na avaliação do senador, o Brasil continua a ser um país racista e preconceituoso. Ele registrou que o Jornal da Globo informou que grupos racistas estão crescendo no Rio de Janeiro e em São Paulo e ampliando a perseguição a negros e homossexuais. Paim pediu ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB – SP), que coloque em votação o Estatuto da Igualdade Racial "para que cada deputado possa assumir o seu preconceito, se é que esse preconceito existe".

dia27

Paim defende políticas de inclusão social

O senador Paulo Paim (PT – RS) saudou a realização da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado Federal, e defendeu a adoção de políticas de inclusão social pelo governo e pela sociedade. O senador pelo PT gaúcho disse que apresentará projeto determinando que as verbas da União só poderão ser destinadas àqueles setores que promovam o chamado "corte de diferenças", por meio do qual são implementadas iniciativas que favorecem o ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Paim também destacou algumas iniciativas adotadas pelo Senado, como a inauguração da sala de acessibilidade da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, que dispõe de computadores adaptados para que portadores de deficiência tenham acesso ao acervo digital em áudio e texto.

dia28

Paim destaca alcance de emendas orçamentárias de comissões

Paulo Paim (PT – RS) comunicou ao Plenário que, como relator das emendas ao projeto de Lei Orçamentária de 2007 na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e na Comissão de Educação (CE), procurou acolher o maior número possível de solicitações dos senadores. O parlamentar informou que os valores globais das emendas foram de R$ 1,85 bilhão na CDH e R$ 3 bilhões na CE.

Paim destacou a iniciativa da CDH que destina R$ 600 milhões à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para apoio às ações adotadas pelo órgão, e outra, da CE, que propõe R$ 1,2 bilhão para o fomento ao desenvolvimento da educação profissional.

A CDH, conforme o senador, também aprovou emenda que reserva R$ 500 milhões ao Fundo Nacional de Assistência Social, para a concessão de bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho. A CE destinou R$ 1 bilhão para a construção de creches, R$ 200 milhões para a instalação de bibliotecas públicas, R$ 200 milhões para o desenvolvimento da produção de combustível para usinas nucleares e R$ 400 milhões para a implantação e modernização da infra-estrutura para o desenvolvimento do esporte recreativo e de lazer.

Paim disse ainda que apresentou emendas tanto na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) quanto na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), no valor de R$ 200 milhões, para a recuperação do rio dos Sinos, em seu estado, cuja bacia hidrográfica encontra-se em tal estado de degradação que 86 toneladas de peixes de 12 espécies morreram desde o início de outubro de 2006. O senador gaúcho agradeceu a Sibá Machado (PT – AC) por ter assinado a emenda proposta por ele à comissão.

Previdência

Passando a abordar a reforma previdenciária, Paim advertiu ser preciso evitar prejuízo àqueles que, durante toda a sua vida, contribuíram com o Regime Geral da Previdência, e, de um momento para o outro, ficaram engessados pela aposentadoria vinculada à idade, uma vez que o fator previdenciário trabalha com a expectativa de vida.

– Entendo que, para quem está no sistema, deveria valer o princípio do direito adquirido. A reforma deveria vir para melhorar – argumentou.

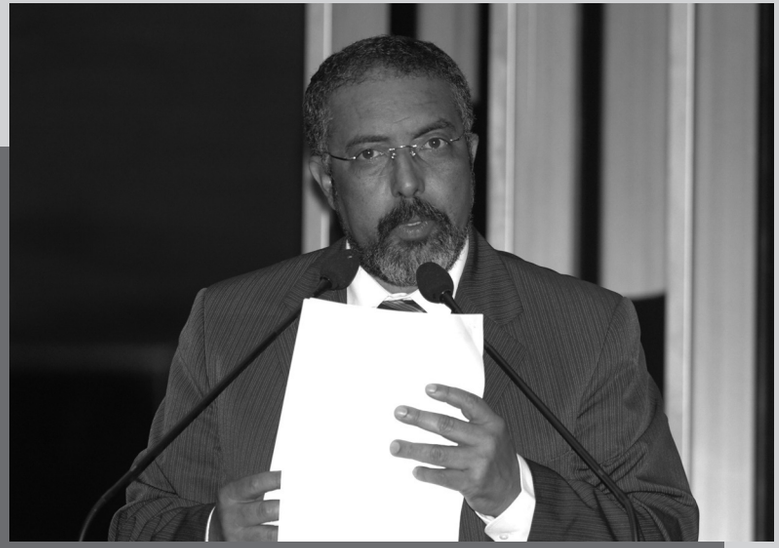
O senador manifestou-se contra aumento do subsídio dos parlamentares.

– Acho que isso é uma afronta, levando-se em conta que temos que brigar por um salário mínimo de R$ 400. Esse tipo de discussão não soma nada, e cria um constrangimento enorme para todos os senadores e deputados, e em momento inadequado. Sou contra essa posição e acho que ela tem de ser encerrada o mais rápido possível – salientou.

dia30

Paim elogia aprovação do texto que regulamenta exercício da medicina

Paulo Paim (PT – RS) aplaudiu a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB – GO) aos projetos de Lei do Senado 25/02 e 268/02, que regulamentam o exercício da profissão da medicina. O senador lembrou aos acupunturistas, fisioterapeutas e profissionais de outras áreas, que teriam ficado insatisfeitos com a redação final, que a matéria será votada em segundo turno na própria CAS e ainda será apreciada pelo Plenário.



Roosewelt Pinheiro

– O relatório de Lúcia Vânia foi fruto de amplo acordo. Entendo que foi uma decisão madura e equilibrada que garante a todos os que atuam na área da saúde o seu espaço de direito. O debate prosseguirá na semana que vem, tanto na CAS quanto no Plenário – afirmou.

Outro assunto abordado por Paim foi a inauguração de máquinas da Secretaria Especial de Editoração e Publicação (Seep) para impressão em braile. A partir de agora, disse, a gráfica do Senado poderá imprimir, com tecnologia de Primeiro Mundo, livros, revistas e jornais no código tátil de leitura e escrita adotado pelos cegos.

Dezembro

Sindicatos defendem contribuição assistencial; ministério critica

Representantes dos trabalhadores e de órgãos governamentais discutem, em audiência pública promovida por subcomissão, projeto de Paulo Paim que regulamenta cobrança

Representantes de entidades sindicais e do Ministério do Trabalho participaram de audiência pública na Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência sobre o projeto de Paulo Paim (PT – RS) que acrescenta capítulo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regulamentando a chamada contribuição assistencial.

Esse desconto se destina ao financiamento da negociação coletiva e de atividades como assistência médica, odontológica e jurídica. Enquanto os dirigentes sindicais são a favor da proposta, o Ministério do Trabalho alerta para o fato de ser criada nova contribuição para os trabalhadores.

Pelo projeto de Paulo Paim (PLS 248/06), que deverá entrar na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – a que está vinculada a subcomissão – para decisão terminativa, o desconto da contribuição assistencial será compulsório e não poderá ultrapassar o percentual de 1% da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade. Com a aprovação, sustentam os

sindicalistas, será colocado um ponto final nas constantes interferências do Ministério Público do Trabalho, que tem posto em dúvida, segundo eles, a legalidade dessa cobrança, uma vez que não está regulamentada em lei.

Desrespeito

Conforme Paim, as entidades sindicais vêm enfrentando "verdadeira maratona" para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais. No entender do parlamentar, isso representa um total desrespeito ao princípio da autonomia e da liberdade sindical.

A representante do Ministério do Trabalho, Shakti Borela, deixou claro que o projeto, na prática, cria uma nova contribuição para os trabalhadores. Mas, para os representantes dos empregados, como Gladir Antonio Basso, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), e Quintino Marques Severo, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a contribuição "é vital para a própria sobrevivência do movimento sindical". O procurador do Ministério Público do Trabalho, Maurício Correia de Mello, disse que lutará para que se encontre um consenso.

dia4

Relatório de Paim tem aprovação na CDH

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou o relatório favorável do senador Paulo Paim (PT – RS) ao projeto que obriga a Fazenda Pública a expedir os documentos de arrecadação de receita tributária em braile, caso isso seja pedido pelo contribuinte ou pelo responsável tributário portador de deficiência visual. A matéria segue agora ao exame do Plenário.

O relator Paulo Paim salientou que esse projeto complementar (PLS 204/06), caso se torne lei, poderá facilitar a integração social e a independência de milhões de pessoas portadoras de deficiência visual, que, assim, terão como controlar mais um aspecto de sua vida como cidadãs.

TRAJETÓRIA

O senador Paulo Paim (PT – RS) lembrou a "grandeza insuperável" das mulheres, sua força e capacidade de superação. Ele as homenageou pela "batalha travada" contra a violência e pela ampliação de seus espaços na sociedade, além de relembrar sua trajetória de emancipação política – da garantia do direito ao voto, em 1932, à disputa pela Presidência da República, em 2006, pela senadora Heloísa Helena (PSOL – AL).

Paim defende regulamentação de adicional para atividades penosas

Projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT – RS) – que será examinado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) – acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de regulamentar o adicional de remuneração das atividades penosas, previsto na Constituição federal.

Conforme o projeto (PLS 301/06), serão definidas como atividades ou operações penosas as que submetam os trabalhadores à fadiga física ou psicológica, na forma de regulamentação do Ministério do Trabalho ou de acordos entre trabalhadores e empregadores. O exercício de trabalho em condições penosas assegurará recebimento de adicional de 40%, 20% ou 10% da remuneração do empregado, dependendo de sua natureza

Um médico do trabalho ou engenheiro do trabalho fará a caracterização e a classificação da atividade penosa por meio de perícia, observando critérios como o número de horas a que o empregado é submetido em atividade dessa natureza, a repetição de tarefa ou atribuição profissional considerada fatigante, as condições de salubridade do ambiente e o risco à saúde.

Também deverão ser avaliados, segundo o projeto, os equipamentos de proteção individual adotados e os processos e meios utilizados como atenuantes da fadiga física e mental, a existência ou não de períodos de descanso e de divisão de atividade que possibilite a rotatividade interna da mão-de-obra e o local de trabalho.

Paulo Paim acredita que a falta de legislação específica para definir o trabalho penoso vem limitando a eficácia da norma constitucional. A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Paim participa de movimento por maior salário

Paulo Paim (PT – RS) informou que participará do movimento a favor de aumentos reais para o salário mínimo, promovido por seis centrais sindicais em Brasília. O senador também comunicou ter acompanhado em diversos municípios do Rio Grande do Sul, reuniões com o relator-geral do Orçamento da União, senador Valdir Raupp (PMDB – RO) e autoridades e representantes da sociedade civil daquele estado.

A agenda cumprida pelo senadore incluiu debates com o setor produtivo.

Paim propõe aposentadoria especial para taxistas

Paulo Paim (PT – RS) apresentou projeto para estender aos motoristas profissionais de táxi os benefícios de aposentadoria especial, após 25 anos de trabalho contínuo e comprovado.

De acordo com a proposta (PLS 289/06), a aposentadoria especial concedida aos taxistas será de 100% do salário-benefício.

Em sua justificação, Paim explica que o trabalho de profissional de táxi deve ser considerado prejudicial à saúde se o exercício dessa atividade for contínuo por um período superior a 25 anos.

A proposta está em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa. A senadora Ideli Salvatti (PT – SC) foi designada relatora.

dia8

Paim homenageia Jango nos 30 anos de sua morte

A memória do ex-presidente João Goulart recebeu homenagem no Plenário do Senado, pela passagem dos 30 anos de sua morte, em discurso do senador Paulo Paim (PT-RS).

Paulo Paim lamentou o fato de João Goulart ter morrido no exílio, na cidade argentina de Mercedes, em 6 de dezembro de 1976.

– Há quem diga que o exílio é como a agonia dos pássaros cativos. De que adianta ter um par de asas se lhes falta o céu para voar? – disse.

Paim declarou que, quando pensa em João Goulart, lembra de democracia social, liberdade, bom debate político e interesses nacionais. Ele ressaltou que um dos primeiros atos de Jango como presidente da República foi cancelar concessões irregulares de empresas estrangeiras de mineração e controlar a remessa de lucros para o exterior.

ABL saiu perdendo ao não aceitar o poeta como membro

Paulo Paim (PT – RS) apresentou em seu pronunciamento em homenagem a Mário Quintana uma síntese da biografia do poeta e leu trechos de seus mais conhecidos poemas. Nascido em Alegrete (RS) no ano de 1906, lembrou o senador, Quintana teve a primeira edição de seu livro A rua dos cataventos lançada em 1940, pela Editora Globo. Essa obra, enfatizou, obteve logo ótima repercussão e seus sonetos passaram a figurar em livros escolares e antologias.

– Preso a sua querida Porto Alegre, mesmo assim Quintana fez excelentes amigos entre os grandes intelectuais da época. Seus trabalhos eram elogiados por Carlos Drummond de Andrade, Vinicius de Morais, Cecília Meireles, João Cabral de Melo Neto e Manuel Bandeira – recordou o parlamentar.

Paim lamentou o fato de Mário Quintana não ter sido aceito como integrante da Academia Brasileira de Letras (ABL), mesmo tendo sido indicado por três vezes para ocupar uma cadeira na instituição.

– Ele não perdeu; quem perdeu foi a Academia Brasileira de Letras por não poder dizer que o "imortal" poeta Mário Quintana está entre os seus escolhidos – frisou Paim, explicando que assim respondeu a uma pergunta de seu filho sobre as motivações da ABL para não escolher o poeta.

Jane de Araújo

Paim defende fortalecimento do FGTS

Durante audiência pública conjunta das comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) destinada a debater projetos que permitem a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de lote urbanizado e no pagamento de mensalidades escolares, entre outras possibilidades, senadores da base do governo e da oposição defenderam o fortalecimento do fundo. Na audiência, os parlamentares pediram a manutenção dos três quesitos básicos que originaram a criação do FGTS: construção de habitações, saneamento básico e indenização ao trabalhador no ato de sua demissão.

Paulo Paim (PT – RS) mostrou-se preocupado com a perspectiva de aprovação dos vários projetos em tramitação no Congresso Nacional que visam permitir saques na conta vinculada do fundo. Durante a reunião foi discutido o Projeto de Lei da Câmara 18/02, que propõe alterações à lei do FGTS (Lei 8.036/90) com o objetivo de possibilitar a utilização de recursos do fundo para aquisição de lote urbanizado. A matéria tramita em conjunto com outros 13 projetos de lei do Senado. Paim entende que essas propostas, se aprovadas, poderiam descaracterizar a lei que deu origem ao fundo.

Habitação e saneamento

De 2000 a 2006, a contratação de recursos do FGTS proporcionou empréstimos de R$ 35,148 bilhões para habitação e saneamento básico no país. As informações foram prestadas pelo diretor-executivo da Diretoria

de Benefícios da Caixa Econômica Federal, Joaquim de Oliveira. Os recursos foram usados em habitação popular, infra-estrutura urbana, operações especiais em habitação e saneamento básico, num total de 2.061.076 unidades, que geraram 3,013 milhões de empregos e beneficiaram 43,251 milhões de pessoas.

Dados da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, apresentados pela secretária nacional de Habitação, Inês da Silva Magalhães, apontam, no entanto, um déficit de 7,2 milhões de moradias. Das pessoas sem casa própria, 92% se situam na faixa que recebe até cinco salários mínimos (R$ 1.750). Como desafio ao atendimento desse déficit, ela defendeu a necessidade de investimentos da ordem de R$ 7,5 bilhões ao ano, durante 16 anos.

dia**11**

Senado aprova Estatuto do Portador de Deficiência

O senador Paulo Paim (PT – RS) saudou em Plenário a aprovação unânime do projeto de lei que institui o Estatuto do Portador de Deficiência (PLS 06/03) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A matéria, que seguirá para análise da Câmara poderá beneficiar 27,5 milhões de brasileiros com deficiência, disse Paim.

– É importante aprovar de forma definitiva o estatuto da pessoa com deficiência. Espero que a Câmara vote com a mesma rapidez com que o

Senado o fez. O estatuto tem avanços em relação à qualidade de vida das pessoas com deficiência, representa uma vitória e o respeito à diferença, o fortalecimento de toda a luta contra a discriminação e o preconceito – disse o senador, ao ressaltar que apresentou a proposta na Câmara em 2000, quando era deputado.

Paim destacou algumas propostas contidas nos 287 artigos do estatuto, como a que proíbe as escolas de recusarem a matrícula de crianças com deficiência e a que prevê o recebimento de um salário mínimo por pessoas carentes que vivam nessas condições, desde que comprovem não dispor de outros meios de subsistência.

Atuação profissional dos servidores

Paim também registrou estudo de autoria do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) sobre os investimentos realizados pelo Congresso para o aperfeiçoamento profissional dos servidores da instituição, sobretudo os do Senado. Segundo Paim, a Casa dispõe de quadros altamente especializados, como o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva.

“Ele não perdeu; quem perdeu foi a Academia Brasileira de Letras por não poder dizer que o ‘imortal’ poeta Mário Quintana está entre os seus escolhidos”

Paulo Paim, em homenagem pelo centenário de nascimento do poeta gaúcho, no dia 7 de dezembro. Quintana morreu sem conseguir uma vaga na ABL.

dia12

Paim propõe a inclusão social pelo programa Cantando as Diferenças

Proposta que autoriza o Poder Executivo a criar o programa Cantando as Diferenças – cuja meta é promover a inclusão social de grupos discriminados por etnia, raça, idade, opção sexual e condição social e de pessoas com deficiência – aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 285/06) é de autoria do senador Paulo Paim (PT – RS) e inspira-se em experiências similares desenvolvidas por vários municípios gaúchos.

Na prática, observa Paim, o programa Cantando as Diferenças propõe que o Estado deixe o puro assistencialismo de lado e passe a reconhecer politicamente as diferenças individuais, culturais e sociais na busca da inclusão de pessoas e culturas.

As atividades a serem desenvolvidas no âmbito do programa, que terá caráter municipal, incluem produção e divulgação de trabalhos e atividades relacionados à arte, à cultura, à educação, à inserção laboral, à defesa do meio ambiente e aos direitos humanos, entre outras.

A proposição também institui o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, a ser celebrado em 10 de agosto, data da morte do sociólogo, professor e deputado federal Florestan Fernandes. Segundo observa Paim, Florestan, que morreu em 1995, foi "um dos maiores guerreiros na luta contra as desigualdades".

Se aprovado pela CCJ, o projeto segue para análise das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Educação (CE), onde será votado em decisão terminativa.

Paim lembra que um em cada sete habitantes do planeta passa fome

Paulo Paim (PT – RS) lembrou a passagem do 58º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A declaração, com 30 artigos em que são

enumerados esses direitos, foi assinada em 1948 durante Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Paris.

Paim ressaltou que a declaração condena a escravidão, a tortura, a discriminação, a detenção e o exílio arbitrários, além de consagrar as liberdades de movimento, consciência e expressão. No entanto, lamentou o senador, o documento ainda é pouco conhecido e pouco aplicado ao redor do mundo.

O senador lembrou que, em cada sete habitantes do planeta, um passa fome, frisando que a pobreza é uma violação dos direitos humanos e um dos mais graves problemas do nosso tempo.

Paim citou comentários da alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Louise Arbour, que em entrevista recente disse serem a miséria e a exclusão resultados de discriminações e acesso desigual aos recursos e oportunidades, tanto sociais quanto econômicos e culturais.

– Creio que é dever nosso garantir a todas as pessoas os mesmos direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais – afirmou.

Roosewelt Pinheiro

Nação krahô-canela

Paim aproveitou para cumprimentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela assinatura do decreto, publicado no Diário Oficial de sexta-feira, que reconhece os imóveis rurais destinados a assentar o povo indígena krahô-canela, no município de Lagoa da Confusão (TO).

– O governo disponibilizou o dinheiro, indenizou os proprietários e hoje estão fazendo uma festa lá – registrou.

Paim recordou que as reivindicações da nação krahô-canela pela demarcação de seu território duraram aproximadamente 30 anos. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), na área reivindicada, a Mata Alagada, será criada uma reserva indígena, uma vez que não pôde ser provada a tradicional ocupação da área. As fazendas obtidas (Retiro do Cocal e Lago do Jacaré) fazem parte da área demandada pelos indígenas.

dia13

Paim elogia aprovação de projeto que sugere reflexão sobre diferenças

Paulo Paim (PT – RS) elogiou a aprovação do projeto (PLS 286/06) de sua autoria que institui a data 10 de agosto como o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças. Outro projeto de Paim (PLS 285/06), ainda em tramitação, autoriza o Executivo a criar o programa Cantando as Diferenças, destinado a realizar a inclusão social de grupos discriminados.

O objetivo da proposta aprovada é promover a reflexão sobre as diversidades nos aspectos sociais, culturais, individuais e do meio ambiente. A data foi escolhida em homenagem ao sociólogo, professor e deputado federal

Florestan Fernandes, falecido em 10 de agosto de 1995. A proposição foi acolhida com emenda do relator Marcelo Crivella (PRB – RJ).

Paim também destacou a importância do Dia Mundial da Luta contra a Aids, 1º de dezembro, e elogiou a equipe do programa Inclusão, da TV Senado, vencedor do 8º Prêmio Imprensa Embratel.

dia15

Audiência debate liquidação judicial de fundos de pensão

Audiência pública realizada na CAS debateu as liquidações judiciais dos fundos de pensão de empresas aéreas, que estão causando prejuízos aos beneficiados. Os participantes responsabilizaram as autoridades públicas pela crise que os fundos enfrentam e alertaram que beneficiários idosos estão com sérios problemas de saúde e sem receberem seus benefícios.

O senador Paulo Paim (PT – RS) anunciou que a CAS vai intervir junto ao poder público a fim de buscar soluções para o impasse, inclusive com envio de ofício à ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), onde a União conseguiu suspender decisão que beneficia os aposentados e pensionistas associados aos fundos de pensão.

Participaram da audiência pública a presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas e Aeroviários (SNA), Graziella Baggio; o advogado do SNA, Luís Antônio Castagna Maia; o presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira; o gestor judicial da Varig, Miguel Dau; o presidente da Associação dos Participantes e Beneficiários da Aerus (Aprus), Manoel da Silva Neves; o funcionário da Varig Élnio Borges Malheiros; a presidente da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil, Maria Aparecida Tavares Leite; e a advogada Cristina Dornelles, além dos senadores Paim e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC).

São 15 mil funcionários (6.700 aposentados e 8.300 em fase de contribuição) nos dois planos de aposentadorias do fundo de pensão da empresa Aerus. Os aposentados e pensionistas de um dos planos estão recebendo apenas 50% do valor dos benefícios, mas o pagamento pode ser encerrado. A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social realizou intervenção na Aerus e decretou sua liquidação.

Comissão aprova aposentadoria especial para servidores públicos

Projeto beneficia funcionários com deficiência, que trabalham em atividade de risco ou que exercem funções sob condições que prejudicam sua saúde ou integridade física

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo projeto de lei complementar que tramita prevendo a concessão de aposentadoria especial, aos 25 anos de contribuição, a servidores públicos.

A matéria segue para o Plenário. O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na CAS, recebeu parecer com substitutivo.

O projeto (PLS 250/05) do senador Paulo Paim (PT – RS) limitação físico-motora, mental, visual, auditiva ou múltipla, que torne o servidor hipossuficiente (sem condições econômicas) para sua inserção social regular.

O relator acatou, em seu parecer, emenda de Paim ao PLS 68/03, para incluir, entre os servidores que podem requerer aposentadoria especial com 25 anos de trabalho, aqueles que exerçam atividades com risco de vida, como policiais, peritos e agentes penitenciários.

A CAS também discutiu projeto de Paim (PLS 248/06) que regulamenta a cobrança da contribuição assistencial devida pelos trabalhadores às suas entidades sindicais. Como, no momento da votação, não havia quórum para a deliberação, o presidente do colegiado decidiu adiar a decisão.

dia**18**

Direitos Humanos: caso de doméstica chega ao Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou requerimento do senador Paulo Paim (PT – S) objetivando a realização de audiência pública para discutir casos de prisões e condenações como o da empregada doméstica Angélica Aparecida de Souza Teodoro. Presa em novembro de 2005, Angélica, que é negra, passou quatro meses na cadeia e depois foi condenada a quatro anos de prisão em regime semi-aberto pela 23ª Vara Criminal de São Paulo. Tudo pelo furto de um pote de manteiga, que custava R$ 3,20. Ela pretendia alimentar o filho. Como resultado, ainda perdeu o pátrio poder.

A Associação Nacional dos Defensores Públicos da União afirmou, em nota pública, que o Direito Penal, há muito tempo, é usado como forma de opressão social dos menos afortunados economicamente.

Paulo Paim informou, durante a reunião, que recebeu denúncias de casos semelhantes ao de Angélica, em que a pessoa, com fome, rouba uma galinha para comer e é presa e condenada a anos de prisão.

Estatuto segue para análise da Câmara

Se não for apresentado recurso no Plenário, a Câmara recebe o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tramita há anos no Senado. Além de consolidar leis e decretos, o PLS 6/03 apresenta uma série de novidades que visam, segundo o autor, senador Paulo Paim (PT – RS), garantir direitos e estabelecer parâmetros à ação do Estado e à formulação de políticas públicas relacionados à inclusão social.

O estatuto, dividido em dois livros – parte geral e especial – trata de um grande leque de questões com as quais se deparam regularmente pessoas com deficiência. Direitos fundamentais, acessibilidade, políticas de atendimento, medidas de proteção, acesso à Justiça e crimes e infrações administrativas compõem parte do rol dos pontos abordados.

Para Paulo Paim o estatuto tem força muito maior que uma lei isolada, o que irá fortalecer a cobrança do cumprimento dos direitos conquistados pelo grupo.

– Hoje, por exemplo, para a pessoa com deficiência ter direito ao seguro social de um salário mínimo, ela tem de provar que a renda per capita da família não passa um quarto (25%) do salário mínimo. Já no estatuto é diferente. Provando que é carente, ela passa a receber – afirma Paim, comparando alguns benefícios aos conquistados no Estatuto do Idoso.

– No caso dos idosos, usamos o mesmo instrumento e mais de um milhão de pessoas passaram a receber o salário mínimo. Existem no Brasil 27,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Com o estatuto, cerca

de 2 milhões de brasileiros passarão a receber de imediato esse benefício – avalia o senador.

Houve um aumento de 74,2% no número de benefícios de prestação continuada pagos aos idosos, quando comparados os anos de 2003 e 2006, passando de 664,8 mil para 1,1 milhão. No mesmo período, o número de pessoas com deficiência atendidas cresceu 22,7%, chegando a 1,2 milhão em 2006, mas a previsão é de que esse número aumente com a aprovação do estatuto.

Comissões trabalham com intérpretes de Libras

Jane de Araújo

Várias medidas estão sendo adotadas no Senado para melhor atender às pessoas com deficiência. Foi realizada a primeira tradução para a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), quando da transmissão da instalação do Parlamento do Mercosul.

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) já possuem intérpretes de Libras durante suas reuniões.

Intérpretes de Libras também estão trabalhando em três portarias do Senado para atender a pessoas com deficiência auditiva, complementando a ação que já era feita com pessoas com dificuldades de locomoção e deficientes visuais.

Mais força que lei isolada

Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT – RS), o projeto de lei (PLS 6/03) foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Paim, quando deputado, já havia apresentado o mesmo projeto, que ainda tramita na Câmara e que agora deverá ser apensado ao aprovado pelos senadores.

Jornal do Senado – O estatuto é uma consolidação das leis e também reúne uma série de novidades. De forma geral, como ele poderá proporcionar mudanças na vida das pessoas com deficiência?

Paulo Paim – Eu devo dizer que o estatuto, de fato, reúne o que há de mais moderno em legislação no Brasil e no mundo. Porque além de nós estarmos debatendo desde o ano 2000, na Câmara e depois no Senado, nós nos inspiramos na convenção internacional aprovada em Nova York. O estatuto tem uma força muito maior que uma lei isolada. Vide o exemplo do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Porque ele acaba tendo muito mais força, inclusive jurídica. É um instrumento legal que acumula artigos e grandes princípios que consolidam de forma definitiva a inclusão e a cidadania da pessoa com deficiência.

A discriminação ainda é um dos grandes problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência. O estatuto poderá mudar essa realidade?

Com certeza. Porque as pessoas ainda não conhecem seus direitos, apesar do grande número de leis existentes. A partir do momento em que você reúne num único instrumento, com 287 artigos, como se fosse 287 leis em

uma só, mais facilmente as pessoas irão dominar o assunto e, conseqüentemente, vão exigir que se cumpra aquilo que está na lei.

O estatuto congrega direitos que são constitucionais, como o do acesso a moradia digna. Contudo, muitos desses direitos não são aplicados a milhares de cidadãos. Como fazer, então, cumprir o estatuto?

Se cumprissem tudo aquilo que está na Constituição-cidadã de Ulysses Guimarães, e eu fui constituinte, seria ideal. A Constituição, que é a Carta Magna, a Lei Maior, é um instrumento que trabalha na linha de grandes princípios, claro que muito deles normas auto-aplicáveis, mas outras precisam ser regulamentadas. O estatuto, não. Ele é lei, é definitivo e é auto-aplicável, logo após a sanção do presidente da República, numa tolerância máxima de três meses. É muito mais fácil fazer com que a lei seja cumprida do que aquilo que dependerá de uma regulamentação. O estatuto define forma e critérios, por exemplo, da acessibilidade, da moradia, da saúde e do trabalho.

Projeto de Paim limita valor da contribuição assistencial

Proposta em exame na Comissão de Assuntos Sociais visa colocar ponto final no conflito entre trabalhadores, patrões, Ministério do Trabalho e Ministério Público

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, a partir das 9h30, para analisar uma pauta de dez itens, entre os quais projeto de lei (PLS 248/06) de autoria do senador Paulo Paim (PT – RS) que acrescenta capítulo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a chamada contribuição assistencial, que se destina basicamente ao financiamento de negociações coletivas de trabalho. O desconto, de acordo com a proposta, não poderá ultrapassar 1% da remuneração bruta anual do trabalhador.

No entender de Paulo Paim, o projeto, a ser votado pela CAS em decisão terminativa, atende a uma antiga reivindicação do conjunto do movimento sindical brasileiro, que pede a aprovação de norma legal para o desconto da contribuição que já existe na prática. Com isso, notou o senador, estaria se colocando um ponto final no permanente conflito entre trabalhadores, patrões, Ministério do Trabalho e Ministério Público, já que estes últimos têm, de forma recorrente, questionado a legalidade da cobrança do imposto.

dia22

Paim analisa os trabalhos dos parlamentares na legislatura 2003-2007

O senador Paulo Paim (PT – RS) fez breve balanço dos trabalhos legislativos do Senado na 52ª legislatura e, em especial, do seu próprio desempenho como parlamentar.

Entre as propostas de sua autoria aprovadas no período, Paim destacou as que deram origem aos estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência. Também foi relator da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo.

– No Senado, apresentamos mais de 250 proposituras, mais de cem propostas de emendas a outros projetos, e realizamos 48 audiências públicas – lembrou.

Paulo Paim também leu da tribuna um poema de sua autoria, impresso nos 70 mil cartões de Natal que está distribuindo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF